

II Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas

POLÍTICAS PÚBLICAS, PSICOLOGIA E PROTAGONISMO SOCIAL

RELATÓRIO



De 28 A 31/05/2003 - Espaço Cultural João Pessoa / PB



**Conselhos Regionais
de Psicologia**

II Seminário de Psicologia e Políticas Públicas

Políticas Públicas, Psicologia e Protagonismo Social

RELATÓRIO

Organização:
Marcus Vinícius de Oliveira Silva

João Pessoa - PB
Maio / 2003



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	Pág. 06
--------------------	---------

CONFERÊNCIA I

Psicologia e Protagonismo Social	Pág. 07
Coordenador: Odair Furtado (Presidente do CFP)	Pág. 08
Marcus Vinícius de Oliveira Silva (Presidente do CNDH / CFP)	Pág. 09
Debate.....	Pág. 28

LANÇAMENTO DO LIVRO “ADOLESCÊNCIA E PSICOLOGIA”

Coordenador Aluizio Lopes Brito (Secretário de Ética / CFP).....	Pág. 39
Cláudio Vieira (Conanda).....	Pág. 40
Maria de Lourdes Contini (CRP / 14)	Pág. 42
Monalisa Barros (CRP/03)	Pág. 45
Ana Sudário Lemos Serra (Ministério da Saúde)	Pág. 50
Psicologia e Direitos Humanos: perspectiva crítica ou modismo?.....	Pág. 55
Coordenador: Marcus Vinícius de Oliveira Silva (CNDH / CFP)	Pág. 56
Pedrinho Guareschi (CNDH / CFP).....	Pág. 62
Paulo Maldos (CNDH / CFP)	Pág. 67
Heliana Conde (CNDH / CFP)	Pág. 72
Debate.....	Pág. 78

CONFERÊNCIA II

Protagonismo Social no Campo da Circulação Humana.....	Pág. 85
Coordenadora: Gislene Maia Macedo (CFP).....	Pág. 86
Zulmira Bonfim (UFCE)	Pág. 87



Debate.....	Pág. 108
-------------	----------

CONFERÊNCIA III

Protagonismo Social da Psicologia na Reforma Psiquiátrica	Pág. 115
Pedro Gabriel (Delegado/Ministério da Saúde)	Pág.116
Coordenadora: Marta Elizabeth de Sousa (CRP-04)	Pág. 134
Debate.....	Pág. 140
Protagonismo Social na Democratização das Comunicações	Pág. 150
Coordenador: Ricardo Moretzsohn (CFP)	Pág. 151
Marcos Ribeiro Ferreira (CRP-12)	Pág. 151
Debate.....	Pág. 172
Protagonismo Social na Área da Criança e do Adolescente	Pág. 183
Coordenadora: Carla França (CRP-03)	Pág. 184
Cláudio Vieira (Conanda).....	Pág. 184
Debate.....	Pág. 206

CONFERÊNCIA IV

Protagonismo Social da Psicologia na Defesa dos Direitos Humanos.....	Pág. 215
Cecília Maria Bouças Coimbra (Grupo Tortura Nunca Mais)	Pág. 216
Coordenadora: Maria de Nazaré Zenaide (CRP-14)	Pág. 216
Debate.....	Pág. 226



APRESENTAÇÃO

O II Seminário de Psicologia e Políticas Públicas resulta do caráter estratégico das políticas para o futuro da profissão de psicólogo. Neste contexto, e com as mudanças ocorridas desde a promulgação da Constituição de 1988, surge um novo dilema: ou os psicólogos envolvem-se com a construção de políticas públicas ou não terão perspectiva de futuro com a profissão no Brasil.

O número de profissionais cresceu, ultrapassando 130 mil em todo o país, o que faz pensar a presença do psicólogo no processo social. Alguns espaços têm sido conquistados.

O novo quadro social faz com que os psicólogos e suas organizações preocupem-se com questões relacionadas à vida das pessoas e aos espaços onde estas circulam, colocando os profissionais na posição de protagonistas na redefinição de novas relações sociais.

Por isso a importância de estarmos pensando, neste Seminário, na construção e consolidação de espaços de articulação dentro de um projeto estratégico para a profissão que reflita sobre o impacto e as consequências de nossas intervenções para a vida das pessoas e das cidades onde atuamos como profissionais.

Odair Furtado
XII Plenário - Presidente



CONFERÊNCIA DE ABERTURA

Psicologia e Protagonismo Social

Coordenador: Odair Furtado

Presidente do Conselho Federal de Psicologia

Conferencista: Marcus Vinícius de Oliveira Silva

Presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos do CFP
(CNDH)



CONFERÊNCIA DE ABERTURA

Psicologia e Protagonismo Social

Odair Furtado

Presidente do Conselho Federal de Psicologia

É com imensa satisfação que estamos aqui, inaugurando os trabalhos do II Seminário de Psicologia e Políticas Públicas e coordenando a Mesa “Psicologia e Protagonismo Social”. O II Seminário já começa a se transformar em uma tradição, como um evento-satélite do III Congresso Norte-Nordeste, pois, em primeiro lugar, representa todo o apoio, interesse e esforço do Sistema Conselhos na construção deste encontro científico, que tem se mostrado efetivamente um pólo de atração da Psicologia e da construção da ciência neste país, particularmente no que se refere às normas do trabalho acadêmico e do trabalho profissional.

O Conselho Federal, com o II Seminário de Psicologia e Políticas Públicas, está procurando trazer esse aspecto do elo entre o campo da produção acadêmica e o efetivo trabalho dos psicólogos. É de políticas públicas exatamente porque trata do compromisso social

da Psicologia brasileira com a construção de novos caminhos que venham a se somar com soluções para a difícil situação social vivida em nosso país.

Nesta oportunidade, estamos trazendo o tema “Psicologia e Protagonismo Social”. São novos tempos e consideramos que é o momento de a Psicologia e de os psicólogos de todo o Brasil apostarem na transformação social, ajudando a construir a transformação social. Nesse sentido, num primeiro momento, interessa-nos apontar para esse norte, procurando a definição do que é realmente o protagonismo social e do que é efetivamente o compromisso com essa transformação.

Para inaugurar o nosso seminário, estamos trazendo a palavra de Marcus Vinícius de Oliveira Silva, Coordenador da Comissão Nacional de Direitos Humanos, que irá discorrer sobre o tema “Psicologia e Protagonismo Social”.



Marcus Vinícius de Oliveira Silva

Presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos do CFP
(CNDH)

É com grande satisfação que estamos aqui para a primeira atividade do II Seminário de Psicologia e Políticas Públicas. Sinto-me particularmente distinguido com a condição de primeiro interlocutor deste debate, como organizador que fui do I Seminário de Psicologia e Políticas Públicas.

Quero trazer aos colegas a convicção de que o debate das políticas públicas para a profissão de psicólogo no Brasil, hoje, não está colocado como uma opção facultativa. Neste momento, enfrentar a discussão das políticas públicas não é algo que os psicólogos brasileiros possam escolher. Enfrentar a discussão das políticas públicas é uma questão estratégica e fundamental que define a possibilidade da expressão futura desta profissão na sociedade brasileira. Então, estou afirmando a tese de que o debate, a participação, a compreensão e a capacidade de reflexão acerca das políticas públicas, enfim, a capacidade de intervenção política nas

políticas públicas, como grupo organizado dos psicólogos, define hoje as possibilidades da futura expressão dessa profissão na sociedade brasileira.

Somos uma profissão que tem um grave problema de empregabilidade. Somos uma profissão marcada por uma potencialidade virtual que, entretanto, tem encontrado limitadas possibilidades de expressão concreta. É comum ouvir os psicólogos dizerem que a Psicologia é tão importante e poderia ser tão útil se a sociedade percebesse isso, compreendesse seu lugar, papel e importância e abrisse espaço para a atuação dos psicólogos. Este é um discurso muito comum entre os profissionais da Psicologia.

Efetivamente, os modos de atuação profissional dos psicólogos na sociedade brasileira foram desenhados de uma forma bastante simplificada. O repertório de possibilidades concretas de intervenção dos psicólogos na sociedade



brasileira ficou durante muito tempo extremamente resumido a uma prática relacionada à educação e ao trabalho das organizações, sobretudo marcado pela Psicotecnia. Posteriormente, nos anos 70, com o *boom* da Psicologia brasileira - a proliferação dos cursos de Psicologia, ampliação das vagas e incremento da produção em série de profissionais -, tivemos o desenvolvimento hipertrofiado da Psicoterapia como modo de excelência de prestação de serviços, comercialização de serviços ou fonte de renda para os profissionais. Entretanto, esse modelo dá sinais evidentes de esgotamento.

No campo do processo de reestruturação produtiva, considerando os postos de trabalho que absorvem psicólogos no interior das organizações, as possibilidades de intervenção da Psicologia hoje têm sido proporcionalmente reduzidas em relação à expectativa que havia sobre essa área nos anos 70 e 80.

Também no processo da educação, na Psicologia Educacional, o repertório de intervenção dos psicólogos, durante

muitos anos, foi equivocadamente centrado na atenção individual no interior da escola e no estabelecimento dos consultórios psicológicos no interior dos estabelecimentos escolares, num modelo muito similar ao da Psicoterapia, que gerou um certo esvaziamento desse espaço, e também demonstra sinais de cansaço.

Em relação à área da Psicoterapia, assistimos à multiplicação geométrica do número de profissionais disponíveis no mercado *versus* uma situação inversamente proporcional de diminuição do poder aquisitivo das classes médias. Isso significa que aquele modelo liberal, copiado da prática médica, sonho de todo psicólogo que se formava - montar o seu consultório, desenvolver uma clientela e vender de forma liberal os seus trabalhos - está hoje bastante limitado, porque, efetivamente, a multiplicação dos profissionais na sociedade e a diminuição dos clientes com capacidade aquisitiva para adquirir esse serviço, aliadas a um certo fechamento dos planos de saúde à possibilidade de que esta prática seja financiada por outros



sistemas de seguro saúde ou planos previdenciários, fazem com que as perspectivas sejam bastante preocupantes para essa profissão.

Somos hoje uma profissão curiosamente marcada pelo desemprego, característica principal da maioria dos seus integrantes. Observamos, hoje, a proliferação contínua de novos cursos de Psicologia e a interiorização dos cursos de Psicologia - antes a multiplicação dos cursos de Psicologia estava centrada nas grandes cidades. Estive recentemente em Santa Catarina e fiquei espantado, pois cidades com pouco mais de vinte mil habitantes mantêm cursos de Psicologia. No resto do país essa situação tem se reproduzido. A Monalisa, de Vitória da Conquista, perguntava-me como iria ficar a situação de duzentos novos psicólogos por ano em Vitória da Conquista, se hoje os trinta e poucos profissionais já não estão conseguindo trabalho. O que vai acontecer quando estivermos produzindo duzentos novos profissionais?!

Não se trata, para os psicólogos, neste momento, de esco-

lher entre debater e enfrentar a questão das políticas públicas ou não fazê-lo. As políticas públicas são, sem dúvida, neste momento, a possibilidade de expressão de toda essa disponibilidade da Psicologia e dos psicólogos, na prestação de serviços de utilidade e de interesse público para a sociedade brasileira. É na garantia das políticas públicas de educação, de saúde, de segurança e de atenção à criança e ao adolescente que, efetivamente, uma nova prática psicológica está se instalando, e é no interior desse espaço que devemos buscar a expansão legítima dos postos de trabalho, tão necessários à dinâmica de uma profissão.

Se uma profissão consegue ter um número maior de desempregados do que de empregados, ela vai perdendo o seu sentido de ser como profissão e vai passando a ser uma experiência de assimilação intelectual de informações sobre uma determinada especialidade, porque, efetivamente, não tem um campo de exercício no interior da sociedade e não se materializa como uma prática no interior da sociedade. Então, passa a constar no



currículo dos indivíduos como um elemento a mais do seu enriquecimento, da sua formação e da sua autoconstrução como indivíduo na sociedade.

É através da prestação de serviços e do exercício das suas técnicas e das suas práticas, de uma forma remunerada, que uma determinada profissão pode ser reconhecida como profissão. Se todos nós sabemos Psicologia e somos formados em Psicologia, mas não temos a possibilidade prática de vivermos dos serviços que podemos prestar, orientados por esse tipo de conhecimento, não merecemos o nome de profissionais psicólogos; merecemos, sim, o nome de sujeitos formados em Psicologia ou com um grau de informação em Psicologia.

Temos, então, um problema muito grave hoje no devir histórico dessa profissão, e temos de enfrentá-lo. A questão é que chegamos até aqui por vias sobre as quais tivemos muito pouca governabilidade enquanto um grupo profissional. Estou querendo dizer, com isso, que não governamos muitas das variáveis que nos

trouxeram a este momento e a esta conjuntura. Os processos de proliferação dos cursos de Psicologia no interior da sociedade brasileira e de definição de áreas de interesse dessa profissão durante muito tempo estiveram alheios ao controle da profissão de psicólogos enquanto uma organização coletiva.

Estou querendo dizer que chegamos até aqui por conta das políticas educacionais dos governos, que têm patrocinado - e o Governo Fernando Henrique Cardoso foi particularmente empenhado nesse sentido - uma quase irresponsável proliferação de cursos superiores de natureza profissional sem qualquer preocupação com a questão da demanda social em relação a essa produção de profissionais.

Chegamos até aqui governados pelos interesses dos empresários da educação, os quais, sendo a Psicologia uma área de curiosidade de interesse social que exige baixíssimos investimentos na instalação de cursos universitários, ofereceram uma grande expansão no interior das suas



universidades. Temos, hoje, o *franchising*. Uma universidade privada, que está numa grande metrópole, obtém autorização para o funcionamento de um curso superior de Psicologia e estende, automaticamente, essa autorização para os oito, dez, doze quinze *campus* que mantém no interior do estado.

Chegamos até aqui governados pelo sabor e pelo interesse dos modismos intelectuais e teóricos que impuseram, a cada momento, o que era *in* e o que era *out* em termos de Psicologia, estabelecendo o que estava em voga no mercado e o que cada psicólogo deveria ter, para ser considerado alguém em sintonia com o mercado das informações psicológicas. Assim, nos anos 60, o Behaviorismo ocupou esse lugar; nos anos 70 e 80, a vaga da Psicanálise; nos anos 90, quem não era lacanianos não tinha um lugar garantido no céu.

De certa forma, as escolas teóricas estabeleceram, nos últimos tempos, quais eram os conteúdos relevantes ou irrelevantes para que um psicólogo pudesse ser considerado adequado e apto a sua prestação

de serviços. Costumo dizer para os meus alunos, na Faculdade de Psicologia da UFBA, em Salvador, que quem precisa de corrente é cachorro e quem precisa de linha é trem. Psicólogo precisa de informação e de capacidade técnica e analítica dos contextos concretos nos quais vai intervir. Ele precisa saber analisar os espaços de intervenção nos quais vai atuar e daí sacar as ferramentas.

Não estou propondo nenhum obscurantismo que ignore o valor e a importância da teoria, mas não posso admitir que a teoria governe o homem. É o homem que governa a teoria, não devemos servir às teorias. As teorias devem estar a nosso serviço. Nesse sentido, fomos vítimas, de certa forma, porque um tanto passivos diante da opinião pública interior ao campo da Psicologia, que estabeleceu como a moda mais quente do momento e alimentou muitos caciques da formação profissional, muitas lideranças carismáticas das linhas teóricas, alguns dos quais que se beneficiam desse mercado interno que nós mesmos constituímos, mercado este muito significativo. É curioso



isso porque a Medicina, se fosse precisar dos médicos como pacientes para poder subsistir, certamente teria dificuldades. Da mesma forma, os advogados.

Agora, os psicólogos são um tipo de profissionais tão interessantes que são capazes de se alimentarem da própria produção do campo social que os conforma. Os estudantes de Psicologia mais jovens tratam ou consomem serviços de cursos de supervisão e, numa cadeia ascendente, o peixe grande come o menor, que come o outro, até comer o peixinho. Temos, portanto, uma antropofagia econômica que retroalimentamos com cursos, formações e Psicoterapia do próprio mercado. Esse mercado também revela-se, a despeito da expansão dos cursos de Psicologia, bastante limitado e bastante empobrecido.

Eu trouxe esse dado, primeiro, para convencê-los de que estar aqui neste momento, participando desse debate que o Conselho Federal de Psicologia está promovendo sobre as políticas públicas, talvez seja a atitude mais

adequada do ponto de vista de um certo pensamento estratégico sobre o futuro da expressão dessa profissão na sociedade brasileira. O Estado é, sem dúvida, o ente que tem hoje a capacidade de fazer estender às populações aqueles serviços que possam atender às necessidades fundamentais dos cidadãos. Não estamos pensando as políticas públicas como um favor do Estado ou como objeto de interesse estritamente corporativo. É preciso afirmar que a batalha pelas políticas públicas significa, hoje, a condição de que os psicólogos possam prestar os seus serviços para a maioria da população da sociedade brasileira. Isso, obviamente, implica em um certo redirecionamento do nosso olhar. Ao longo dos primeiros anos da institucionalização da nossa profissão, o nosso olhar esteve direcionado à construção de um tipo de objeto de intervenção marcado pela identidade com a nossa condição de classe social, ou seja, o homem que cultivamos nos nossos estudos é abstrato do ponto de vista dos conteúdos da teoria e é concreto do ponto de vista da nossa imaginação. É



um homem igual a nós, é da nossa classe social e é pensado segundo a nossa imagem e semelhança enquanto classe social.

Efetivamente, o fato de a Psicologia, durante os primeiros vinte anos do seu desenvolvimento, ter estado vinculada a um período ditatorial da sociedade brasileira, com ausência da liberdade de expressão, ausência da liberdade de organização e ausência da liberdade de crítica, fez com que nos parecesse que toda a Psicologia estivesse resumida aos indivíduos e à sua subjetividade como uma expressão essencial da sua interioridade. A Psicologia brasileira, costume dizer, é filha de uma mãe esquizofrenogênica. Mãe esquizofrenogênica é aquilo de que, nos anos 60, chamávamos as mães que estabeleciam as relações de ambivalência, de duplo vínculo, de dupla mensagem, com os seus filhos. Alguns teóricos, à época, Ronald Laing e David Cooper, Gregory Bateson, propunham, portanto, que esse padrão de comunicação, baseado na ambivalência, pudesse ser fonte da produção da esquizofrenia.

Uso essa metáfora para dizer que nós, psicólogos, somos filhos de um período de ditadura militar. Enquanto trabalhadores estavam morrendo no desemprego e nos acidentes de trabalho, enquanto trabalhadores estavam sendo explorados em relações capitalistas absolutamente hostis, enquanto pessoas estavam sendo torturadas nos cárceres da ditadura militar, enquanto a vida social e a educação estavam sendo sucateadas, a ditadura militar nos dizia: “não vejam isso, nada disso está acontecendo, não se preocupem com este assunto, que isso não lhes diz respeito...”

Escutamos essa mensagem, seguimos e construímos a nossa profissão durante os vinte primeiros anos da sua existência como uma profissão alienada da realidade. Talvez esse seja o débito que nos traz hoje um *plus* de dificuldade no debate sobre as políticas públicas. Efetivamente, estivemos, durante longo tempo, fora do espaço da política, fora do espaço do público e fora do espaço no qual se define a convivência social da maioria dos cidadãos brasileiros. Estivemos fora das



instituições nas quais os cidadãos brasileiros foram, e são, maltratados pelas políticas do Estado. Sabemos muito pouco dos contextos comunitários.

Óbvio que estou fazendo uma fala que toma e dá tintas ao passado com vistas a compreender o presente. Tenho clareza de todo esse processo que estou descrevendo e só posso estar descrevendo aqui porque se encontra em franca transformação. Esse é o tema da nossa conversa. Estou querendo carregar com tintas as dificuldades que temos para fazer a reversão dessas formas que foram, durante tanto tempo, predominantes de entendimento dos psicólogos em relação à sua própria profissão.

Temos uma trajetória que cristalizou fortemente um certo modelo, uma certa perspectiva e uma certa atitude dos psicólogos em relação ao seu fazer profissional. Hoje estamos transformando essa situação e já podemos encontrar muitos psicólogos trabalhando nas franjas da exclusão social e em ambientes absolutamente impensáveis há vinte anos, trabalhando com as crianças nas

ruas, trabalhando dentro do sistema prisional, trabalhando com crianças vítimas do abuso e da violência doméstica e sexual, trabalhando com fronteiras impensáveis, tais quais aqueles que estão assentados nos acampamentos do MST lutando pela terra, trabalhando com aqueles que foram afastados da terra para a construção de barragens e vivem uma situação de instabilidade em relação à sua sustentação no solo, na terra. Esses trabalhos há vinte anos eram impensáveis entre os psicólogos.

Quando realizamos a Mostra Psicologia e Compromisso Social, em São Paulo, há cerca de três anos, pudemos constatar mais de mil e quatrocentos trabalhos de psicólogos que estão no caminho de resgatar uma condição de fazer da Psicologia uma disciplina, uma profissão colocada a serviço do interesse da maior parte dos brasileiros. Estávamos diante de uma Psicologia que compreendera, finalmente, que a existência de mais de cinquenta milhões de brasileiros abaixo da linha da pobreza lhe dizia, de alguma forma, respeito. Enfim, a Psicologia



brasileira, nos últimos anos, tem se colocado a caminho do resgate dessa dívida para com a maior parte da sociedade brasileira.

Insisto sempre nisso, pois nunca valorizamos suficientemente o que é viver numa democracia, só mesmo quando recordamos os tempos em que a liberdade de expressão nos faltava, a liberdade de organização nos faltava, os tempos em que jamais eu poderia estar fazendo esse tipo de fala, os tempos em que, se eu fizesse esse tipo de fala, certamente encontraria problemas sérios em relação à integridade física. Esse tempo da redemocratização do país oferece o leito no qual a Psicologia brasileira vem estabelecendo esse resgate. Portanto, é disso que se trata.

Temos uma história que não escolhemos. Temos uma história que é fruto de um conjunto de elementos em relação aos quais, enquanto categoria e grupo profissional, não podemos controlar. Temos uma história que é de omissão. É inevitável que cheguemos a essa conclusão. Temos uma história que é de omissão frente a um

certo quadro social, omissão patrocinada pelo conforto no qual nos instalamos enquanto grupo social. Temos uma história que é marcada pela alienação frente aos elementos que constituem a realidade da sociedade na qual vivemos. Essa história funciona ainda hoje como um poderoso obstáculo para que os psicólogos possam avançar em direção à transformação da sua prática e da sua profissão.

Costumo dizer que os psicólogos não buscaram as fronteiras da exclusão apenas porque se iluminaram de repente, perceberam que a realidade ao seu redor era triste e doída e que tinham algo a dizer sobre isso. Acho que os psicólogos vieram pelo caminho da dor, não pelo caminho da generosidade. Estão vindo porque, efetivamente, como estabeleci anteriormente, as possibilidades de atuação dessa profissão estão vinculadas à capacidade de oferecer respostas para os problemas da maioria da população brasileira e não para aquela pequena elite da qual fazemos parte, a qual conhecemos bem e com a qual convivemos durante tanto



tempo. É preciso reverter os benefícios da Psicologia para toda a sociedade brasileira, principalmente para aqueles que não têm condições de acesso à Psicologia como um recurso para o seu bem-estar. Quando falo em ter acesso, não estou falando que todos os cinquenta milhões de brasileiros que estão abaixo da linha de pobreza tenham de fazer Psicoterapia. A Psicologia precisa, e tem feito isso, aprofundar a sua relação com o desenvolvimento de ferramentas e habilidades para intervir nesses contextos, contextos estes tão estranhos para nós, pessoas da classe média. Esses modos de vida parecem tão distantes do nosso modo de vida. Essa intervenção não deve ser feita de uma forma etnocêntrica, uma forma que projeta, nesses sujeitos, o ideal de que sejam convertidos ou trazidos aos nossos modelos, mas feita de uma forma que respeite esses sujeitos como portadores de uma verdade cultural, portadores de sentidos e significação para suas vidas, que devem ser pacientemente conhecidos por nós, para que possamos trabalhar com esses sujeitos.

A partir desta análise, tomo o ponto seguinte, que é o tema específico: a protagonização da Psicologia. Devo esclarecer que, nessa caminhada em direção a uma Psicologia que possa estar a serviço da maior parte da população brasileira, as entidades de Psicologia, sobretudo os Conselhos de Psicologia e as entidades, através dos fóruns de entidades de Psicologia, têm buscado, nos últimos tempos, estabelecer, de forma coletiva, um projeto para que essa Psicologia possa estar transformando-se nessa direção que estabeleci com vocês. As entidades têm feito isso através de um conjunto de recursos. Um dos recursos políticos que usamos para traduzir para os psicólogos, a partir do Conselho Federal de Psicologia, essas idéias e perspectivas que estou trazendo aqui, foi a bandeira da Psicologia e compromisso social. Há cerca de cinco anos, na busca de uma palavra, de uma fórmula, de uma consigna, de um lema, que pudesse nos ajudar no trabalho de comunicação com os psicólogos em relação a essa problemática, adotamos a bandeira da Psicologia do compromisso social.



O que é a Psicologia do compromisso social? A Psicologia do compromisso social significa um projeto de reflexividade no interior da Psicologia. É instaurar uma reflexividade que permita aos psicólogos reconhecerem-se como participantes de uma sociedade que é ampla, diversa, desigual e muito cruel em suas desigualdades. Que os psicólogos reconheçam que o seu trabalho deve estar oferecido a todos que dele precisem, que o psicólogo possa perceber que todos os cidadãos brasileiros têm um conjunto de direitos e que a construção, a validação e o uso desses direitos pode beneficiar imensamente a toda a sociedade brasileira, e nós, psicólogos, podemos tirar a nossa casquinha nesse processo. Se a sociedade brasileira conseguir que a sua população tenha educação, serviços de saúde e que a sua infância esteja protegida, certamente nós, psicólogos, integrantes da sociedade brasileira, teremos resolvido um problemão que temos neste momento, que é o de nos colocarmos como úteis a essa sociedade e, ao mesmo tempo, garantirmos a legítima remuneração das pessoas que

se dedicam profissionalmente a essa atividade.

Isso mostra que não há necessariamente uma contradição entre os nossos interesses como corporação profissional, o nosso corporativismo, e os interesses da sociedade. Pelo contrário, quando nos engajarmos no processo de garantia dos direitos dos cidadãos brasileiros, estaremos nos beneficiando como cidadãos que somos e passaremos a receber os benefícios desses direitos que o Estado brasileiro tem de nos garantir, ao mesmo tempo em que, como cidadãos diferenciados, como grupo profissional, também seremos beneficiados, porque, enfim, teremos oportunidade de prestar os nossos serviços, sermos remunerados e contribuirmos para que a sociedade brasileira possa ser mais agradável de viver e para que todos possamos nos beneficiar de uma sociedade na qual as pessoas não tenham de viver trancadas nas suas casas, com grades, uma sociedade onde a questão da lei e da impunidade possa estar mais bem estabelecida, uma sociedade na qual a segurança possa ser estabelecida como um bem



universal para todos, uma sociedade em que a condição de consumo de todos nós garanta o mínimo necessário para uma sobrevivência digna.

Parece-me, portanto, que a idéia de Psicologia e compromisso social tem sido bastante feliz, porque consegue traduzir toda essa perspectiva, a perspectiva da afirmação de que nós, psicólogos, mudamos de posição e não queremos continuar alienados no gueto, no grupo social do qual derivamos. Nós, psicólogos, não queremos continuar prestando serviço só para as pessoas que falam o mesmo registro simbólico que utilizamos do ponto de vista da cultura. Nós, psicólogos, queremos compartilhar com a sociedade brasileira, com todas as pessoas, uma melhor possibilidade de existência para todos.

A idéia de Psicologia e compromisso social tem uma outra incidência, que é no campo do conhecimento. Se queremos fazer isso mesmo, a que me referi ainda há pouco, se estamos de fato com esse projeto, temos de reconhecer que temos uma tarefa no cam-

po da produção do conhecimento. O conhecimento que temos e cultivamos e a forma como nos relacionamos com a importação do conhecimento, longe de facilitarem essa tarefa tão imensa, trazem muitas dificuldades.

Há sempre um debate sobre a universalidade do conhecimento científico o caráter universal do conhecimento científico, e o caráter construído socialmente do conhecimento científico que nos traz a questão de como os objetos para o conhecimento são estabelecidos no interior da ciência. Isso, sem fazer abuso ou ofensa a ninguém, faz-me pensar que, quando Piaget estava, no seu país, envolvido com uma investigação sobre como as crianças se desenvolvem, as crianças que Piaget observava e utilizava como referência nas suas investigações tinham a marca da mesma cultura na qual Piaget estava inscrito. Não quero negar que as idéias de Piaget acerca do desenvolvimento possam ser muito úteis e tenham o seu grau de universalidade, mas tenho certeza de que as crianças que cortam cana desde os cinco anos de



idade, no interior de Pernambuco, certamente são muito diferentes das crianças com as quais Piaget se relacionou. Quero crer que o desenvolvimento dessas crianças também seja bastante diferenciado. Não estou propondo que não dialoguemos com Piaget, estou propondo que dialoguemos com Piaget. Dialogar significa ter algo a dizer e oferecer ao outro ao mesmo tempo em que se escuta o que é oferecido. Acho uma crueldade que a Psicologia brasileira tome as idéias de Piaget, ou as tabelas de desenvolvimento, e fique querendo enfiar as nossas crianças lá dentro, reprovando-as porque elas não estão de acordo com uma tabela que foi desenvolvida dentro de uma certa conjuntura. As nossas crianças têm a sua normatividade!...

Neste momento, no interior do campo científico brasileiro, essa consciência está crescendo. É preciso produzir referências que nos permitam compreender os processos de subjetivação tal como se produzem no interior da sociedade brasileira. Isso está crescendo. Entretanto,

o grande volume de informações que manipulamos nos centros formadores ainda está associado a referências que são absolutamente desconectadas do que se passa no contexto da nossa realidade.

Portanto, a idéia de Psicologia e compromisso social também nos ajuda a apontar uma tarefa no campo da investigação da produção do conhecimento e da formação. É preciso mais velocidade, talvez, nesse campo, para que efetivamente possamos ter uma Psicologia que dialogue com a nossa gente. Já estamos perto da nossa gente em várias frentes. Se prestarmos muita atenção, se fizermos de fato aquele ouvido para a escuta - não a escuta da teoria, mas a escuta que realmente escuta o que o sujeito produz de singular - daqui a pouco estaremos produzindo a Psicologia que fala do sujeito que se produz nessas atitudes, com as características que são próprias à ancestralidade e à construção da cultura brasileira.

Esse tema da Psicologia e compromisso social também nos permite articular uma



outra questão, que é o arsenal tecnológico que temos para manejar as diversas situações em que intervimos. O nosso repertório tem sido ampliado. Tem havido uma ampliação desse repertório. A professora. Ana Bock apontava, hoje, o quanto esse repertório de interpretação de afirmação de possibilidades técnicas de intervenção tem crescido no interior da nossa profissão. Entretanto, é preciso dizer que boa parte do que temos produzido no nosso país trata-se de invenções nacionais. No campo da Reforma Psiquiátrica tem uma invenção nacional de assistência nos NAP'S e nos CAPS que não se encontra em lugar nenhum do mundo. É coisa do Brasil. Na luta antimanicomial, o debate político, feito a partir da nossa realidade, produziu um tipo de unidade que dá certo, que mantém os psicóticos fora da internação e estabiliza o sujeito, e que vocês não vão achar em lugar nenhum do mundo. É invenção brasileira.

Os modos de atenção à saúde mental no interior dos serviços substitutivos ao manicomio no Brasil são uma cons-

trução nossa. Isso afirma que temos desenvolvido Pedagogia. Sempre me lembro do pouco apreço, entre os psicólogos, pela imensa obra do nosso educador maior, Paulo Freire, e do quanto, em nossos trabalhos comunitários e em Psicologia Social, poucas vezes reconhecemos a presença desse tipo de criação. Estou citando Paulo Freire porque é o mesmo sentido. Trata-se de inventar uma coisa que sirva para a sua gente, na hora em que ela precisa e do jeito que ela precisa. Tem de ser do tamanho dela, a serviço dela, próprio para ela. Não se trata de um modelo estandarizado para todos, mas de um modelo construído e dialogado com a realidade social. Temos produzido isso.

Essa idéia de Psicologia e compromisso social diz nos que temos de adiantar muito o lado dessa questão. É preciso fazer investimentos mais intensos nessa questão.

Isso traduz um esforço que temos feito, ao longo desses últimos cinco anos, para enfrentar o processo de transformação da Psicologia brasileira. Temos, entretanto,



de avançar. “Não basta ser pai, tem que participar”: não basta ter consciência dessas coisas!... Sem dúvida, através da idéia de Psicologia e compromisso social, nós, psicólogos, temos nos tornado mais conscientes desse conjunto de elementos e contradições que constróem a nossa história como profissão, que constróem um certo *status quo* do presente, no qual buscamos navegar e o que estamos buscando transformar, mas isso não é suficiente. A consciência que não opera como ação é uma falsa consciência. A aprendizagem só ocorre quando ocorre a transformação do comportamento. No mais, é acúmulo de informações. Só existe aprendizagem quando tomo contato com algo e a partir disso não posso mais ser o mesmo que eu era. Esse conhecimento produz uma transformação que me impede de ficar na posição em que eu estava.

Talvez seja dessa natureza o momento que estamos vivendo agora. Tomamos consciência de que a Psicologia brasileira estava mal posicionada frente à realidade social. Os psicólogos tinham poucos recursos para

produzir uma análise dos contextos sociais nos quais as suas práticas intervinham. Talvez, neste momento, precisemos dar uma passo à frente. É assim que estamos propondo, desde o movimento Para cuidar da profissão, a partir do Conselho Federal de Psicologia e dos Conselhos Regionais de Psicologia, que, no próximo período, adotemos a idéia de Psicologia e protagonização social. Achamos que é chegando o tempo de os psicólogos saírem da posição contemplativa diante dessas constatações para uma atitude francamente proativa frente à produção dos vários elementos que estão envolvidos nesse processo de transformações. Essa idéia de protagonismo, portanto, é uma fórmula política. Estamos fazendo um esforço, uma tentativa política de nomeação. Estamos tentando criar um nome que possa ser utilizado para comunicação desse novo momento da Psicologia brasileira que está se instaurando, que queremos ajudar a se instaurar e a ser bem-vindo, que está se estabelecendo entre nós como modo, atitude, ética e forma de os psicólogos enxergarem a sua própria profissão.



A idéia do termo “protagonismo” remete-nos a uma linguagem do teatro. Protagonismo é a idéia daquele que ocupa a cena principal, daquele que está na cena principal. Remete-nos à tragédia grega, onde havia o protagonista, o deuteragonista, o tritagonista, o coro e a platéia. A idéia é a de que possamos, através dessa metáfora, chamar os psicólogos, que até então estiveram na platéia, para que venham para a frente dessa cena. Não queremos que eles venham roubar a cena de qualquer outro ator que seja legítimo ali, mas que saiam efetivamente da platéia, que não se contentem em ficar no coro, no coro dos descontentes, dos reclames, dos que choram e lamentam porque a profissão não é reconhecida pela sociedade. Somos como “Bombril” e temos “mil e uma utilidades”, entretanto, não estamos em lugar nenhum. Por que não estamos? Por que as pessoas não nos amam e não nos querem?!

Certa feita, num evento de psicólogos, discutia-se que o Conselho tinha de fazer lei para tudo. Para garantir que o psicólogo estivesse empregado,

o Conselho tinha de fazer lei. Os colegas propuseram várias leis: lei que obrigava o psicólogo a estar na escola, na empresa e nos diversos conselhos de direitos... Era lei para todo lado! Os colegas expressavam a posição do coro, reclamão. Precisamos entrar nisso! Vamos arranjar uma lei que nos garanta! Vamos produzir uma lei! Eu, irônico, mas mantendo a pose de sério, disse que tinha a melhor proposta. Em vez dessas leis todas, deveríamos fazer a lei que criava o psicólogo condominial. Nós resolveríamos todos os problemas. Nos condomínios estão todas as clientela: o conflito de pais e filhos, o conflito de marido e mulher, os idosos. Temos todo tipo de dificuldade humana nos condomínios. A vantagem do psicólogo condominial é que a taxa de condomínio garante a remuneração. Então, resolveríamos de uma vez por todas o problema. Com uma lei só, atenderíamos a todas as clientelas e ainda garantiríamos o financiamento, que estaria embutido na taxa de condomínio. Falei isso ironicamente e, para a minha surpresa, alguns colegas endossaram firmemente a idéia: “É isso



aí. É uma boa idéia. Vamos propor aos deputados a figura do psicólogo condominial.” Passados dois meses, recebo, na minha casa, correspondência de um colega que estava no evento, encaminhando uma reportagem do jornal *O Globo*, falando dos psicólogos nos condomínios da Barra da Tijuca no Rio de Janeiro. Ou seja, a minha ficção, na verdade, não era uma ficção. Isso já estava acontecendo, já estava existindo.

Essa é uma atitude equivocada do ponto de vista de pensar como os psicólogos se relacionam com a sociedade. Pensam que basta o Estado estabelecer a necessidade ou obrigar que os psicólogos serão assimilados. A idéia de protagonista nos traz a provocação de que os psicólogos devem, necessariamente, ser co-construtores das condições da sua prestação de serviço. Estou dizendo para vocês que, hoje, todos nós, profissionais da Psicologia, herdamos essa história. O processo de institucionalização da Psicologia no Brasil tem quarenta anos e está inconcluso. Todos nós, os estudantes, os formados recen-

temente e os formados há muito tempo, temos de perceber que somos co-instituidores de um processo que, iniciado há quarenta anos, ainda está em curso. Não temos uma profissão que tenha se estabilizado.

A idéia de adotar o protagonismo social é um esforço de tradução. Arregacem as suas mangas, psicólogos, e trabalhem pela construção da sua profissão, para que possam trabalhar na sua profissão. Muitas vezes isso passa despercebido. Achamos que já temos uma profissão estabelecida. Achamos que temos uma profissão e que basta sair da universidade que já teremos construídos os lugares e as possibilidades em que vamos atuar. E não tem sido assim! A história recente tem nos ensinado que, se hoje existe uma área que se chama Psicologia hospitalar, é porque alguns bravos pioneiros, sem nenhum preparo prévio ou específico da academia, sem nenhum treinamento anterior na sua formação regular, entraram no interior do estabelecimento hospitalar com o desafio de instaurar uma prática, de criar uma prática. E fizeram isso desenvolvendo conhecimento



e tecnologia. Aqueles que querem fazer Psicologia hospitalar ficam felizes, porque já está arrumada e querem a sua vaga. As coisas não se passam dessa maneira. Primeiro, a Psicologia hospitalar - as pessoas que são dessa área afirmam isso - ainda está engatinhando no conhecimento das suas possibilidades e potencialidades e no desenvolvimento das suas ferramentas de intervenção. Segundo, vagas em hospitais não caem do céu. É preciso que existam políticas públicas que se construam nessa direção. E isso demanda mobilização, participação. A protagonização social da Psicologia é a idéia de que abandonemos uma posição histórica dos psicólogos, essa posição histórica de uma certa passividade, de uma falta de consciência do seu papel de co-construtor da sua profissão, para que todos possamos nos engajar de uma forma consciente enquanto indivíduos e, sobretudo, enquanto coletivo da profissão, no processo da sua definição, no processo da sua institucionalização.

Para encerrar, eu gostaria de dizer que o momento nunca foi tão adequado para que

possamos implementar esse tipo de atitude dos psicólogos em relação à sua profissão. A sociedade brasileira, essa sociedade dos privilégios, das elites, das hierarquias, do predomínio da “Lei de Gerson”, da vantagem, do jeitinho, disse, há bem pouco tempo, que está cansada de ser do jeito que é. Ela disse que se cansou desse modo que vem sendo nos últimos cem anos. Ela disse que não quer mais ser essa sociedade na qual o elitismo é a ideologia fundamental que governa a relação entre os diversos cidadãos que a compõem. Essa sociedade fez uma escolha política, nas últimas eleições, na qual afirmou que quer mudar. Essa sociedade conseguiu enfrentar o medo das transformações, conseguiu enfrentar a resistência ao novo. Com muita timidez, conseguiu dizer que não estava muito segura, mas que topava fazer uma opção por um novo regime de relações no interior da sociedade brasileira. Só posso entender assim, a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para presidente deste país, e só posso entender assim a vitória do Partido dos Trabalhadores para governar este país.



Neste momento, não quero olhar para o Partido dos Trabalhadores nem para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para definir qual deve ser a política da nossa profissão. Quero olhar para essa sociedade que afirmou claramente que quer mudanças e transformações. Se eu pudesse falar por toda essa categoria e representar o pensamento dessa categoria, eu diria: se a sociedade brasileira quer mudar, eis uma grande chance para que avancemos no processo de transformação das próprias relações da Psicologia com esta sociedade. É mais do que chegado o momento de mudarmos a posição dessa profissão nas relações que ela vem historicamente estabelecendo com a sociedade brasileira. Para isso, temos de parar de reclamar. Temos de sair dessa posição estéril na qual nos ressentimos porque o outro ainda não nos conhece, o outro ainda não nos ama, o outro ainda não nos deseja de uma forma explícita, o outro ainda não nos arranhou os postos de trabalho em que vamos atuar.

É preciso que reconheçamos que a ausência dos psicólogos no interior dessas várias

possibilidades que a sociedade brasileira apresenta para a sua presença não é responsabilizada da sociedade, mas reflete a trajetória que fizemos no interior dessa sociedade. Acredito que se fizermos assim, vamos dizer: “a sociedade ainda não nos tem da forma como gostaríamos de estar presentes porque ainda não fizemos o suficiente para merecer que isso se estabeleça desta maneira”.

Estou à disposição para eventuais debates e críticas que eu possa ter provocado pelas afirmações que trouxe a vocês.



DEBATE

Público - Eu teria uma questão para problematizar, basicamente em relação a duas palavras da faixa, que, conseqüentemente, foram usadas na sua fala: políticas públicas. Por que políticas públicas e não políticas sociais? Política pública pode ser uma política privada com finalidade pública, como conhecemos as redes de coletivos nas cidades. É uma concessão da prefeitura ou do Estado, explorada pela iniciativa privada. Então, a política pública daria essa margem de também ser trabalhada dentro da iniciativa privada, e não só de um estado do bem-estar social. A política social, teórica e especificamente, teria de ser financiada pelo estado do bem-estar social.

A outra questão é com relação ao protagonismo. Você citou o teatro. Eu estava recordando que uma vez ouvi Augusto Boal falando do Teatro do Oprimido. Essa questão do protagonismo não é só do ator. O Teatro do Oprimido vai justamente buscar nessa platéia. Fazendo um paralelo

com a Psicologia, aí, sim, a Psicologia teria o papel de ir buscar na própria comunidade esse conhecimento que já existe. Não necessitaríamos criar, mas aprender, codificar, trazer e sistematizar. Digamos que o nosso papel seja mais o de sistematizar do que o de criar esse próprio conhecimento e essa própria intervenção. Teríamos mais um papel de sair dessa passividade. Aí esse protagonismo teria de ser abolido no momento em que nos colocássemos mais como catalisadores e facilitadores da emergência desse conhecimento que já existe na comunidade.

São as considerações que faço para refletirmos um pouco mais.

Público - Eu também me inscrevi para colocar duas questões que talvez pudessem estar sendo destacadas aqui.

Um pouco seria o cenário internacional com relação ao papel e à atividade dos psicólogos em outros países. Sabemos que o nosso Conselho tem tido



relações com os psicólogos dos países da América Latina e de Cuba. Como tem sido essa experiência? Eu acho que o Marcos pode trazer para nós como eles têm se colocado em outras sociedades ou se a mesma estrutura se repete-se.

Acho que essa nossa protagonização talvez seja numa perspectiva de estímulo e de condução de processo, porque o nosso papel é muito mais fazer com que a platéia fale, tenha voz e vez e saia da opressão. Pelo menos quando trabalhamos com pessoas que nunca puderam falar, dizer para que vieram, alienadas de todo o processo social, na sua condição de existência.

Eu queria que essa questão fosse um pouco mais esclarecida.

Público - Há uma certa dúvida para mim, porque, por um lado, você disse que não devemos ser psicólogos pedindo para fazer leis e arranjar lugares para trabalharmos, porque nós mesmos temos de criar condições para criar as situações. Por outro lado, você está dizendo que não se deve

esperar vagas na Psicologia hospitalar, porque, enquanto não há pronunciamento mais oficial, não tem jeito para se colocar.

Como seria possível adequar essas duas posições?

Por outro lado, ainda, a Solange está fazendo um trabalho maravilhoso, levando os estudantes, praticamente todos burgueses, para as favelas, a fim de verem como o povo está se virando, comendo, dormindo e criando os seus filhos. Esses burgueses estão em contato com uma outra camada que está trabalhando e que está precisando de um apoio psicológico.

Marcus Vinícius de Oliveira Silva – Boas questões. A finalidade da faixa e das palavras está sendo plenamente obtida quando o companheiro vem aqui e faz os seus questionamentos. A idéia é que essas palavras sirvam para a comunicação de um projeto que é muito amplo e tem de ser desdobrado. O companheiro falou das políticas públicas e das políticas sociais. Tenho acompanhado o debate seto-



rial sobre o uso desses termos. Muitas vezes me preocupo, no sentido de que não nos percamos num regime semântico. Efetivamente, a distinção das coisas varia de acordo com o que alguém pretende que seja traduzido. Não está dado em si que a política pública seja menor do que a política social ou que a política social universalmente cubra o universo ao qual o companheiro se referiu. Isso não está dado universalmente. Existe, efetivamente, um debate em torno disso.

Eu diria que ficamos em uma posição um pouco mais conservadora, do ponto de vista da nossa tarefa. Talvez tenhamos feito uma opção por uma tradução mais imediata do que se trata. E, efetivamente, trata-se de o Estado garantir, neste momento, as necessidades da população. Quando o Estado estiver escolhendo as formas de fazer isso, poderemos debater a opção que nos parece mais conveniente, se estivermos participando desse debate. Não precisamos antecipar esse debate.

Estou querendo dizer que, se o Estado disser que vai ofe-

recer assistência à saúde, é isso que queremos hoje. Vamos fazer esse debate, como psicólogos, e dizer que somos a favor do SUS, mas efetivamente é preciso que o Estado ofereça saúde à população. Esse objetivo finalístico da política nos parece mais adequado ao tipo de interesse que temos, como grupo profissional, porque efetivamente é disso que se trata. Se o Estado oferece, por uma via ou por outra, essa política pública, de um certo ponto de vista os interesses profissionais são contemplados, porque se garante, primeiro, que a população tenha esse serviço e, segundo, para que a população tenha esse serviço de boa qualidade, os psicólogos serão incluídos.

Eu topo quase que fazer um debate na cena em que isso está se definindo. Acho que não temos de antecipar, *a priori*, esse debate, para atrair hoje os psicólogos, colocando-o como exigência prévia. Quem quer promover a atração das pessoas não deve criar muitos obstáculos para que elas se aproximem. Tenho a impressão de que o debate ideológico sobre a forma de expressão da



política pode ser um elemento a mais que pode dificultar essa comunicação, ainda que, pessoalmente, eu defenda, sempre, que as políticas públicas sejam integralmente de responsabilidade do Estado.

Em relação à questão do protagonismo, estamos usando como metáfora mesmo. Estamos pegando uma metáfora que tem um poder de tradução. Talvez, para os atores que já estão cansados de viver na frente da cena ou que acham que a frente da cena já esgotou a sua possibilidade de comunicação, a idéia de protagonização pode ser colocada de uma forma muito limitada e empobrecida.

Entretanto, o nosso problema é outro. O nosso problema, se analisamos as pesquisas que o Conselho Federal de Psicologia faz, é que os psicólogos acham que a coisa mais interessante que o Conselho Federal de Psicologia, faz hoje, é a luta pelos direitos humanos e a luta antimanicomial. Os psicólogos acham isso. É muito legal! Quando se faz uma pesquisa, no interior de cento e vinte mil profissionais, sobre

quais são as ações do Conselho que acham mais significativa, os sujeitos respondem que são os direitos humanos e a luta antimanicomial. Esse é um dado muito positivo, que indica que os psicólogos estão antenados com uma certa perspectiva transformadora da sua própria profissão. Entretanto, é preciso mais do que achar interessante a luta pelos direitos humanos. É preciso aplicar o operador analítico dos direitos humanos no interior da prática profissional de cada um.

Temos aí o deslocamento de uma posição do sujeito. Estamos com a intenção de caminhar coletivamente em direção a isso. Não estamos falando da protagonização individual. Estamos falando da protagonização coletiva. Não estamos nos dirigindo ao psicólogo individualmente; estamos nos dirigindo à profissão dos psicólogos. Estamos dizendo que essa profissão, nessa conjuntura, tem como projeto sair do lugar em que está para ocupar um outro lugar mais ativo. Talvez o que nos interesse, nessa metáfora, seja a posição da atividade e da própria passividade.



Uma outra discussão que construí sobre isso diz respeito à política da representação. A política, tal como está instituída, estabelece o lugar dos que votam, os eleitores, e daqueles que são os representantes. Na cena política, quando usamos a metáfora do protagonismo, dizemos que o conjunto dos protagonistas são os sujeitos ativos das instituições políticas parlamentares e governamentais. E os demais sujeitos, que são apenas eleitores? Os demais sujeitos estão previstos nessa posição. Talvez também queiramos debater com essa localização dos sujeitos na cena política. Não basta votar num determinado governo para mudar a sociedade, é preciso se empenhar nesse processo, como indivíduo e como organização da sociedade civil, como organização profissional.

Não sei se respondo, mas é o diálogo possível, ainda que eu ache que essa idéia do protagonismo tenha limitações e seja um esforço de tradução para um certo nivelamento ideológico dos psicólogos na conjuntura atual.

Do ponto de vista das relações internacionais, é interessante a nossa relação com o Mercosul e, posteriormente, com a América Latina, através da criação da Ulapsi. Convidamos para estarem conosco, no interior da I Mostra Nacional Psicologia e Compromisso Social, vários representantes de países da América Latina. O efeito foi muito interessante. Percebemos uma influência da nossa experiência sobre os demais países. Através dessa caminhada, que nos parece, às vezes, limitada e problemática, somos o país que tem o maior número de psicólogos na América Latina; somos o país que tem os psicólogos sob a forma de organização mais transformadora institucionalmente. De repente, descobrimos que temos condições de oferecer aos companheiros da América Latina uma experiência de transformação da Psicologia. A companheira Marta citou Cuba, que talvez venha a ser uma exceção. Na maior parte dos países, a posição da Psicologia e a relação política da Psicologia com as elites dos seus países é a mesma. As característica que eu trouxe, da vinculação da Psicologia



com o período ditatorial, apenas agravaram alguns traços elitistas, individualistas e privatistas que fazem parte de uma certa tendência da constituição da Psicologia como profissão. Isso está dado.

Os psicólogos, em Cuba, obviamente, têm uma posição um pouco diferente, sobretudo naquilo que eu me referia sobre investigação, ou seja, a forma de tornar os contextos e as problemáticas sociais locais como objeto de investigação. Isso, por exemplo, aprendemos muito com os psicólogos cubanos. O que interessa, na investigação, é aquilo que diz respeito aos problemas da sociedade cubana num dado momento. Não cabe muito, sob a alegação da liberdade de investigação científica, que todas as investigações possam ter um caráter talvez descomprometido com as problemáticas que fazem parte do contexto social.

Esse é um panorama. A nossa construção política desse último período tem servido para orientar um pouco certas possibilidades de cami-

nhada dos nossos companheiros da América Latina.

Por fim, a questão do professor. Acho que o professor, na verdade, ele próprio respondeu à questão, na segunda parte da pergunta. Eu acho, professor, que a mudança está sendo operada em vários níveis. Um dos níveis é, sem dúvida, o nível da formação. É preciso garantir que a formação seja feita desde o começo, em contato com os problemas da realidade do país. Aí vamos formar profissionais que já saem da universidade com uma leitura e uma interpretação crítica da realidade na qual vivem. O problema é que a maior parte dos psicólogos formados no Brasil, hoje, teve uma formação muito distanciada desse tipo de experiência. Eu assinalei que os processos de transformação já estão em curso.

Citei a Psicologia hospitalar. Acho que temos de nos engajar coletivamente na luta pelas políticas públicas. E a luta pelas políticas públicas tem hoje vários espaços em que a posição do psicólogo tem se expressado, sobretudo



nos conselhos de controle social do SUS, da educação, da criança e do adolescente. São conselhos nos quais tem lugar a representação profissional dos psicólogos, representação que tem significado a possibilidade de que esse grupo profissional se expresse politicamente em busca dessas políticas públicas.

De fato a questão da estratégia das leis tem sido substituída por uma estratégia da aliança com o conjunto dos interessados em que a política pública seja efetivada, desenvolvida e patrocinada pelo governo.

Hoje o Conselho Federal de Psicologia tem assento, por exemplo, no Conselho Nacional de Comunicação Social. Então, o Conselho Federal está, de alguma forma, participando do debate sobre as políticas públicas relativas aos meios de comunicação. O Conselho Federal de Psicologia e vários Conselhos Regionais têm assento nas comissões nacional e estaduais de Reforma Psiquiátrica. São espaços em que o grupo profissional participa, mas não participa defendendo uma vaga para ele. Participa defendendo a

melhor política para aquele setor. A melhor política necessariamente tem de incluir o psicólogo. Nós sabemos disso. A melhor política é aquela que dá assistência integral e que não vê apenas as dimensões objetivas. Deve incorporar, também, as dimensão subjetivas. Nós sabemos que, para o manejo das situações que envolvem a subjetividade humana, os psicólogos são os sujeitos mais credenciados para trabalharem. Então, assistência integral deve significar sempre uma assistência incorporadora. Não lutamos mais por emprego. Nós lutamos para que a sociedade brasileira tenha a política de que precisa. Quando ela tiver essa política, vamos, automaticamente, ser incluídos.

Falamos muito do avanço da Psicologia na saúde, no nosso país. Cerca de 5% dos profissionais empregados em Psicologia no país estão empregados na área de saúde. Os psicólogos entraram na área de saúde pela porta lateral da política de saúde mental. Eles têm sido contratados através de concursos públicos para garantir a melhoria da qualidade



da assistência à saúde mental. Então, lutar pela ampliação dos serviços de saúde mental hoje é, concretamente, garantir que os psicólogos estejam incluídos nesse trabalho. Aliás, não só os psicólogos, mas também assistentes sociais, terapeutas ocupacionais e enfermeiros, nossos parceiros nessa questão. Eu acho que isso muda um pouco o enfoque da busca da viabilização da profissão na sociedade.

Passamos a lutar pela política pública e a política pública nos beneficia duplamente, como cidadãos e como profissionais.

Espero ter dialogado com a sua colocação.

Público - Sou psicólogo de Campina Grande. Marcus, concordo com a sua fala e acho que maioria de nós aqui concorda. Você foi muito feliz quando falou dos reclames. Eu ainda acho que pelo menos grande parcela da nossa categoria não aderiu ao discurso da política pública, do protagonismo social, do cuidar da profissão. Existe um abismo que tem de ser suplantado. O

que dizer a esses reclames? Escutamos o profissional reclamando que tal coisa é cara, que não tem dinheiro, que não sei o quê. Por mais que tentemos argumentar, mostrando os avanços, eu, particularmente, não consigo ter esse convencimento.

Eu queria que você fizesse uma análise sobre o que temos de fazer com os reclames, para que eles entendam um pouco a importância e vejam o avanço que está acontecendo.

Marcus Vinícius de Oliveira Silva - Primeiro, ouvimos, pois não queria ser desrespeitoso. Eu apenas quis dizer de uma atitude que é pouco produtiva.

A primeira coisa é sabermos que a identidade profissional na sociedade moderna não é necessariamente a identidade principal do indivíduo, ainda que tenha uma grande centralidade na vida do indivíduo. Muitas vezes, para muitos sujeitos, a sua identidade como profissional não é a identidade mais significativa, onde ele se representa melhor ou dá o melhor de si ou constrói o seu principal projeto de vida.



Efetivamente, esses sujeitos mantêm uma relação diferenciada com esses discursos que temos produzido. Temos uma categoria que dispõe de limitada capacidade para produzir análises dos contextos sociais. Então temos de usar os recursos da Ciência Política e da Sociologia. Muitas vezes as nossas análises tendem a ter um viés muito equivocado. Não é uma despolitização. Muitas vezes é um tipo de leitura e de interpretação política enviesado pela nossa contaminação excessiva com a questão da individualidade e da subjetividade. Muitas vezes isso limita a aproximação e a relação desse sujeito com esses espaços de representação, porque um espaço de representação polariza aqueles que se sentem, de alguma forma, identificados com aquilo que essa representação está representando.

Estou querendo dizer que cerca de 40% dos psicólogos inscritos no Conselho não trabalham como psicólogos. É muito difícil para esse sujeito ter a identidade de psicólogo. No cotidiano, ele é bancário e tem um registro de psicólogo. O cotidiano dele está muito

mais identificado com a sua realidade profissional bancária do que com a sua condição de portador de um título.

Então, eu acho que a situação do desemprego tende a ser um agravante para efeito dessas identidades. O negócio é fazer com quem está querendo fazer. Temos ampliado, cada vez mais, o número de psicólogos que estão sensibilizados para esse tipo de processo. Não sei dizer hoje se são 5, 20 ou 30%. Posso dizer com segurança que temos assistido a um imenso crescimento disso.

Por outro lado, vemos com muita satisfação que aqueles jovens que estão se formando hoje como psicólogos têm demonstrado um grande interesse em que essa formação já incorpore essa dimensão reflexiva em torno do contexto social de intervenção na sociedade brasileira. Possivelmente, é um trabalho que tende a ser cumulativo. Tendemos a crescer nessa direção e, obviamente, teremos de respeitar aqueles que fizeram a opção por manter vínculos preferenciais com o nexo da sua classe social ou com o nexo do seu grupo



social. A idéia é a de que uma profissão é também o espaço de expressão plural. Além das ideologias e das correntes teóricas, todos os sujeitos têm o direito de se expressarem e de exercerem a sua conduta pessoal.

O esforço que temos de fazer é para a produção e a instauração do coletivo. É o esforço de todos que estamos construindo esse trabalho. Temos de fazer o esforço de instauração do coletivo. Agora, não podemos obrigar as pessoas a fazerem parte desse coletivo. Temos de dialogar com elas.



LANÇAMENTO DO LIVRO

Adolescência e Psicologia

Coordenador:

Aluizio Lopes de Brito
Conselho Federal de Psicologia

Participantes:

Maria de Lourdes Contini
Conselho Regional de Psicologia 14ª Região (MS/MT)

Monalisa Barros
Conselho Regional de Psicologia 3ª Região (BA/SE)

Cláudio Vieira
Conselho Nacional da Criança e do Adolescente (Conanda)

Ana Sudário de Lemos Serra
Ministério da Saúde



LANÇAMENTO DO LIVRO

Adolescência e Psicologia

Convidamos, para coordenar os trabalhos, Aluizio Lopes de Brito, do Conselho Federal de Psicologia.

Como participantes, convidamos, para comporem a Mesa, Maria de Lourdes Contini, do CRP-14; Monalisa Barros, do CRP-03; Cláudio Vieira, do Conanda; Ana

Sudário de Lemos Serra, representante do Ministério da Saúde; Sílvia Koller, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Anunciamos a palavra do coordenador dos trabalhos, Aluizio Lopes de Brito, do Conselho Federal de Psicologia.

Aluizio Lopes de Brito

Conselho Federal de Psicologia

Boa-tarde, senhoras e senhores. Sejam muito bem-vindos a este momento, que é um marco para a prática profissional e, com certeza, para a construção de referenciais teóricos num campo extremamente necessário. O Conselho Federal de Psicologia, em parceria com o Ministério da Saúde, ousou construir referenciais teóricos, iniciais, sim, que irão marcar um novo caminho nesta construção.

Quero fazer um destaque especial a uma pessoa que en-

contrei na platéia. Quero que vocês, aqui, representando os diversos estados, inclusive o Conselho Federal e outros tantos Conselhos, conheçam essa pessoa que hoje é juíza aposentada pela Paraíba. Nas décadas de 70 e 80, quando ninguém se preocupava com as crianças, na época chamadas, erroneamente, de menores de rua, a Dr^a Rita Gadelha propôs-se, do seu espaço e, por que não dizer, do seu pedestal de juíza de direito, a se colocar ao lado dos meninos e meninas que ficavam ao lado



do Tribunal e dormiam nas calçadas, na rodoviária e em tantas outras lutas.

A Dr^a Rita Gadelha marcou a história da Paraíba, quando se colocou não só ao lado mas também na defesa intransigente dos direitos dessas crianças. Hoje ela fez questão de estar presente ao lançamento desta cartilha. Ela não anda muito bem de saúde, mas está aqui, bela.

Dr^a Rita Gadelha, eu pediria que a senhora se levantasse para que as pessoas pudessem lhe conhecer.

A Dr^a Rita foi criticada por estar “degradando” a magistratura da Paraíba, participou da elaboração do Estatuto da

Criança e do Adolescente e é um marco, sim, da luta em defesa das crianças.

Seja muito bem-vinda. A sua presença a este evento, Dr^a Rita Gadelha, muito nos honra.

Registro também a presença do deputado Ricardo Coutinho que tem um mandato popular. É um deputado que tem se colocado a favor das grandes lutas desta cidade e deste estado. É, para nós, uma satisfação contar com o deputado Ricardo Coutinho neste evento. Passo a palavra ao Cláudio Vieira, representante do Conanda e parceiro na construção desta cartilha e de todo o Movimento de Meninas e Meninos de Rua deste País e dos direitos da criança e do adolescente.

Cláudio Vieira

Conselho Nacional da Criança e do Adolescente (Conanda)

Muito boa tarde a todos os presentes e participantes da Mesa deste evento de lançamento da cartilha “Adolescência e Psicologia”.

O Conselho Nacional da Criança e do Adolescente

é um órgão que foi criado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente como uma forma de virar esta página brasileira do abandono de suas crianças e de seus adolescentes.



Há treze anos estamos implantando esta legislação no Brasil. Esta legislação aponta para a municipalização, para a descentralização e, principalmente, para o controle social. O Conselho de Psicologia já foi parceiro em outras atividades, principalmente há dois anos, destacando-se na luta contra o rebaixamento da idade penal, talvez um dos últimos argumentos dos que querem encarcerar a nossa infância e adolescência pobre.

O Conanda associa-se a esta iniciativa, porque uma das grandes tarefas nossas, hoje, como estava sendo dito na Mesa anterior, pelo Marcus Vinícius, é entender, enxergar e propor ações de natureza integrada, que vejam a criança e o adolescente como protagonistas da sua própria vida e como seres capazes de dirigir, junto com todos aqueles que se envolvem com eles em seu trabalho, a possibilidade de uma tarefa multidisciplinar e a possibilidade de uma visão plural do que sejam as necessidades do atendimento à criança e ao adolescente.

Na semana passada, o Secretário Nacional de Justiça disse que estamos vendo um genocídio da nossa juventude. De cada dois adolescentes mortos por causas externas no país, um é por assassinato. Talvez sejam as crianças e os adolescentes, em particular os adolescentes, as grandes vítimas de uma sociedade profundamente desigual e que aprofunda, a cada dia que passa, a sua hostilidade contra aqueles que não têm os mesmos meios para poder desenvolver a sua vida.

O Conanda - Conselho Nacional da Criança e do Adolescente associa-se ao Conselho Federal de Psicologia e ao Ministério da Saúde nessa iniciativa. É mais um passo que damos no sentido de chamar a atenção da sociedade para as múltiplas necessidades que precisamos implantar, do ponto de vista das políticas públicas brasileiras, para que possamos construir um projeto para essa juventude que não seja o da marginalização, o do empobrecimento e o do abandono de suas vidas.



Por isso estamos aqui, parabenizando o Conselho Federal de Psicologia, que hoje também tem assento no Conanda. Juntamo-nos a essa iniciativa, pois consideramos um instrumento de implantação e consolidação do Estatuto da Criança e do Adolescente, para que possamos efetiva e concretamente mudar aquele paradigma antigo, que ainda permanece na nossa cultura, de que crianças e adolescentes em situação irregular estão em uma situação ameaçadora à sociedade.

O Estatuto da Criança e do Adolescente vem colocar a doutrina da proteção integral, porque consideramos que crianças e adolescentes são sujeitos especiais, em condições especiais de desenvolvimento, e, para eles, prioritariamente, - conforme está escrito na nossa Consti-

tuição -, devem estar voltadas as políticas sociais básicas. O lançamento desta cartilha nos ajuda, pois propõe a criação de outros espaços, para que possamos consolidar esse instrumento fundamental que tem de estar desdobrado em ações concretas e multissetoriais, tanto do ponto de vista do Estado quanto do ponto de vista da sociedade civil. Que nós, da sociedade civil, possamos estar no controle direto das políticas públicas que afetam as nossas crianças e os nossos adolescentes.

O Conselho Nacional da Criança e do Adolescente está de portas abertas para o Conselho Federal de Psicologia - e não poderia ser diferente - para aprofundarmos essas possíveis parcerias, com o intuito de universalizar o atendimento às nossas crianças e aos nossos adolescentes.

Maria de Lourdes Contini

Conselho Regional de Psicologia - 14ª Região

Eu gostaria de fazer um breve histórico de como isso surgiu.

Na verdade, foi uma parceria entre o Conselho Federal de Psicologia e o Ministério



da Saúde, na área da saúde do adolescente e da juventude. Através de uma conversa, na época com a Ana Sudário, resolvemos abrir a possibilidade de uma interlocução e de uma reflexão, que fosse tanto no campo teórico quanto no campo das intervenções ou das práticas dos psicólogos que atuam com o adolescente brasileiro.

Era um projeto um pouco ambicioso, penso eu, porque tínhamos de dar conta de desmontar um pouco a concepção dominante na Psicologia a respeito da própria adolescência. Temos, ainda, um conceito, dentro da Psicologia, de uma visão individual, na qual a concepção de adolescência está descontextualizada de toda uma história que produziu esse fenômeno, a adolescência. Fica parecendo que a adolescência existiu sempre, e sabemos que hoje ela ocupa um espaço dentro da nossa organização social, que é esse espaço de latência social. Nós, enquanto psicólogos, temos legitimado uma concepção de adolescência que tem contribuído para essa visão descontextualizada do fenômeno e, pior, de uma

concepção de adolescência dentro daquilo que o Marcus estava dizendo: das classes onde nós nos reconhecemos como parte dela.

Consideramos que deveríamos rediscutir, então, dentro da linha editorial desse trabalho, dois eixos que seriam fundamentais para ressignificar o adolescente dentro da Psicologia e intervir com esse adolescente - especialmente no caso do Ministério. Acho que hoje isso já extrapola um pouco o próprio Ministério da Saúde, porque temos visto que a repercussão está indo para além da saúde. O projeto inicialmente era para qualificar o profissional de Psicologia que atua com adolescentes nas unidades de saúde ou na saúde pública. Depois entendemos que o próprio produto acabou extrapolando um pouco.

Tentamos fazer uma reflexão que, de alguma forma, construísse um olhar - não vou falar em novo olhar, pois parece que não teve história antes - e uma nova forma de pensar a adolescência dentro da Psicologia. Isso vai um pouco na contramão da própria situação,



legítima dentro da Psicologia, de dominação de uma noção de adolescência enquanto um fenômeno que é completamente descontextualizado ou, quando muito, o adolescente “padrão” da “Malhação”, da *Rede Globo*. Só que não é este o adolescente que encontramos na saúde pública, não é este o adolescente que encontramos na rede pública de ensino e não é este o adolescente que encontramos em situações de risco e de vulnerabilidade, no caso de estarem nas ruas, abandonados ou fora da escola. Enfim, não é com este adolescente que o psicólogo, efetivamente, vai ter de lidar e de dar conta de lidar.

Por conta disso, resolvemos ter a ousadia de tentar fazer algo que pudesse romper um pouco com essa prática, ainda muito constante dentro da Psicologia.

Não vou me deter aos detalhes, por acreditar que vocês vão ter oportunidade de ler.

Esse material foi financiado pelo Ministério e será distribuído. Numa segunda eta-

pa, o Conselho irá distribuir, para que chegue às Secretarias de Saúde e organizações não-governamentais, ou seja, instituições que atuam com adolescentes em nosso país.

Estamos tentando viabilizar para que, de fato, esse material não fique parado. Queremos que ele seja bastante folheado. Inclusive há o *e-mail* dos autores, para eventuais contatos, e poderemos abrir discussões.

A nossa pretensão é a de que isso seja apenas o início de uma longa interlocução com os psicólogos que estão atuando com toda gama de complexidades que envolvem hoje a nossa realidade, especialmente na situação do adolescente brasileiro.

Houve toda uma história, inclusive da própria capa. Havia uma empresa que fazia a parte gráfica. Nós nos assustamos um pouco, porque a moça que era especialista em publicidade e comunicação... Descobrimos, primeiro, que queríamos que fosse um grupo de adolescentes com a cara dos adolescentes brasileiros. No banco de imagens que a



moça tinha, com dez mil fotos de adolescentes, não havia uma adolescente negra. Foi um problema, porque não achava um negro!... Foi engraçado, porque, inclusive, a moça da publicidade era muito nova e era negra... A Sílvia ainda brincou que iríamos tirar uma foto dela para colocar na nossa cartilha. Não havia adolescente negro no banco de imagens...

Houve uma história, que é muito a representação. Penso que a Psicologia tem um papel atuante, porque essa representação não surge do nada. De alguma forma estamos legitimando. A primeira capa que a empresa nos trouxe era uma capa sinistra. Era uma coisa escura, adolescentes descabelados, em posição de grandes conflitos. Nós ficamos assustados. O que é isso?! “Isso é a adolescência”, disse a moça. Vejam como temos todo um estereótipo em torno do adolescente-problema ou da síndrome da anorma-

lidade do adolescente, ou seja, é normal ser problemático na adolescência - é isso em que, inclusive, nós acreditaríamos, na Psicologia, durante muito tempo...

Esse trabalho tem essa ousadia de tentar romper um pouco com alguns estereótipos ainda muito presentes na Psicologia, na formação e, fundamentalmente, está dentro daquilo que o Presidente do Conanda estava apontando: a crença de que temos, sim, de atuar na direção da construção de uma política pública, especialmente aqui, no nosso caso, na infância e na adolescência, por conta de que hoje essa política não está sendo garantida de uma forma adequada pelo Estado.

Penso que ainda temos um longo caminho. Quanto mais parcerias e quanto mais pessoas juntas neste projeto, quem ganhará será a infância e a adolescência brasileiras.

Monalisa Barros

Conselho Regional de Psicologia - 3ª Região

Boa-tarde, colegas da Mesa e da Plenária.

Vou falar especificamente do que escrevemos nesta cartilha. Ha-



via a preocupação de que atendêssemos ao profissional de Psicologia que estivesse na unidade básica de saúde nos diversos municípios, principalmente do Nordeste do país. Era essa a direção solicitada pelo Ministério da Saúde.

Entrei para compor o grupo apenas como a psicóloga da ponta, que está lá atendendo ao adolescente que chega ao centro de saúde, pois não estou ligada a nenhuma universidade. Nesse sentido, tentamos nos colocar no lugar daquele profissional que vai para a unidade e não sabe por onde começar, nem o que fazer.

Por outro lado, sabemos que, na história recente da Psicologia, temos travado discussões importantíssimas, como a da luta antimanicomial, a da redução da idade penal, da justiça terapêutica, da questão das pessoas portadoras de necessidades especiais. Essas discussões são bastante apaixonantes, mas precisavam ser traduzidas, numa forma prática, na ação daquele profissional que está ali, na ponta.

Como levar essa discussão não só teórica, mas também

do movimento Cuidar da Profissão, das pessoas que estão interessadas em modificar a sociedade, para o dia-a-dia do profissional que está ali, no serviço?!

Estamos chamando esse material de cartilha, e não de livro ou manual, porque ele não pretende amarrar ninguém a nada, mas, sim, suscitar discussões que possam fazer o profissional pensar mais um pouco na sua prática e rever alguns vícios que trazemos da nossa formação.

Tratamos do psicólogo na saúde pública. O psicólogo é um profissional de saúde, mas, muitas vezes, vinculamos a psicoterapia à ação do profissional de saúde. Ainda achamos que ser profissional de saúde é ser psicoterapeuta. Quando estamos trabalhando a ação do psicólogo, estamos querendo que o psicólogo compreenda que o papel dele, dentro da saúde pública, é muito além da possibilidade de ter Psicoterapia no centro de saúde. É muito além, pois há inúmeras outras possibilidades, mas, para isso, ele precisa ter uma noção ampliada de saúde, per-



ceber qual o lugar dele nessa equipe e perceber que, quando estamos no serviço, há uma área de ação que é campo, ou seja, é comum a todos os profissionais que estão ali, com compromisso com aquela comunidade, e há uma área que é núcleo, ou seja, específica da minha ação como profissional em Psicologia, formado num curso universitário para oferecer aquele olhar sobre o fenômeno psicológico que emerge naquelas emoções.

Como parte de uma equipe multidisciplinar, propomos que o nosso olhar seja sobre a comunidade. Quem são os adolescentes da nossa comunidade? Quais são esses adolescentes? Quantos são? Quantos estão em situação de rua, por exemplo? O que essa unidade de saúde pode oferecer para incluir esses jovens, que estão na comunidade, na assistência? Que estratégias estão sendo criadas para formar esse vínculo e fazer com eles cheguem até a unidade?

Quando o jovem da nossa comunidade está em conflito com a lei, qual a oportunidade que oferecemos a ele

naquela unidade? Ele tem um atendimento que reflita o nosso entendimento do ECA? Precisamos contribuir com intervenção técnica qualificada, sem preconceitos e estigmas, de forma que se respeite a subjetividade de cada adolescente em conflito com a lei. Quando esse adolescente, por exemplo, já apresenta um surto psicótico, qual é o olhar que aquela equipe vai despertar naquele jovem? É dentro da perspectiva que temos lutado nas questões da Reforma Psiquiátrica, da luta antimanicomial, ou vamos segregar mais uma vez e dizer que aquela unidade básica não dá conta daquilo e que é melhor levá-lo para um serviço psiquiátrico ou para o hospital da próxima cidade? Estamos produzindo a inclusão desse sujeito? A nossa discussão da luta antimanicomial tem refletido na nossa prática? Como atendemos e referendamos o sujeito, um jovem que teve um surto psicótico?

Outra questão que permeia todas as discussões, novelas e prêmios são as drogas. Produzimos uma discussão com relação a isso e percebemos que precisamos entender,



naquela comunidade em que estamos inseridos, qual é a função que a droga está ocupando e a consequência que o serviço tem tido para os nossos adolescentes. Que olhar e que escuta estamos destinando ao problema? Há questões mais complexas como essas que, aparentemente, como profissionais de saúde de unidades básicas, poucas vezes entendemos como sendo do papel nosso, e até outras questões, que são inerentes ao serviço. Um jovem portador de uma doença crônica estabelece um vínculo de idas freqüentes e permanentes com a unidade, por muito tempo. Por exemplo, um jovem portador do HIV ou de uma doença crônica que exija esse relacionamento intrínseco com as pessoas da unidade. Como o adolescente estrutura a vivência dessa doença? Como ele está organizando esses vínculos que não escolheu fazer, com as pessoas que não escolheu para conviver e com quem tem de que conviver praticamente todo mês, ou até em um intervalo menor? Temos sido eficazes na construção da adesão ao tratamento desse sujeito, mesmo que ele não faça

o pedido psicoterápico? Ele precisa aderir ao tratamento e fazer uso constante daquela medicação, por exemplo, no caso da tuberculose, por seis ou nove meses. Temos construído a adesão ao tratamento naquele lugar? Que tipo de escuta estamos oferecendo? Estamos permitindo que o jovem daquela comunidade procure-nos para discutir, por exemplo, a sua “primeira vez”, o uso de um anticoncepcional, o fracasso em uma ereção ou o medo de estar impotente?

E se estivermos no papel curativo de intervenção para adaptar o sujeito, de que a Ana Bock falava, quando contava a história da Psicologia e a história do registro do fenômeno psicológico nas nossas publicações? Se estivermos nesse lugar, com certeza não vamos estabelecer esse vínculo. Devemos ter uma preocupação de não reforçar essa visão estigmatizante que a sociedade impõe, por exemplo, em relação à gravidez na adolescência. Temos permitido que ela seja ressignificada ou estamos só reclamando, mais uma vez? Você engravidou de novo?! Que tipo de relação estamos



estabelecendo com essas questões todas?

Uma outra questão muito interessante na nossa discussão seria incorporar a questão do projeto de vida, como sendo uma pulsão de promoção de saúde. O jovem tem sido sujeito de suas próprias ações ou somente está sendo levado a reboque dos acontecimentos? O jovem tem uma reflexão facilitada acerca de um projeto de vida? Entendemos que a construção das possibilidades de se construir um sujeito social é uma ação concreta de promoção da saúde e também faz parte do papel que o profissional pode desenvolver na unidade.

O psicólogo, comprometido com o seu trabalho, deve participar mais diretamente dos órgãos de controle social na efetiva construção e implantação de políticas públicas de atendimento à infância e à adolescência. Nos Conselhos de Educação e de Saúde, o psicólogo tem um espaço a ocupar; abster-se desse lugar é reafirmar a estereotipização a que fomos relegados durante anos.

Quando construímos essa cartilha, com essa linguagem que, como o Marcus falou, precisava inventar uma coisa para a nossa gente, que é a linguagem da nossa gente, não trouxemos uma teoria que tivesse de se encaixar a uma prática, mas refletimos a prática e vimos, dentro da necessidade daquele profissional, o que poderíamos escrever para ajudá-lo nessa ação. Há muitos profissionais na saúde pública e há pouca normatização do trabalho. Não falo da normatização como uma coisa para aprisionar, mas até para abrir as possibilidades de ação.

Eu contava, no grupo de trabalho, que, onde estou trabalhando agora, na unidade de saúde, a minha chefe é bioquímica. Discutíamos folgas, porque alguém estava trabalhando aos sábados na vacinação. Eu questionei que eu trabalhava à noite no grupo terapêutico e nunca tinha percebido que poderia pedir algumas horas de desconto durante o dia. A chefe argumentou-me que reunião de grupo não é trabalho e que eu ia à noite porque queria!... Ela não entendia, e não tem



que entender, porque não é da área, que isso era um trabalho do psicólogo. Ela achou que eu estava indo lá toda semana porque achava gostoso ficar lá duas horas por noite, uma vez por semana, com aquelas pessoas.

Quando temos um instrumento como esse, ele não só serve como balizador da nossa ação como também permite que outras pessoas do nosso serviço possam conhecer as possibilidades de ação. Com esse intuito, esse grupo, maior do que aqui representado, trabalhou durante o ano passado

para escrever essa cartilha. Esperamos que, na prática, ela possa ajudar na ação concreta desses profissionais.

Nesse sentido, colocamos à disposição para conversar. Os nossos nomes estão ao final, com endereço de contato, para que possamos continuar essa interlocução e construir algo, a partir dessa proposição, que seja realmente a nossa linguagem, a nossa cara, e que sirva para o nosso trabalho efetivo na construção de uma sociedade mais justa e mais harmônica.

Ana Sudário de Lemos Serra

Ministério da Saúde

Estou representando o Ministério e sou psicóloga do CRP-01. Vim aqui representando a coordenadora da área de saúde do adolescente e do jovem, Zenilce Vieira Bruno, psicóloga. É a primeira psicóloga, desde 1989, época da criação da área da saúde do adolescente, que é coordenadora nacional.

A cartilha já foi bem mostrada. Realmente, Maria de

Lourdes, surpreendeu-nos a potencialidade de ela não ficar somente na área da saúde. Isso aqui já está lá em cima, no Amazonas, no Alto Solimões. Já mandamos algumas cartilhas para lá.

Quando viajamos por este Brasil todo, principalmente para o Norte e o Nordeste, regiões em que trabalho mais, conhecemos pessoas que vivem dentro de florestas, inundadas



seis meses por ano. Elas andam de canoa da casa para a escola. A terra que se vê é em cima de flutuantes. Está tudo debaixo d'água. São situações de vida complementamente diferentes das que estamos acostumados. Aproximadamente 76% da população são indígenas, que não estão mais protegidos pela sua cultura. Estão sofrendo com isso. Quando vamos para o Alto Juruá, no Acre, levamos, às vezes, dias, andando de canoa ou na voadora, para chegar em alguns locais.

Começamos, então, a ver que a capacitação dos profissionais para atuar na questão da adolescência precisava sofrer uma mudança. Procuramos as associações e as sociedades de classe. No início, conversamos muito com a Ana Bock sobre essa questão e depois vocês conduziram o processo. Seria importante termos uma cartilha - nesse ponto, quero parabenizar os autores - que pudesse levar um conhecimento para onde às vezes ele não chega.

Nos idos de 80 eu fui muito ao Norte e lá ainda ouço os psicólogos dizerem que a única coisa que possuem de mais

novo são as revistas do CFP. Eles têm dificuldades de encontrar livros. Não estou falando das capitais, estou falando dos lugares mais longínquos.

Lá no Ministério, planejando essa ação, pensamos que seria importante fazermos isso com os psicólogos.

Acho que isso aqui vai ter uma grande aceitação no Brasil e vai nos ajudar muito no trabalho com adolescentes. Desde 1989, a Saúde do Adolescente tem trabalhado com intersetorialidade, com multidisciplinaridade e diversidade humana. O entendimento dos psicólogos e das pessoas da área de saúde que trabalham com adolescentes é limitado. A diversidade e o contexto social ficam de fora porque assim aprendemos. Acredito que essa cartilha vai dar as outras dimensões que precisamos para o trabalho.

Outra coisa que nos fez pensar na modificação da atuação do nosso trabalho com os profissionais foi uma fala, até contei para a Monalisa, de um adolescente, que disse: “Não quero mais ser ator principal,



eu quero ser autor.” Na busca dessa autonomia, o psicólogo é uma frente importante.

Tenho visto, também, nas capacitações do Saúde da Família, que é a estratégia estruturante da saúde hoje, preconizada pelo Ministério da Saúde, que vai ter um aumento - não sei bem os números - nas equipes do Saúde da Família. A preocupação deles é ter também o auxílio de um psicólogo. Como o Marcus Vinícius estava falando, é um outro mercado de trabalho que está nos esperando. Não é como temos visto, ou seja, os psicólogos querendo saber onde vai ser o consultório. A lógica do Saúde da Família é completamente outra. É preciso que haja profissionais que

entendam essa lógica e possam trabalhar dentro dela, porque, se for bem trabalhada, realmente vai dar uma modificação grande na nossa sociedade e na redemocratização que estamos querendo para este país.

Tenho que agradecer ao Conselho Federal, que nos deu essa força, e pedir aos psicólogos que leiam a cartilha, porque está muito boa. Como a Monalisa falou, abriu perspectivas para gravidez e até para o próprio entendimento sobre a adolescência.

Agradeço também o convite para estar aqui.

Espero que, futuramente, façamos, juntos, outros trabalhos.

Sílvia Koller

Sociedade Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento

É quase o grande momento do dever cumprido, poder olhar vocês querendo a cartilha, e a cartilha passando de mão em mão. É realmente uma emoção muito grande para nós, especialmente para as pessoas que estão aqui. Certamente vamos comparti-

lhar isso com os nossos colegas que colaboraram com esse trabalho.

A Monalisa apresentou muito bem as questões de conteúdo do trabalho e a Maria de Lourdes falou muito sobre o espírito e a ideologia que tí-



nhamos por trás da construção desta cartilha, olhando para palavras-chaves que, para nós, eram extremamente importantes. Proteção, engajamento político do adolescente, promoção de saúde do adolescente, a saúde que ele realmente apresentava, como mudar a relação do adolescente com a vida ou garantir que as habilidades, as competências e as alegrias fossem mantidas, para que pudéssemos realmente pensar em projetos de vida muito mais do que pensar em doença. Que pudéssemos partir do sinistro ao colorido. É bem isso que aparece nessa cartilha: do sinistro, que é pensado sobre o adolescente, ao colorido, que apresentamos, não perdendo de vista o risco que muitos deles estão vivendo. Realmente apontamos situações de vulnerabilidade, mas mostramos formas de proteção e de saúde.

A Monalisa falou muito do profissional que está lá na ponta. Como sou professora da academia e com a cabeça mais acadêmica, fiquei pensando todo o tempo, durante a construção dessa cartilha, no meu estudante que está na sala de

aula. Como professora de Psicologia do desenvolvimento, toda vez que tinha de dar aula de Psicologia da adolescência e utilizar aqueles manuais ou os artigos científicos internacionais traduzidos, eu me sentia muito hipócrita. A realidade dos nossos adolescentes - principalmente pra mim, que trabalho com crianças vítimas de violência e em situação de rua -, eu não encontrava nos livros que eu mesma indicava aos meus alunos.

Eu até desafiava os alunos, no primeiro dia de aula, dizendo que não existe um livro sobre adolescência que eles pudessem ler para a disciplina. Eu dizia, ainda, que gostaria muito que um deles, estudantes daquela disciplina, no futuro fosse autor. Nunca imaginei que eu seria associada a esse grupo tão rico e tão importante.

É uma satisfação e uma alegria muito grande saber que isso vai lá para o Norte, como a Dr^a Ana falou, mas que também vai para o interior do Rio Grande do Sul, nas regiões em que as crianças aprendem português na escola, mas falam



outras línguas nas suas casas e, muitas vezes, estão em situação de vulnerabilidade e merecem ser olhadas. Vai para esse profissional que está em formação, que vai aprendendo com as coisas que escrevemos.

Também gostei do último desafio que a Dr^a Ana deixou: vamos fazer de novo, vamos fazer mais, vamos fazer bonito, vamos manter essa parceria tão importante para nós, a fim de que possamos realmente executar. Que possamos, quem sabe, no próximo Congresso Norte-Nordeste, lançar outras cartilhas com outras demandas que são importantes para a nossa área e também para o Ministério da Saúde.



MESA-REDONDA I

Psicologia e Direitos Humanos: Perspectiva Crítica ou Modismo?

Participantes:

Coordenador: Marcus Vinícius de Oliveira
Presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos
(CNHD/CFP)

Heliana Conde
Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH/CFP)

Pedrinho Guareschi
Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH/CFP)

Paulo Maldos
Conselho Federal de Psicologia



MESA-REDONDA I

Psicologia e Direitos Humanos: Perspectiva Crítica ou Modismo?

Marcus Vinícius de Oliveira Silva

Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH / CFP)

Comentei com alguns colegas que já estive com vocês por um tempo longo e estamos retomando com um enfoque bastante específico em torno da questão Psicologia e Direitos Humanos.

Contaremos com a companhia da professora Heliana Conde, que também é da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia. Assim que Heliana Conde chegar ao recinto, vamos convidá-la para se incorporar à Mesa.

Vamos dar início aos trabalhos, visando manter a regularidade do horário e não atrasar mais as atividades.

A título de introdução, começo trazendo, para vocês, um conjunto de informações sobre o estado da arte da institucionalização do debate entre Psicologia e direitos hu-

manos. Talvez eu pudesse trazer as informações de caráter institucional. Posteriormente, teremos as contribuições dos colegas que fazem parte da Comissão Nacional de Direitos Humanos, refletindo sobre o tema “Psicologia e Direitos Humanos: Perspectiva Crítica ou Modismo”?

A primeira questão que devemos assinalar é a existência de uma iniciativa do Conselho Federal de Psicologia, em 1996, sobre uma certa análise do processo de desenvolvimento da profissão de psicólogo no Brasil, pois, constatando que um número significativo de psicólogos tinha deslocado o seu interesse, o seu esforço e a sua prática profissional para certas fronteiras, em que a exclusão social mostrava-se bastante intensificada, esses profissionais deparavam-se com um conjunto de problemas e de



situações que remetiam à questão dos direitos humanos.

Por um lado era perceptível o fato de os psicólogos experimentarem trabalhar em condições sociais e institucionais marcadas pela exclusão social e, nesses lugares, a questão dos direitos humanos colocava-se com bastante intensidade. Psicólogos trabalhando no sistema prisional; psicólogos trabalhando no sistema de liberdade assistida; psicólogos trabalhando com o Movimento Nacional de Meninas e Meninos de Rua; psicólogos trabalhando com as vítimas de violência e abuso sexual; psicólogos trabalhando em circunstâncias nas quais a questão da violação dos direitos humanos apresentava-se como um interrogante para o qual esses psicólogos careciam de ferramentas analíticas para interpretar e se relacionarem com isso.

Estamos, neste momento, recebendo a professora Heliana, que irá se juntar aos colegas da Comissão Nacional de Direitos Humanos.

Por outro lado, esse diagnóstico, ao mesmo tempo em

que constatava que os psicólogos estavam trabalhando em certas situações de fronteira, onde a questão dos direitos humanos estava sendo muito exigida, constatava, com muita satisfação, que a Psicologia brasileira, ao longo das suas últimas décadas, tinha produzido também um conjunto de destacados militantes, psicólogos, da área de direitos humanos. É aquela velha máxima: onde está a carência está também a fartura; onde está o problema está também a solução. A mesma Psicologia que tinha limitações para enfrentar as questões da exclusão social e fazer o debate sobre o tema dos direitos humanos tinha produzido, no Brasil, a presença de alguns destacados militantes da causa dos direitos humanos.

Foi a partir dessas duas constatações que o Conselho Federal de Psicologia instituiu uma Comissão Nacional de Direitos Humanos. Para esta Comissão, foi convidada a participar, e aceitou, a colega, companheira destacada militante dos direitos humanos, Cecília Coimbra. Cecília Coimbra, obviamente, com destaque na luta contra a tor-



tura e na luta pelo resgate da memória da violência da ditadura militar contra os presos políticos no Brasil.

À época também foi convidada, e aceitou participar, a então deputada federal Marta Suplicy, destacada na defesa dos direitos sexuais.

Também nessa época estava conosco a colega Eliane Seidl, que havia sido coordenadora, no Ministério da Saúde, e desenvolvido importantes aspectos da política de saúde mental da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial.

Além dessas três companheiras, que hoje não mais compõem a Comissão, estava conosco o professor Pedrinho Guareschi, conhecido mundialmente pelas suas posições e pela sua atitude de defesa das causas vinculadas aos direitos humanos. Ele também é da Comissão de Justiça e Paz, importante organismo brasileiro que intervenha na questão dos direitos humanos.

A colega Heliana Conde, destacada militante institucio-

nalista e uma das responsáveis pela organização do serviço da equipe clínico grupal do Grupo Tortura Nunca Mais, uma das raras expressões concretas de uma prática psicológica direcionada, orientada a partir da questão da defesa dos direitos humanos.

Estava conosco também o professor Leoncio Camino, da Universidade Federal da Paraíba. O professor Leônicio Camino tem uma história de estudos em relação à discriminação e ao preconceito e, sobretudo, à organização camponesa, às organizações políticas dos campo.

Posteriormente, com a saída das companheiras a que me referi, incorporamos a companhia do companheiro Paulo Maldos, destacado defensor dos direitos indígenas e também militante dos movimentos antiglobalização, movimento do plebiscito da Alca, no qual teve destacada participação.

Também participava o colega da Paraíba, vinculado aos movimentos camponeses, Genaro Ieno.



Esses são alguns dos psicólogos brasileiros que o Conselho Federal de Psicologia identificou, que poderiam estar representando, de uma forma muito adequada, essa militância que já havia se constituído no interior da Psicologia, em torno da causa dos direitos humanos.

A esse grupo eu me agreguei, com muita satisfação. Era, à época, dirigente do Conselho Federal de Psicologia e com uma militância na área dos direitos humanos, em torno da Luta Antimanicomial e de defesa dos direitos dos usuários de Saúde Mental.

Bem, esse foi o nosso ponto de partida. Essa Comissão Nacional de Direitos Humanos certamente representa, no Brasil, a primeira expressão organizada, permanente e sistemática de articulação entre Psicologia e direitos humanos. Outros colegas psicólogos importantes existem nessa militância e outros trabalhos igualmente significativos foram desenvolvidos antes da instalação dessa Comissão na área de direitos humanos. Estou afirmando que essa foi a

primeira expressão institucional organizada, permanente e sistemática de articulação do tema da Psicologia com o tema dos direitos humanos.

Essa Comissão de Direitos Humanos já tem cinco anos de existência e adotou alguns dispositivos, de forma a contribuir com o objetivo principal de alavancar a discussão de Psicologia e direitos humanos. Dentre esses dispositivos, devemos destacar a realização anual de um Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos, que tem sido o ponto de encontro de todos aqueles interessados nessa reflexão. É um espaço político e público em que a articulação entre Psicologia e direitos humanos tem podido ser enfrentada, debatida e refletida pelos interessados. Esses seminários têm gerado, regularmente, publicações de livros que têm funcionado como um dos primeiros esforços de dotar a Psicologia brasileira de material bibliográfico que possa orientar esse tipo de debate.

Hoje, com muita felicidade, já assistimos a outras publicações, oriundas de outros



centros acadêmicos ou de outros grupos, que vêm colaborar para a construção da articulação entre Psicologia e direitos humanos.

Um outro dispositivo muito importante da Comissão Nacional de Direitos Humanos, forma através da qual tem buscado fazer um diálogo com a sociedade e com a categoria dos psicólogos, tem sido as campanhas nacionais de direitos humanos. Houve três campanhas e estamos nos preparando para a quarta campanha. A primeira campanha teve como foco, como alvo, a questão do manicômio judiciário, “o pior do pior”, com denúncia da condição de existência dos manicômios psiquiátricos. A segunda campanha tomou como mote a questão da criança e do adolescente e buscou discutir e denunciar a morte e o aprisionamento da infância e da adolescência pobre, como forma de gestão e manejo da sociedade brasileira, e das situações de conflito com a presença desse segmento. A terceira campanha enfrentou o tema da discriminação racial, com o lema “A discriminação racial humilha, a humilhação

social faz sofrer”, chamando a atenção para os aspectos éticos e subjetivos envolvidos nessa temática.

Então, uma caminhada estabeleceu-se ao longo desses cinco anos. Nessa caminhada, um dos efeitos mais significativos foi a organização de Comissões Regionais de Direitos Humanos em todos os Conselhos Regionais de Psicologia. Hoje, temos uma rede nacional de Comissões de Direitos Humanos funcionando como dezesseis organismos de direitos humanos que articulam a temática da Psicologia e dos direitos humanos numa perspectiva crítica.

Um dos efeitos também bastante significativos da existência dessa caminhada é a constatação de que o tema dos direitos humanos ganhou amplitude e repercussão, a partir da iniciativa das Comissões de Direitos Humanos dos Conselhos de Psicologia, em vários fóruns científicos e profissionais. Assim, Mesas sobre o tema Psicologia e direitos humanos foram realizadas em congressos importantes, como o Congresso da Abrapso - Asso-



ciação Brasileira de Psicologia Social e o Congresso da Anpep - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia, entre outros, como o evento regional da Abrapso/ Minas Gerais, que tomou os direitos humanos como seu tema central.

De certa forma, essa caminhada ofereceu um certo patamar para esse debate. Estamos em uma circunstância atual em que, aparentemente, a Psicologia admitiu e aceitou a questão dos direitos humanos como um tema importante da sua agenda, como um tema importante da sua pauta. Talvez essa história bem sucedida, que estou descrevendo para vocês, seja o ponto de partida da nossa reflexão, porque é exatamente o fato de termos conseguido fazer com que hoje o tema da Psicologia incluía-se na agenda dos direitos humanos que faz trazer para vocês a discussão sobre o modo da inclusão desse tema na agenda. Assimilar a idéia de que os direitos humanos são uma referência de pensamento e de articulação de práticas está longe de significar que tenhamos logrado uma

efetiva intervenção crítica dos direitos humanos no nosso campo profissional e no nosso campo disciplinar.

Os direitos humanos têm exatamente a característica, na contemporaneidade, de serem aquele tipo de bandeira que conduz, muitas vezes, ao campo do politicamente correto, e poucas coisas podem ser tão nefastas ao desenvolvimento da reflexão crítica sobre os direitos humanos como a adoção dos direitos humanos na perspectiva do “politicamente correto”.

Isso me faz lembrar que o próprio Governo Fernando Henrique Cardoso, com suas políticas devastadoras do ponto de vista dos direitos sociais e dos interesses das populações brasileiras, foi o primeiro governo a instituir uma Comissão Nacional dos Direitos Humanos. Criou um organismo estatal, um Conselho Nacional de Direitos Humanos. Estou querendo dizer que, muitas vezes, assumir a bandeira dos direitos humanos pode significar exatamente a neutralização da potência e da candência



que o tema dos direitos humanos traz.

Essa é a questão que provoca os componentes da Mesa, essa é a pergunta que, afinal de contas, estamos trazendo para vocês: será que estaríamos entrando, nesse momento, com a assimilação, no interior da Psicologia, da questão dos direitos humanos, numa perspectiva de análise crítica das nossas práticas, ou será que a assimilação da idéia de direitos humanos pelos Conselhos Regionais e por parte dos psicólogos estaria representando um

simples modismo politicamente correto? Qual é o limite? Como interpretar essa fronteira entre a assunção de uma bandeira candente, exigente, e a fronteira que separa essa assunção da assunção dessa mesma bandeira apenas como forma de *marketing* político, forma de dizer que também somos progressistas e também estamos participando da luta pelos direitos humanos?

Este é o tema para o qual convido o companheiro Pedrinho Guareschi debater com vocês.

Pedrinho Guareschi

Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH / CFP)

Vou falar logo, antes que fiquemos sozinhos. Estou com medo de que falte espaço.

Estou aqui no sentido de partilhar com vocês, tentando responder a esse questionamento que o Marcus colocou. Parece que a questão dos direitos humanos está se desgastando. Tenho certeza de que esta é uma questão que não tem solução muito fácil. Eu ficaria muito satisfeito se apenas conseguíssemos nos inquietar

um pouco. Acho que algumas provocações de vocês vão nos ajudar a crescer nesse ponto. Afinal de contas, isso interessa a todos nós.

Vou falar muito pouco para expressar como estou sentindo essa situação.

Gostei da perspectiva crítica. Não sei se todos realmente têm bem claro o que significa “perspectiva crítica”. Se mantivéssemos bem clara essa postu-



ra crítica, em parte já teríamos solucionado ou estaríamos no caminho da solução desta questão.

Crítico é uma palavra que vem do grego e significa julgar. Ela significa, no fundo, aquele pressuposto de que tudo tem dois lados. Qual é essência de um julgamento? A essência de um julgamento é precisar de um advogado de defesa e de um de acusação. A essência de um julgamento não é o juiz. Podemos decidir por votação. A essência de um julgamento não é também que haja o réu. Não, podemos julgar uma causa, uma questão. A essência do julgamento é que haja dois lados. No fundo, a perspectiva crítica quer dizer uma perspectiva histórica, no sentido de relativo, de que nada é absoluto e de que tudo contém a sua contradição. Tudo é o silenciado e o falado; é o iluminado e o ocultado. O crítico, antes de ver a questão, já sabe que ela tem dois lados.

No momento em que patrocinamos o absolutismo ou adotamos uma postura, sempre corremos o risco de perder a dimensão de crítica. Depois

de cinco anos de trabalho, temos de parar e perguntar: “afinal, o que ainda está faltando?” No momento em que achamos que fizemos alguma coisa, precisamos perguntar o que está faltando.

Vou arriscar e dizer o que acho que está faltando. Direitos humanos está na boca de todo mundo. Agora, quando começamos a botar os pés no chão, nós nos perguntamos: direitos humanos de quem? Direitos humanos de 1948? Quem fez aquilo? Eles ainda servem para nós? Há outros direitos? Afinal, o que é direito? O direito dela e o direito meu. É certo que são dois. Como chegar a um acordo? Começamos a perceber a complexidade da situação.

Nas minhas elucubrações, vejo que os direitos humanos colocam-se dentro da grande discussão da ética. Há até uma ligação etimológica para isso. Direito vem de *jus*, que significa direito – e de *jus* vem justiça. Ética é justiça e justiça é uma relação. Ética é uma relação. Aristóteles já dizia isso: “ética é justiça. É uma relação.”



Não existe o direito humano. Não se pode falar em direito humano de uma pessoa. Temos de falar em direito humano de uma relação. É muito difícil para as pessoas sacarem isso. Quando eu vou dizer que estou sendo justo ou ético com ela? É no momento em que estabeleço uma relação com ela. É essa relação - o que sai de mim em direção a ela - que é objeto da ética. Aí estaria o direito. Vou examinar essa relação. Fundamentalmente ética é ética de relações. Ético é um adjetivo que só sabemos grudar no substantivo relação. Nesse sentido, vamos começar a questionar. Vejo aí o grande furo dos direitos humanos de 1948. Consultaram e discutiram, mas ficaram os direitos humanos dos povos. E as relações que se estabeleceram? Se um povo tem direitos às custas dos outros, isso é direito desse povo?

Os direitos humanos de 1948 foram feitos dentro de uma visão burguesa de ser humano, uma visão individualista de ser humano. Isso ainda perpassa. O individualismo, o fantasma de Decarte ainda predomina. O fantasma do in-

dividualismo. Não quebramos, ainda, esse individualismo, para chegar à relação. De relação vem relativo, e relativo é o contrário de absoluto.

Então, os direitos humanos têm a ver com relações. Agora, o que fundamenta um direito? Vocês já se fizeram essa pergunta? Qual é o fundamento da ética? Faltam discussões sobre o que fundamenta os direitos. Falamos, falamos e, falamos e, quando apertamos, não sabemos de fato o que fazemos.

Quando vamos ver o que fundamenta o direito, verificamos uma enormidade de respostas e de discussões em aberto hoje. Vou elencar aqui cinco ou seis, só para deixar a coisa complicada. Quem acha que resolveu o problema, que se cuide.

Qual é o fundamento do direito e da ética? Alguns dizem que são as crenças. Está ainda um pouco ligado às religiões. É uma crença. O que é uma crença? Alguém pode me responder o que é uma crença? Quem souber, por favor, ajude-me. Podemos falar de crença, mas não conseguimos



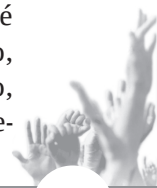
explicar porque uma pessoa tem uma crença. Só para vermos como é complexa essa questão, digam para mim: nós cremos numa coisa porque é verdade ou essa coisa é verdade porque acreditamos nela?

Todo cognitivismo da Psicologia ficou apenas na questão cognitiva racional. Vou esclarecer com uma linda frase: a desgraça do cognitivismo não é que ele não tenha procurado sentidos, é que ele se esqueceu das crenças. Ora, as crenças são parte integrante do ser humano, a tal ponto que eu os desafio a me responder. Vocês acreditam numa coisa porque acham que é verdade ou essa coisa é verdade porque você acreditam nela? Grande parte das pessoas acham que aquilo é verdade porque acreditam e não vão em frente.

Paulo Freire, quinze dias antes de morrer - tenho uma linda fala dele gravada - falava da crença. “Idéias, a gente tem. Nas crenças, se está”, Essas crenças mobilizam enormemente o ser humano: tem muita gente que faz as coisas e acha que as coisas são boas.

É um pouco por aí. Também tem algum sentido. A natureza pode ser iluminadora. Outros dizem que não. O fundamento dos direitos é o contrato, o contratualismo. Tudo bem, até dá para pescar alguma coisa aí. Que contrato? Pura e simplesmente a lei? Agora, quem faz a lei? Os debates se instituíram fortemente na questão da busca racional de uma ética.

O imperativo kantiano. Kant diz assim: a crença é um imperativo, é uma categoria, como espaço e tempo. É o imperativo ético, o imperativo moral. O absoluto. Ultimamente a questão concentra-se exatamente na busca de uma fundamentação ético-discursiva, na ética do discurso, tendo como grandes protagonistas o Apel e Habermas. São os dois pensadores mais citados nesses campo. Eles dizem que, fora da comunicação, não há salvação. Então, a comunicação tem pressupostos inerentes. A ética está pressuposta na própria conversação. Se você negar isso, é impossível até falar. Isto é uma conversação, um discurso, e, nesse discurso, está implicada a ética, que se-



ria a chance de cada um poder dizer a sua verdade.

Existe uma outra corrente, a corrente da analética, que está tendo bastante aceitação na América Latina, que vem de um teólogo judeu, Lévinas, que fala da outridade. Isso, para mim, parece ser algo forte. Ele fala de uma nova lógica para poder instituir uma nova ética, essa analética. Bom, a lógica da identidade pode ser e não ser ao mesmo tempo. Isso é fundamento do indivíduo. A lógica da dialética é que um está implicado com outro. Os dois estão aí.

Agora, a analética é um passo além da dialética. Seria uma dialética com ética, que implica que eu encare esse outro não como diferente. “Diferre” significa arrancar do outro. Então, eu domino, eu arranco do outro. Esse é o diferente. “Fere” do latim é tirar, o di é separação. É o outro como distinto. Então, o outro, que convive comigo, o outro, igual a mim. Fazendo a diferença entre diferente e distinto.

Onde estaria essa outridade? Essa alteridade? A lógica

do Lévinas. Se não for assim, é impossível sobreviver.

Eu quis dizer aqui que nesse modismo dos direitos humanos falamos e falamos e não paramos para pensar como a coisa é complexa. Quando é o campinho da gente, vamos rachando: esse é meu direito, esse é meu direito, esse é direito. Poucas pessoas começam a se perguntar num direito ou numa ética que seja menos possível de ser conversada em determinadas situações. Quando vamos analisar isso a fundo, vemos que há uma enormidade de tentativas de explicações dessa ética. Eu ainda fico um pouco com a analética. Acho que é a que mais me diz, respeitando sempre as crenças, campo em que não podemos interferir. A maioria das pessoas não tem uma crença: as crenças não se explicam, “nas crenças se está”.

Quando buscamos um racionalidade, na ética do discurso e na analética, podemos buscar luzes para isso aí. Por que isso é prático? No momento em que começamos a analisar essas questões, vemos que todos esses abusos de direitos,



individualismos nos direitos, de coisas assim, vão sumindo.

Para terminar, volto ao crítico. A ética é definida como uma instância crítica. Eu diria que o verdadeiro ético é o profeta. O profeta tem como dimensão essencial ser perseguido. O ético entra no momento em que há uma assimetria, no momento em que há uma lacuna, um injustiça na sociedade. A pessoa, então, coloca-se no sentido de crítica dessa lacuna. Ela é a voz dos que não tem

voz. Automaticamente vai ser perseguida, porque a instituição criou essa lacuna, essa falha. Então, a condição do ético, de quem trabalha com os direitos humanos, é a de ser perseguido. Numa sociedade em que, objetivamente há assimetrias e injustiças, como a nossa, no momento em que os direitos humanos andarem bem, abram os olhos, pois alguma coisa está errada.

Penso que aí está a dimensão crítica da ética.

Paulo Maldos

Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH/CFP)

Eu queria contribuir com esse tema “Psicologia e Direitos Humanos: Perspectiva Crítica ou Modismo?” a partir da ação política onde se inscreve a questão dos direitos humanos historicamente.

Eu iniciaria fazendo uma observação. A meu ver, essa questão dos direitos humanos entra na história de uma forma pendular: às vezes, como uma ofensiva política, num contexto político, cultural e

ideológico de ofensiva e, às vezes, num contexto político, cultural e ideológico de defensiva.

Os direitos humanos, como conhecemos, hoje, surgem na história política recente, com a Revolução Francesa, de 1789, e com a Revolução Americana, de 1776, com uma carta de direitos. Naquele momento esta questão entra na história como a ofensiva de uma



classe social, no caso, a burguesia ascendente, que entra destruindo o mundo feudal e os resquícios da ordem medieval ou feudal, instituindo a ordem burguesa na política, na cultura, na economia, na sociedade. A questão entra realmente à imagem e semelhança do burguês, que a institui, mas, naquele contexto histórico, como uma ofensiva, como um ganho, em termos civilizatórios, rumo a uma igualdade social e política.

Depois, houve um grande período em que existiu uma acomodação, uma assimilação e uma institucionalização dessa ordem burguesa, até passarmos por uma fase histórica bastante turbulenta, que foi o século XIX e o início do século XX, com as guerras e a Revolução Soviética de 1917, que radicaliza a noção de direitos no sentido do direito social, do direito ao trabalho quase como um direito basilar da sociedade. Entramos numa longa fase de conflitos e chegamos à Segunda Guerra Mundial. No fim da Segunda Guerra Mundial, depois de vinte milhões de mortos e

do que até aquele momento havia se instituído como civilização, entra de novo a questão dos direitos humanos, numa atitude ofensiva, porém, digamos, numa estratégia de reorganização do mundo naquele momento do pós-caos. Os negociadores das cartas dos direitos humanos, como conhecemos até hoje, tiveram um longo trabalho, entre os países centrais, os vitoriosos da Segunda Guerra Mundial, de tentar costurar e negociar o que seria possível como direitos humanos. Seria uma referência para uma nova ordem mundial. Essa nova ofensiva negociadora, num momento histórico bastante diferente daquele da Revolução Francesa, tenta ser a base da construção dessa nova ordem e das instituições que vieram depois, com os diversos organismos que a ONU passou a instituir mundialmente.

Mesmo assim, a meu ver, eles têm um conteúdo ofensivo, no sentido de tentar reorganizar o mundo a partir daquela situação bastante destruidora que foi a Segunda Guerra Mundial.



Um terceiro momento, para nós, na América Latina e no Brasil, pensando direitos humanos, é como os vivenciamos a partir dessas conjunturas históricas e políticas. Para nós, um outro momento forte foi o das ditaduras militares dos anos 60 e 70. Aí os direitos humanos entram numa perspectiva defensiva, ou seja, frente àquela situação que abrangia quase todos os países da América Latina, de tortura, de desaparecimento de pessoas, enfim, frente à barbárie institucionalizada das ditaduras, era levantada a questão dos direitos humanos como uma salvaguarda para tentar uma ação política de defesa da vida, denunciar as ditaduras e ter respaldo no exterior para essa defesa. Isso, numa perspectiva realmente defensiva. Os direitos humanos eram a tábua de salvação, o mínimo em que se podia apoiar para haver uma ação que não fosse atacada pelo Estado. Mesmo assim, temos inúmeros casos de defensores dos direitos humanos da América Latina, sejam eles religiosos, políticos, intelectuais ou artistas, que desaparecem ou morreram, perseguidos por ditaduras,

porque defendiam os direitos humanos.

Temos o caso famoso das Mães da Praça de Maio, da Argentina, que começaram a sua ação em nome da vida dos seus filhos e também brandindo a carta de direitos humanos. Não é preciso lembrar que a primeira presidente das Mães da Praça de Maio foi assassinada pela ditadura militar argentina, e assim aconteceu com inúmeros sacerdotes, religiosos e militantes de direitos humanos em toda a América Latina.

Na pós-ditadura, a partir da Nova República e dos governos que se sucederam até Fernando Henrique Cardoso, o que vimos no Brasil foi de novo um movimento defensivo. Os direitos humanos passaram a se constituir como recurso humanista de defesa da vida, nas suas várias dimensões. Tínhamos os direitos políticos assegurados, liberdade de imprensa, liberdade de organização política e sindical, Congresso em funcionamento. Não era mais a ditadura militar em nenhum aspecto jurídico e legal, porém existiam meninos



de rua, assassinatos no campo, tortura nas prisões, mulheres agredidas em periferias, ação brutal da polícia militar e uma infinidade de ações de violência na sociedade que não estavam ligadas à situação política do país como um todo. Não era uma violência institucionalizada, como era o caso da ditadura, do Ato Institucional n.º 5. Então, os direitos humanos passaram a significar um instrumento de denúncia e de defesa de direitos básicos. Frei Betto chegou a chamar de defesa dos direitos animais, e não humanos: defesa do direito a morar, comer, cuidar da cria. Uma vez ele disse que, no Brasil, lutamos pelos direitos animais, e não pelos direitos humanos. Enfim, virou uma atitude defensiva frente a uma sociedade organizada politicamente, que funcionava sem uma violência aberta e institucional, porém com uma infinidade de seqüelas de violências alastrada em todo território.

Particularmente no Governo Fernando Henrique Cardoso, como já foi citado aqui, os direitos humanos foram usados para serem neutralizados. Foram despolitizados. Fernan-

do Henrique, ao mesmo tempo em que desenvolvia política para o campo, por exemplo, expulsava e tirava milhões de famílias do campo e premiava, no dia 10 de dezembro, pessoas que militavam pelos direitos humanos no campo. Ele tinha essa capacidade.

Vou citar outro caso bem exemplar: a questão indígena. Ele tinha a capacidade de não demarcar, não homologar e destruir a política indigenista e, ao mesmo tempo, instituiu prêmios de direitos humanos para antropólogos que lutavam pelos direitos indígenas ou líder indígena que se destacava de alguma maneira. Ele manipulava os direitos humanos de uma forma “marketeira” e despolitizava e individualizava os direitos humanos, personalizando em pessoas que tinham ações pontuais, que se destacavam, sem pensar no contexto que ele mesmo produzia, de agressão coletiva aos direitos humanos.

Chegamos, então, ao momento atual, em que todos os burgueses instituídos pela Revolução Francesa e todos pós-Segunda Guerra Mundial tam-



bém estão sendo destruídos. Temos uma situação de um império norte-americano com uma globalização excludente. Esse império recentemente fez uma ofensiva que praticamente questiona ou destrói tudo aquilo que foi erguido de forma civilizatória após a Segunda Guerra Mundial. Fez um ataque ao Iraque, não reconhecendo a existência da ONU, agredindo todos os acordos internacionais e fugindo de todas as plataformas de encontros internacionais em que se decide a questão ambiental, a questão dos direitos à água e ao meio ambiente.

Temos aqui uma nova conjuntura, a conjuntura do Governo Lula, que pode acenar para uma nova perspectiva no Brasil, em termos de direitos humanos. Esse momento extremamente complexo em que vemos fatores regressivos na ordem mundial e perspectivas que podem ser interessantes no plano nacional coloca para nós, então, qual o papel, nessa conjuntura complexa, dos direitos humanos.

A meu ver, tentando contribuir para responder a essa per-

gunta colocada pelo Marcus Vinícius, acho que os direitos humanos, para transcender e não ter conexão com modismo, têm que ser articulados com uma perspectiva histórica. Que tipo de sociedade queremos construir? Que tipo de sociedade queremos denunciar? A noção dos conteúdos e conceitos de direitos humanos que defendemos tem de estar articulada com a crítica a essa sociedade como ela realmente existe hoje e articula-se com um projeto alternativo global para a sociedade. A luta concreta e política pelos direitos humanos teria de estar articulada com um projeto alternativo e global de sociedade, em que pudéssemos aprofundar e atualizar a noção dos direitos humanos, no nosso caso, dos psicólogos, com a dimensão da subjetividade.

Neste momento, devemos ser capazes de fazer uma análise crítica da sociedade, dessa exclusão sistêmica, por exemplo, e suas seqüelas. Devemos nos articular com um projeto alternativo global a essa sociedade, contribuir, no caso do Governo Lula, com uma presença social no sentido das mu-



danças sociais, e, do ponto de vista da Psicologia, aprofundar a nossa conceituação de subjetividade. Tem que ser uma subjetividade nas condições concretas da sociedade brasileira, capitalista e de terceiro mundo, e a subjetividade daqueles que mais sofrem nessa sociedade, no caso, os trabalhadores e os excluídos do campo e da cidade. Temos que investir na teorização sobre essa questão da sociedade e dos direitos e na investigação prática e política e trabalhar a questão dos direitos humanos numa perspectiva de transformação da sociedade.

Por fim, vejo que só escaparemos do modismo e faremos com que os direitos humanos

tenham futuro e fecundidade histórica, enquanto conceito e arma política, se resgatarmos a força ideológica e política dos direitos humanos. Precisamos fazer com que, no pêndulo, eles voltem a ter uma direção ofensiva, e não defensiva, no sentido de se articularem com projetos de transformação. Nesse sentido, temos os direitos humanos se articulando com um projeto de transformação e tentando assegurar, no interior desse projeto, uma proposta de constituição de garantia de direitos. No nosso caso, com a contribuição da noção de subjetividade, sofrimento e do que seria uma sociedade na qual esse sofrimento fosse minimizado.

Heliana Conde

Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH/CFP)

Desculpem-me pelo atraso. Eu não sabia que já havia começado. Além das militâncias que o Marcus falou, sou uma militante do tabagismo e sabia que aqui dentro não poderia fumar.

A minha fala vai ser breve e vou retomar algumas questões

que foram levantadas pelo Marcus, pelo Pedrinho e pelo Paulo, mas de uma maneira mais alegórica. Acredito que isso servirá para provocar a nossa discussão posteriormente.

Para abordar o tema “Psicologia e Direitos Humanos: Perspectiva Crítica ou Modis-



mo?”, vou trabalhar com dois poemas, ambos de escritores latino-americanos, e farei uma fala ético-conceitual, intermediária, para tentar conectar as coisas.

O primeiro poema é do mexicano Octavio Paz e se chama “Poema Circulatório”. Ele vai se perder um pouco, porque graficamente ele é circulatório na posição das palavras, e não vou poder transmitir isso na tradução. De qualquer maneira, o poema é belo e vocês vão perceber qual é o mote da questão.

*No jardim das proibições
o maravilhoso
canta
colhe-o
está ao alcance de tua mão
é o momento em que o homem
é cúmplice do raio
cristalização
aparição do desejo
desejo da aparição
nem aqui nem lá mas entre
aqui e lá*

Antes do segundo poema, farei a tal da fala ético-conceitual. Manuel, meu amigo, cedeu-me, nesta noite, um escrito do Curtis, que saiu há algum tempo no “Caderno Mais”, que se chama “Paradoxo dos Direitos Humanos”.

“Enredados na visão do mercado, que reconhece o ser humano apenas como uma abstração social, organizações de defesa e proteção às vítimas estão fadadas à impotência.”

Eu acho que, na verdade, essa fala não resume o texto do Curtis, mas dá uma certa entrada para a fala dele, que vou sintetizar. É muito mais rico do que vou trazer aqui. Se quiserem a referência, posso fornecer. Vou fazer um “vôo de pássaro”.

O Curtis, quando escreveu isso, estava falando da Guerra no Iraque, que já foi mencionada pelo Paulo. Diz o Curtis que os direitos humanos foram mobilizados como um elemento legitimador do massacre - vamos dizer, pelo Bush ou pelos porta-vozes oficiais do governo americano - e essa mobilização ocorria também do outro



lado, pelos que se opunham frontalmente à guerra. Ele chega, em certos momentos, a levar essa questão ao exagero - é um texto provocador - ao dizer que as argumentações do Bush e das organizações de defesa dos direitos humanos seriam muito parecidas. Ele pergunta se não poderíamos ver isso de duas maneiras. A primeira maneira seria pensar que está havendo uma distorção. Tanto o *Bush* quanto as instâncias oficiais de propaganda do governo americano estariam se apropriando de algo que não lhes pertence, que nada tem a ver com as suas práticas, para legitimar a sua lógica guerreira. O Curtis levanta que pode haver uma outra hipótese também. Aí não se trataria de distorção. Será que a lógica das intervenções guerreiras, com justificativas humanitárias, não é a própria lógica dos direitos humanos? E aí ele aponta o paradoxo.

Na verdade, Curtis acredita nessa segunda hipótese. Por que motivo? Poderíamos dizer que todos somos iguais, porque humanos, mas alguns são “mais humanos do que ou-

tros”. Esses outros não seria solventes. O que ele chama de solventes? Diz o Curtis que a lógica dos direitos humanos, como disse o Paulo e o Pedrinho, é burguesa e capitalista. Humano aí é aquilo que pode se fazer valer a uma parcela de capital. Com o capitalismo, tudo o que é sólido desmancha-se e as coisas são todas recodificadas em porções de capital. Todos têm de produzir alguma coisa, para comprar ou para vender, e ele diz: “nem que seja os seus próprios órgãos”. Aqueles que não são solventes nesse mundo caem na qualidade de coisas.

De alguma maneira, fizemos uma fala bastante geral e deixamos para o debate, para tentar fazer as conexões entre as questões que levantamos de direitos humanos e Psicologia.

Tentei, a partir do discurso do Curtis, pensar Psicologia e direitos humanos. Daí poderíamos formular a pergunta da seguinte maneira: quando as nossas práticas *psi* servem para legitimar invalidações de outros, memorizações de outros, explorações, desigualdades e



assim por diante, seguindo a pergunta do Curtis, teríamos uma incoerência?

Todo psicólogo, a princípio, acha que é bom. Psicólogo é um cara visto como bom e, portanto, defensor dos direitos humanos. É uma incoerência quando essas práticas servem para isso. Acompanhando a segunda hipótese do Curtis, se investigarmos - e aí quero fazer um gancho com o Paulo, porque também acho que a história é muito importante - a história da constituição dos nossos saberes e práticas *psi*, será que não veríamos que elas são a própria lógica da solvência que o Curtis aponta, quando faz uma descrição mais geral sobre os direitos humanos?

Aí você diria que o Curtis quer acabar com as organizações de direitos humanos. Não é essa a questão. Ao final do artigo, ele diz o seguinte: “Não estou desqualificando, de maneira nenhuma, essas ações.” O Curtis não desqualificaria a nossa luta como Comissão de Direitos Humanos do CFP, dos CRPs e todos os trabalhos que têm sido feitos.

Ele quer sinalizar essa situação paradoxal e, ao sinalizar essa situação paradoxal, poderíamos pensar, em termos de Psicologia, que essa expressão “direitos humanos” não pode ser apenas uma qualificativo agradável, da moda, que juntamos à Psicologia com um “e”.

Temos de pensar que implica, necessariamente, para nós, numa reflexão sobre o que historicamente foi construído para a nossa prática como os nossos limites. Talvez os nossos limites sejam: somos parte dessa lógica da solvência, assim como todas as lutas dos direitos humanos são esse paradoxo, porque também são parte dessa lógica da solvência. Só que - e aí recorro ao Pedrinho - devemos pensar numa perspectiva crítica a partir do próprio Kant ou da releitura do *Foucault* sobre Kant, uma reflexão sobre limites. Agora, existem duas atitudes possíveis, a partir de uma reflexão sobre limites. Uma coisa é dizermos que a Psicologia é assim mesmo e esse é o nosso limite, e uma outra atitude possível é: se esses limites são históricos, eles



são limites contingentes. Eles não são essência, eles não são limites naturais. Então, podemos tentar entender quais são esses limites exatamente para transgredi-los. Aí é que a questão dos direitos humanos pode ficar muito interessante: como transgressão. Talvez seja próximo do que foi chamado pelo Pedrinho como profetismo. Talvez implicando ser perseguido e ter o seu corpo exposto, colocar-se em uma situação na qual estamos bastante longe do modismo ou de um qualificativo agradável associado à Psicologia.

Passando por essa fala ético-conceitual intermediária, chego ao segundo poema, de um poeta uruguaio, Mario Benedetti, datado dos anos 70. Ele está percebendo, também, nos anos 70, que há uma série de falas amortecedoras. Ele está tentando reinventar essa linguagem. O poema se chama “Agora Tudo Está Claro”. Esse poema é uma defesa dos esquerdos humanos, e não dos direitos.

Ele fala do presidente Carter e vocês podem trocar o presidente pelo Bush, o que

não é uma rima, mas ajuda a pensar.

“Quando o Presidente Carter se preocupa tanto com os direitos humanos, parece evidente que neste caso direito não significa faculdade, atributo ou livre arbítrio, e, sim, destro, anticanhoto ou lado oposto ao coração. Lado direito, enfim. Conseqüentemente não seria hora de que reiniciássemos uma ampla campanha internacional pelos esquerdos humanos?”

Para finalizar, quero reunir o Octavio Paz lá do início, com o “Poema Circulatório”, com o poema “Agora Tudo Está Claro”, do Benedetti, passando pelo Curtis e pensando mais ou menos o seguinte: uma conexão entre Psicologia e direitos humanos precisaria talvez ser cúmplice do raio e não serva da lei e do capital.

É isso.



Marcus Vinícius de Oliveira Silva

Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH / CFP)

Eu gostaria de convidar para estar conosco nesta Mesa, matar um conjunto de saudades e fazer deste convite uma homenagem, Cecília Coimbra, primeira presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos. Uma vez presidente, sempre presidente!

As saudades são imensas e as oportunidades, poucas. Cecília certamente ensinou muito a todos.

Chegamos a três apresentações bastante canden-

tes, todas apontando para o seguinte: quando o debate pelos direitos humanos está muito tranqüilo, algo está estranho; quando o debate ou a luta pelos direitos humanos não nos custa nada, algo está problemático; quando a luta pelos direitos humanos está colocada como o encontro da paz, certamente uma guerra surda deve estar acontecendo por debaixo dos panos.

A palavra está franqueada para as manifestações e perguntas que queiram fazer.



DEBATE

Público - Temos trabalhado, não sem incômodo, com a questão dos direitos humanos. Parece-me efetivamente muito mais palco contemporâneo, onde se escutam forças, poderes e possibilidades de exercício de poder, do que alguma coisa que possamos perseguir como definição. Nesse sentido, escapar ao modismo e entrar numa perspectiva crítica tem de passar, necessariamente, por uma certa clareza quanto ao que pode ser estratégico e ao que pode ser tático.

Aproveito a carona do Pedrinho, sobre a questão da relação, achando que devemos ir um pouco mais além. Não quando a relação é algo em que termos se aproximam, mas quando a relação é algo que constitui termos.

Pergunto, então, que tipo de relação específica é essa, que deve nos interessar, quando lidamos com a questão dos direitos humanos e de que modo ela constitui termos. Acho que, taticamente portanto, para resgatar a potência histórica e ofensiva dos direitos

humanos, como quer o Paulo, é preciso retomar aquele sentido de os direitos humanos serem o enfrentamento de um absolutismo de Estado para proteger os indivíduos do funcionamento desregrado e sem limites do absolutismo do Estado.

Isso nos remeteria ao exercício da função pública dentro do Estado burguês. Acho que é isso que pode nos ajudar a escapar a um modo de resistência institucional comum - direitos humanos de bandido, de direitos humanos meus, de direitos humanos da empregada que foi proibida de subir no elevador, de direitos humanos do patrão que foi ofendido pelo empregado ou qualquer coisa desse tipo - para pensar nos direitos humanos só quando haja uma função pública em curso e que essa função pública, pela desmesura da ordem de grandeza da sua potência por sobre as pessoas, seja violadora de direitos humanos. Isso reduz o campo de modo a não nos deixar cair em todos os outros pontos que fazem disseminar, jogam fumaça



e interessam ao modismo dos direitos humanos. É preciso dizer claramente que só temos que discutir direitos humanos - e vamos agora para a Psicologia - quando sentimos que, como operadores de uma função pública, a nossa prática tem que ser legitimada publicamente, antes que chegue ao usuário, seja em que instância for.

Do ponto de vista estratégico é mais complicado, pois não vamos conseguir escapar do dilema que o Curtis traz, principalmente em Psicologia. Do mesmo modo, essa ilusão de que os direitos humanos conduzem boas intenções faz-se pela instituição de um humano abstrato e a instituição desse humano abstrato, sacrifica a vida concreta das pessoas. Para sermos só ilustrativos, isso pode direcionar a escolha entre tratar da Previdência Social como uma questão de equilíbrio financeiro e não como a resolução de vida concreta das pessoas. Do mesmo modo a Psicologia ou as psicologias... É essa outra coisa para a qual precisamos prestar atenção. Não é a mesma Psicologia em que se encontram práticas militantes que se preocupam

com direitos humanos. São outras psicologias diferentes das psicologias que nunca se preocuparam com as práticas dos direitos humanos.

Do mesmo modo, essas psicologias, que nunca se preocuparam com as práticas de direitos humanos, são aquelas que tendem a se dizer “a Psicologia” e instituem um humano abstrato do qual possam falar.

Como provocação, poderíamos tentar ver duas perspectivas de clarear o que seria o nosso problema tático e o nosso princípio estratégico.

Cecília Maria Bouças Coimbra - Eu queria juntar a essa reflexão do companheiro as várias psicologias que produzimos no nosso cotidiano, dependendo das práticas e vetores que agenciamos.

Eu queria que a Heliana, em cima da fala do Manuel, falasse principalmente desse poema do Octavio Paz. Ela pega a questão do “entre” - estamos lá e estamos cá - e a questão do “raio”. Como não temos receitas nem modelos, como seria uma determinada atuação em



direitos humanos e a produção de uma certa Psicologia que a isso se aliasse e que pudesse estar nesse “entre”, ao lado desses raios?

Heliana Conde – Cecília, para responder de verdade o que é a história do raio, a resposta seria: não sei. Eu acho que trazermos a questão para a Psicologia e os direitos humanos, um dos grandes problemas, não sei se estratégico ou tático, do que temos visto ser feito com Psicologia, é que sabemos demais. Temos um excesso de saber. Talvez ser cúmplice do raio fosse dessaber, desaprender, desconhecer. Pelo que você está trabalhando agora, você saberia melhor do que eu. Cada vez mais estamos sendo convocados a administrar populações, a dizer quem ainda é humano, porque é solvente, quem ainda corresponde a essa porção de capital e quem não é mais, a hierarquizar a separação entre essas duas instâncias e, dentro de cada uma dessas instâncias, fazer novas separações e hierarquizações.

Se eu fosse dar uma resposta mais bonita, apelando para

os nossos mestres Deleuze e Gatarri, eu usaria uma frase de Gregorio que acho linda. Num texto sobre direitos humanos, Gregorio, diz: “No mundo há mais respostas que perguntas.”

Não sendo cúmplice do raio, mas da lei e do capital, o que temos feito, muitas vezes, é reduzir as perguntas, criar uma superfície de registro daquilo que pode ser perguntado e de consumo daquilo que deveria ser feito com pessoas, com as relações entre as pessoas, com a administração das pessoas, com a vida das pessoas. Ser cúmplice do raio talvez seja, em resumo, dessaber um pouco, através da reflexão sobre esses limites constituídos, que somos redutores das superfícies, do que se registra que possa ser consumido, rasgar esse papel como um raio que rasga mesmo.

Não sei se isso é estratégico ou é tático. Deixo para o meu amigo Marcus Vinícius, que entende mais dessas coisas.

Paulo Maldos - Agora são as considerações finais. A meu ver acho que está fazendo falta, atualmente, conseguirmos



proceder a uma análise global da dinâmica do mundo. Acho que isso está ausente. Passamos a questionar os paradigmas já existentes e não construímos nada no lugar. Aí ficamos com tudo boiando: os conceitos, os instrumentos de luta, os instrumentos de análise.

Para termos uma estratégia e uma tática em relação à ação política em geral e à ação dos direitos humanos em particular, temos de fazer um exercício. Não necessariamente temos de ser arrogantes ou prepotentes, achando que vamos dar conta do mundo tal como ele é hoje. Precisamos fazer uma análise radical e completa do mundo como ele é hoje: a dinâmica política e econômica, as desigualdades talvez nunca vistas na história da humanidade.

Voltando à Guerra do Iraque, quando o soldado americano, que temos nome, sobrenome e endereço, aparece na televisão, fica todo mundo preocupado com a família dele. Ele está lá seqüestrado pelos maus iraquianos. As crianças iraquianas aparecem mortas aos caminhões, como aconte-

cia com os judeus que saíam dos campos de concentração, e elas são o quê? Não são nada! Não têm significado!

Essa proporção de desumanidade estende-se por não conhecermos a história humana. Há o sistema de uma polícia mundial: se você puser no computador “Bin Laden”, o Pentágono vai saber que o computador pessoal de alguém no Brasil, no Chile, na Argentina ou em Madagascar está se comunicando usando essa palavra. Tem um sistema que está se concentrando de tal forma que nunca vimos ofensivas contra os direitos humanos como vimos hoje, a partir de um centro único.

Temos que proceder com humildade a análise e a compreensão desse mundo hoje, em primeiro lugar, e aí tentar identificar os centros de irradiação de desumanidade desse mundo. Temos que tentar identificar, nessa dinâmica econômica e política, quais são os centros de irradiação de processos de desumanização radicais e, a partir dessa análise, identificar uma agenda política de combate. Essa



agenda pressupõe hierarquia, estratégia e tática de combate e destruição desse mundo e construção de outro mundo, como nas lutas antiglobalizações que tanto comentamos. Outro mundo é possível, mas precisa se concretizar. Primeiro, que mundo é esse que rejeitamos? Qual é esse outro mundo possível que queremos construir? Nessa ponte vamos escrever a nossa luta política em geral e a luta pelos direitos humanos em particular, com estratégias e táticas, a partir da análise de conjuntura de cada situação, de cada país, de cada momento histórico.

Pedrinho Guareschi

– Vejo direitos humanos, com essa dimensão ética, como a própria consciência crítica da Psicologia. Ela deve ser crítica de si mesma. A vocação de quem trabalha com direitos humanos, além de ser perseguido, é aquela vocação de Drumond. Acho que é necessário nos colocarmos numa perspectiva, num olhar diferente, porque todo ponto de vista é a vista de um ponto. Quando nos colocamos no ponto de vista crítico vamos

ver exatamente o que ainda está faltando, para que realmente a Psicologia esteja a serviço dos seres humanos.

Marcus Vinícius de Oliveira Silva

– Antes de encerrar, eu gostaria de comentar que cai muito bem essa idéia, Manuel, de reservarmos o uso dos direitos humanos para certa esfera do que você chamou de desmesuras do poder totalitário. Que efetivamente, nós, militantes dos direitos humanos, na linha do que colocou o Paulo, tivéssemos nossas parabólicas antenadíssimas para distinguir exatamente onde essas desmesuras do poder totalitário atuam, seja esse poder totalitário emanado das forças policiais do Estado, seja esse poder totalitário emanado dos porões das instituições as mais diversas, as mais duras, as mais *hards*, as mais *lights*, como justças terapêuticas que se instalam neste momento, onde se materializa o psicólogo policial, o psicólogo alcagüete, o psicólogo dedo-duro, o psicólogo cúmplice do aparelho do Estado repressor, em detrimento dos interesses do indivíduo.



Acho que não é muito difícil – estou trazendo o tema da justiça terapêutica – distinguirmos esses aspectos em que efetivamente a ordem do poder que se absolutiza sobre o indivíduo é bastante grande. Ocorre que nós, os militantes de direitos humanos e os militantes de direitos humanos que o fazem numa perspectiva crítica, não somos os únicos que julgamos o jogo e temos o monopólio semântico. O monopólio semântico não está dado a nenhum dos grupos que manejam o código. Acho que, nesse sentido, além dessa perspectiva de distinguir as forças, temos de fazer o debate de cada caso singular, cada caso em que a expressão “direitos humanos” esteja sendo empregada. É preciso exercer essa reflexividade crítica.

Participamos, e você esteve conosco, de uma reunião das Comissões de Direitos Humanos dos Conselhos Regionais, discutindo o tema da campanha do próximo período. Impressionou-me muito a quantidade de situações que, de certa forma, são identificadas como de violação aos direitos humanos. É quase como se

todo mal do mundo, por um momento, pudesse ser distinguido com a nomeação de um mal da ausência dos direitos humanos.

A questão é que os direitos humanos são uma formulação que se produz no interior de uma sociedade humana, e não conheço a época em que a sociedade humana foi harmonia, igualdade e justiça. Ainda não conheço a época em que estabelecemos e instituímos um reino da igualdade, da liberdade e da justiça entre os homens. Parece-me que a condição de produção da sociedade tem historicamente se constituído como a produção de violência de um grupo de humanos contra outros humanos.

Percebo a expressão “direitos humanos” como uma expressão guarda-chuva, que cada época histórica tem recebido. O Paulo trouxe-nos a modulação pendular do ofensivo e do defensivo, mas, para além dessa modulação pendular, a questão dos direitos humanos está sempre recebendo, albergando e abrigando aquelas questões que,



num determinado momento, parecem ser as questões da injustiça e da desigualdade no interior de uma determinada sociedade.

Sei também que, nessa sociedade, os que lutam pela reversão da desigualdade, da ausência de liberdade, da tirania e do absolutismo estão sempre, sempre e sempre sendo perseguidos pelos donos do poder.

Concordo também com o profetismo do Pedrinho Guareschi e acho que nós, psicólogos, estaremos trabalhando com Psicologia e direitos humanos numa perspectiva crítica quando isso nos custar cortar alguma coisa da nossa própria carne. Talvez aí possamos ter a certeza de que estamos trabalhando numa perspectiva crítica.

Agradeço a presença de todos os componentes da Comissão Nacional de Direitos Humanos, a todos vocês e à querida companheira Cecília Coimbra.

Amanhã haverá uma Mesa, cujo tema é o “Protagonismo

Social da Psicologia na Defesa dos Direitos Humanos”, com Cecília Coimbra aprofundando esse tema.



CONFERÊNCIA II

Protagonismo Social da Psicologia no Campo da Circulação Humana

Palestrante:

Zulmira Bonfim

Universidade Federal do Ceará

Debatedora:

Gislene Maia Macedo

Conselho Federal de Psicologia



CONFERÊNCIA I

Protagonismo Social da Psicologia no Campo da Circulação Humana

Gislene Maia Macedo

Conselho Federal de Psicologia

Eu estava vindo agora, com a Zulmira, para a nossa Mesa de “Protagonismo Social da Psicologia no Campo da Circulação Humana” e a primeira coisa que percebemos é que esse termo está tão novo e tão recente que, antes de passar a palavra para a Zulmira, achamos melhor fazer uma breve introdução sobre como esse termo surgiu e por que o Conselho Federal de Psicologia está propondo essa discussão.

Esse termo derivou um pouco da questão da Psicologia de trânsito, em função das atividades que a Psicologia vem desenvolvendo desde a década de 40 nessa área, muito voltada à aplicação dos testes psicológicos para a obtenção da carteira de habilitação. Em decorrência dos muitos atropelos que essa Psicologia vem passando, políticas públicas, Código de Trânsito Brasi-

leiro, pensamos em construir uma outra possibilidade de intervenção da Psicologia na área do trânsito, pois percebemos que esse trânsito está inserido num contexto muito mais amplo, como um fenômeno social que, na verdade, acontece em função da nossa necessidade de circular pelos espaços.

Temos tentado construir, há uns três anos, uma concentração mais clara do que é circulação humana, pensando em como a Psicologia pode desenvolver intervenções diferenciadas nessa área: o que significa as pessoas estarem circulando, o que isso traz para a nossa dimensão subjetiva e como atuamos nesse universo tão complexo que é circulação no trânsito, deslocamento, locomoção, movimento. Essa é a tentativa que vamos fazer hoje, para tentar construir algo mais concreto.



Não temos, ainda, um conceito formulado. Estamos fazendo uma construção do que seja essa circulação humana e como a Psicologia, dentro disso, pode desenvolver práticas transformadoras para as condições de vida das pessoas.

Zulmira Bonfim é professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará; mestre em Psicologia Social, pela UnB; doutoranda em Psicologia Social, pela PUC de São Paulo, onde também fez o doutorado-san-

duíche na Universidade de Barcelona, trabalhando com espaço público e regeneração urbana. A tese da Zulmira é sobre cidade e afetividade. Ela estima a construção dos mapas afetivos de Barcelona e de São Paulo.

Não é exatamente da tese que ela vai falar, pois vai apresentar o que significa essa questão do homem na cidade, vez que, para nós, é fundamental discutir circulação humana a partir desse eixo.

Zulmira Bonfim

Universidade Federal do Ceará

Eu gostaria de agradecer o convite de estar neste seminário promovido pelo Conselho Federal de Psicologia, aprendendo com a reflexão deste momento que estamos vivendo ao procurarmos colocar a Psicologia como protagonista dentro da nossa sociedade e das suas áreas de atuação e comprometida com a nossa realidade.

Quando a Gislene convidou-me para falar um pouco

sobre essa relação da subjetividade na cidade, achei interessante contribuir um pouco com o que venho investigando. Na verdade, o tema de investigação da minha tese de doutorado tem sido a relação entre cidade e afetividade.

Vamos, hoje, suscitar uma reflexão sobre como a questão afetiva relaciona-se com a circulação humana na cidade e qual é essa relação da construção dos espaços afetivos e



da circulação. Isso se insere dentro da perspectiva de um novo debate da Psicologia, sabendo que a Psicologia, tradicionalmente, na sua ênfase de atuação e teoria, está mais voltada para a questão clínica ou para a visão de uma subjetividade psicológica, distante de uma subjetividade que se faz na construção do cotidiano, na cidade e no espaço urbano também. É muito distante da Psicologia ver que estar no espaço urbano e na cidade é também uma área de atuação. É também uma possibilidade de construção, de teorização e de prática.

A nossa reflexão vem do urbano, palco em que muitos de nós estamos todos os dias, submetidos a situações muitas vezes estressantes, a situações de atratividade que a cidade gera e, ao mesmo tempo, as situações de angústia. Isso tudo, relacionando-se com a questão da circulação humana. É esse o debate que gostaríamos de começar hoje.

Por que é importante colocarmos a Psicologia nessa questão do espaço urbano? O homem urbano passa grande

parte do seu tempo deslocando-se para o trabalho ou para suas atividades diárias. Os deslocamentos empreendidos pelo transporte público e pelo carro particular mostram a inconveniência de viajar várias horas do dia como um dos aspectos mais estressantes do ambiente urbano. O deslocamento do dia-a-dia é uma expressão dessa circulação e uma expressão dos contrastes aos quais estamos submetidos.

Fazem parte da grande cidade, do urbano, ritmos contrastantes, alta aglomeração, ruídos, ansiedade gerada por essa situação ou, como foi muito bem colocado pelos teóricos da Sociologia Urbana, uma atitude em que os indivíduos tornam-se escravos dos estímulos. Eles passam a responder de uma forma cristalizada, pois não têm mais uma expressão da sua criatividade. Então, esse cotidiano engole-nos, faz-nos, todos os dias, repetir as mesmas atividades e não nos permite a criatividade, a elaboração da cidade e a elaboração das nossas atividades como uma obra.

Esses deslocamentos diários são expressões das contra-



dições geradas pelo modo de vida urbano. O modo de vida urbano e a urbanização são aspectos que se retroalimentam. Esse modo de vida urbano, suscitado pelas transformações da sociedade industrial e por uma série de movimentos do capitalismo, gera atitudes de uma busca incessante do lucro e de comportamentos mais utilitaristas do que afetivos ou próximos. Esses deslocamentos constantes mostram que as pessoas perdem parte do seu tempo livre. O indivíduo não tem só a necessidade de lutar pela sobrevivência, ele tem também a necessidade de criação. Ele tem necessidade de atividades lúdicas e prazerosas.

O tempo que poderia estar cuidando de si mesmo e de uma construção coletiva é o tempo que está sendo gasto nos deslocamentos. Isso atinge a todos, atinge tanto as pessoas que têm condições e estão dentro do sistema, que não estão totalmente dentro da exclusão social, como aquelas que estão submetidas a situações de segregação socioespacial. Então, uma população que vive na periferia, por exemplo, todos os dias tem que se deslocar. Essa

população passa grandes horas do seu tempo nos transportes, no caso, o transporte público. Quanto às pessoas que têm carro, algumas estão fugindo da cidade, atitude atualmente muito encontrada nas grandes cidades. Já que a cidade é tão aversiva, tão ameaçadora, vamos formar ilhas, os condomínios fechados, para que possamos nos defender dessa ameaça que é viver na cidade. Para isso, muitas horas do dia são passadas no deslocamento. As pessoas pensam que estão tendo uma qualidade de vida, por morarem em um condomínio fechado, com natureza, mas estão totalmente alijadas da situação pública, do que é viver na cidade. A cidade, a sua maior essência, é justamente o público; a vida urbana é a vida pública, e nós perdemos isso.

O espaço público passou a ser algo ameaçador, algo que não faz mais parte do nosso cotidiano. Essa atitude contrastante dos deslocamentos, de conflitos nas cidades grandes, gera, então, essa metáfora do metrô de Urry. Urry foi um teórico da Sociologia Urbana, do início do século, que estudou modos de vida urba-



nos e contribuiu para mostrar isso. O modo de vida urbano é diferente do campo. A pessoa que mora no campo tem atitudes e estilos de vida diferentes da pessoa que mora na cidade. Ele fala dessa metáfora. A metáfora é uma forma muito interessante de chegarmos perto da realidade cotidiana, porque trabalha com imagens. Essa metáfora do metrô reflete essa situação do deslocamento nas grandes cidades.

O metrô é a alta densidade populacional, é o contraste próprio da modernidade, velocidade e aglomeração. Hoje, vivemos na sociedade da informatização e da velocidade. Como é o metrô? Todos fazem tudo para não se comunicar. Estamos todos alheios. Se possível, olhamos para um espaço que não tenha, por nenhum minuto, o olhar do outro. Inutilidade do tempo empregado.

Insegurança dos túneis. Essa visão claustrofóbica de estar por baixo. Espaços fora e espaços dentro. É outra imagem muito presente nas grandes cidades.

Tempo livre e distância da residência ao trabalho. Falei há pouco da questão de cada vez mais as pessoas fragmentarem-se na cidade. As suas atividades estão distantes. O trabalho está num lugar e a residência, em outro. Ao fazer isso, elas diminuem a existência dos espaços relacionais. Os espaços relacionais necessitam de tempo, necessitam de cuidados, necessitam de uma construção. Se você se desloca o tempo todo, você não cria. É a idéia das cidades menores ou dos bairros; é colocar a cadeira na calçada, conversar e ver o tempo passar. Um dos temas principais das grandes cidades é que o tempo não existe na medida em que a velocidade é o grande tema.

Algumas cidades, como São Paulo, têm como marca, a construção de uma cidade sobre a outra. Em um século, foram construídas três cidades. Isso quer dizer que a cidade de São Paulo perdeu a sua fisionomia. Qual é a fisionomia da cidade? As pessoas de mais idade perguntam: “Onde está a minha cidade?” As pessoas precisam do



espaço para se identificarem e para construírem as suas identidades, mas a velocidade sempre impede que isso aconteça.

Ao mesmo tempo, os centros de trabalho, lazer e compras estão distantes da área residencial.

Perda da qualidade psicológica dos lugares – residências, bairros e comunidades. A Psicologia tem um papel importante de confrontar qual é essa qualidade de vida quando não criamos vínculos e não transformamos espaços em lugares. É um conceito importante na Psicologia Ambiental. Transformar espaços em lugares é dotá-los de valor. Se você não cuida de um lugar, se você não se apropria de um lugar, esse lugar perde significado, e, perdendo significado, os cidadãos não constroem a sua cidadania. A cidadania é o indivíduo num lugar. É por isso que, quando falamos de um processo de deslocamento como aprisionador, estamos falando da não possibilidade de apropriação dos espaços e da não possibilidade de as pessoas criarem e transformarem

espaços em lugares. Eu posso transitar pelos espaços, mas posso transitar pelos espaços e deixar a minha marca neles. O ser humano necessita, como expressão da sua relação com o espaço, de uma territorialidade. Há estudos sobre territorialidade tanto dos homens quanto dos animais. Há uma necessidade de marcar e de demarcar os territórios. Quando perdemos esses territórios, perdemos também a nossa segurança psicológica e os sentidos que nos fazem criar raízes nesse mundo.

O que estou falando diz respeito ao espaço urbano como expressão de um simbolismo. Isso quer dizer que a Psicologia, quando estudou o ambiente, ficou muito voltada a ver o ambiente como pano de fundo, como cenário. O ambiente, nessa perspectiva que estou falando, é parte da identidade do indivíduo. Alguns conceitos desenvolvidos na Psicologia Ambiental, com a identidade social urbana, dizem respeito à uma identidade formada a partir de uma identificação com o lugar. Eu posso me identificar com o bairro, eu posso me identificar



com a minha cidade, eu posso me identificar com o meu país. Todas as possibilidades de espaço e de ambiente geram identificações. Alguns indivíduos, algumas comunidades ou alguns grupos identificam-se mais com uma categoria do que com a outra.

Quando mexemos com o bairro e com a sociedade, estamos mexendo também com a identidade das pessoas. O espaço não é só a estrutura que dá forma. Ele não é uma caixa onde as pessoas estão contidas. O espaço sobrepõe-se com o social, pois social e espaço fazem parte de uma mesma realidade de construção dos indivíduos. Nisso está o conceito de apropriação, que falei há pouco. Apropriar-se é tanto identificar-se com o lugar quanto transformá-lo. Quando você se apropria de um lugar, dá vontade de mexer nele. Vamos ver a nossa casa. Quando mudamos de casa, colocamos esse quadro nesse lugar. “Não, gosto mais desse sofá aqui”. Por que não mudo isso e aquilo? Quando estou transformando o meu espaço, estou dotando-o de valores e, assim, é possível eu me identificar.

Agora, um espaço sobre o qual passo com o qual não me identifico, porque não transformo, dele eu não me aproprio. Se fizermos a relação de um microespaço com o macroespaço, isso também acontece. Os cidadãos apropriam-se ou não da sua cidade e do seu bairro. Isso vem tanto na relação com as políticas públicas quanto nas atitudes do indivíduo. O indivíduo já se distanciou tanto disso que, apesar de o espaço criar significados, passa a deixar também esse espaço como algo alheio a ele. Aí as ideologias de dominação tomam conta, porque o espaço é a expressão de uma ideologia. O espaço presta-se a desigualdades sociais e à segregação socioespacial. Nós vemos isso e ficamos, muitas vezes, de braços cruzados, legitimando essa construção.

Gestores públicos, arquitetos e especialistas são formadores desse cenário do espaço, e nós não somos só aqueles que nos identificamos ou não. Somos aqueles que também devem estar juntos, na construção dessas políticas. O cidadão é o indivíduo no lugar, como dizia Milton Santos,



geógrafo brasileiro conhecido mundialmente. Poucos de nós conhece a Psicologia como Milton Santos, grande teórico do espaço. Ele conseguiu juntar a Geografia, a Psicologia e a Sociologia.

No momento vivemos sob a égide da globalização. A globalização sobrepõe o modelo econômico ao modelo cívico. Então, o que vale é o indivíduo que consome, é aquele que pode pagar pelo espaço que cada vez se torna mais segregado do que outros. O espaço valorizado é o espaço investido pelas políticas públicas, e só quem pode pagar por ele é aquele que tem condições.

Espaço urbano como forma de emancipação. Nessa altura a questão vai se juntar bem com a circulação. A cidade pode ser um local da emancipação humana? Podemos colocar a cidade e o espaço como protagonistas? Podemos colocar a Psicologia dentro da perspectiva do protagonismo social ou não? Temos mesmo que fugir da cidade? Temos que estar na cidade com todas as atrações e oportunidades que ela tem e, ao mesmo tempo, com toda a

angústia que ela gera? Estamos subjugados a ela ou podemos ver que a nossa emancipação depende da forma como nos inserimos nesse debate da construção da cidadania? É essa questão que queremos discutir.

Opção pelo fenômeno da vida urbana, da convivência nas cidades como caminho possível de emancipação, de retorno à vida e de revitalização das grandes metrópoles. É urgente concentrar a atenção dos diversos âmbitos sociais no fenômeno urbano, tema de vários estudos desenvolvidos em diversas áreas acadêmicas que, na atualidade, orientam algumas ações em organizações não-governamentais, movimentos sociais e culturais e, ainda, precariamente, norteiam ações no âmbito governamental.

A cidadania, o direito a ter direitos, é um desafio para os cidadãos nas cidades pós-modernas, tão fortemente marcadas pela hegemonia do processo de globalização que carrega, em si, processos de desigualdades e de exclusão socioespacial. Atualmente o



debate sobre as cidades é um dos tentáculos mais desenvolvidos na discussão sobre a exclusão social. No Fórum de Porto Alegre, houve a participação de várias autoridades e pessoas importantes, na discussão sobre as cidades, como Boaventura de Souza Santos, que trabalha muito a questão da emancipação humana. No momento, ver a exclusão social na cidade seria um dos grandes eixos aglutinadores nos debates de alternativa ao projeto neoliberal. Não é à toa que hoje temos, no Brasil, o Ministério das Cidades. Esse ministério vem dentro dessa perspectiva de que a cidade pode ser um recurso emancipador, na medida em que os cidadãos podem apropriar-se dessa possibilidade.

Para fazer isso é preciso rompermos com as amarras do conformismo. O Souza Santos fala isso. É muito importante romper com o contrato social onde haja maior envolvimento do cidadão nos rumos da economia e na defesa de uma economia solidária e dos direitos humanos. É necessário sairmos da idéia de que nada podemos fazer. A racionalidade moder-

na levou-nos a isso. É a noção de que a história chegou ao fim. Só podemos cruzar os braços e olhar estupefatos esse movimento inexorável que nos leva a desigualdades sociais, exclusão e vida nas grandes cidades. É preciso desestabilizar essa noção de que já estamos no caos ou em uma situação de desestabilização. Esse caos é ordenado, é um caos que promove muito bem o controle social. Precisamos desestabilizar no sentido de propor novas formas de estar na convivência humana e dentro das cidades. Então, precisamos sair do conformismo e colocar a Psicologia nesse debate. Para isso, a Psicologia tem de romper com algumas dicotomias.

O nosso grande desafio, como psicólogos, é sair dessa noção social e individual. Sujeito, subjetivo, objetividade. Espaço coletivo e espaço individual. Essas dicotomias aprisionam-nos dentro da Psicologia.

Eu poderia dizer que o nosso interesse, nesse movimento, é de acentuar a participação da Psicologia na busca de teorias e métodos que tragam alterna-



tivas de emancipação para o urbano, colocando em relevo o macro e o microsocial como cenários psicossociais. É uma perspectiva interdisciplinar. Aí vem a necessidade de a Psicologia sair da situação de poder. Esse é o meu pedaço e não posso me misturar com outras áreas. O urbano, antes de qualquer coisa, é você se despojar dessas couraças que a Psicologia carrega. Eu vou trabalhar com clínica. A subjetividade é da Psicologia. Por que a subjetividade não é da Arquitetura e da Geografia também? Temos que nos abrir ao interdisciplinar, e essa experiência não é fácil. Como estudar o urbano? Como olhar e não perder as especificidades? Seria um grande desafio trabalhar na perspectiva de o indivíduo ser uma cidade e uma cidade ser um indivíduo. Seria romper com uma dicotomia subjetividade e objetividade. É um movimento que permite o entrelaçamento dos processos vitais de ambos, pois espaço e homem compartilham a mesma materialidade e a mesma subjetividade.

Aí está a categoria que tenho investigado, na PUC, de

São Paulo, junto com o núcleo de inclusão e exclusão social, que é a categoria afetividade, categoria-síntese entre a Psicologia Social e a Psicologia Ambiental. Essa contribuição de reflexão eu gostaria de trazer aqui, hoje, vendo a afetividade como uma possibilidade de expressão da necessidade dos indivíduos. A afetividade diz respeito a todos os sentimentos e emoções do indivíduo com a cidade e com o seu espaço. Não significa só o vínculo. Então, afetividade pode ser raiva, amor, ódio, tristeza, sabendo que esses sentimentos podem ser libertadores ou aprisionadores. Como eu posso, a partir dos sentimentos, avaliar a relação dos indivíduos com a cidade e, a partir dessa avaliação, fazer propostas de intervenção urbanas?

Por que a afetividade? Ela é uma categoria da Psicologia Social e da Psicologia Ambiental e consegue romper com uma racionalidade instrumental. Estamos acostumados a ver a modernidade como grande exemplo da racionalidade, e é mesmo, só que a racionalidade não deu respostas às necessidades humanas. O mundo con-



tinua pautado no sofrimento que chamamos, nos nossos estudos, de sofrimento ético-político. O sofrimento ético-político é o sofrimento de você ser forçado ao sofrimento. Ele é gerado por situações éticas e políticas. Então, não sofremos só no nosso mundinho individual, nós sofremos dentro de um contexto social e histórico.

Por que a afetividade é importante para avaliar a relação das necessidades dos indivíduos na cidade? Porque a afetividade pode ser traduzida como a implicação do habitante com a cidade. Sentir significa estar implicado em algo. E se existe algo que nos implica é a relação com o outro, pois os indivíduos nunca se afetam sozinhos. Isso é muito importante. Para você se afetar com algo, vincular-se a algo, é preciso haver o outro, o outro sendo o grande engrandecedor do encontro do indivíduo com a cidade. Por isso a afetividade é ética. Priorizamos a afetividade como a categoria síntese porque ela gera uma potência de ação ou uma potência de padecimento. Existem afetos que promovem a ação do indivíduo na construção da cidadania. Estamos

nos baseando em Spinoza, filósofo do século XVI, pois até hoje temos possibilidade de refletir a partir das suas categorias. Ele fala que podemos estar nos relacionando com o outro, sabendo que o nosso maior bem é quando temos o bem do outro. Ele fala das emoções e paixões alegres ou tristes. As paixões alegres são aquelas que potencializam a ação do indivíduo. As paixões tristes são aquelas que geram potência de padecimento. A potência de padecimento cristaliza as nossas ações. Nós cruzamos os braços e nada podemos fazer. A potência de ação nos faz ver, através da alegria e da felicidade, que podemos ser muito mais do que somos. Spinoza fala de uma positividade do homem. É diferente da noção de que homem é, de antemão, ruim. O homem carrega a possibilidade de construção de uma cidadania.

Nas palavras de Sawaia, professora da PUC que tem desenvolvido vários estudos na afetividade, potencializar pressupõe o desenvolvimento de valores éticos na forma de sentimentos, desejos e necessidades para superar o sofrimen-



to ético-político. Segundo Spinoza, a ética só aparece no homem quando ele percebe que o maior bem que faz para o seu ser é outro ser humano. Dessa forma, o homem torna-se ético em função dessa paixão.

Em outras palavras, a identificação com a cidade seria estar implicado com ela, e não subjugado a ela. Quando a circulação é o aprisionamento e quando a circulação pode ser uma libertação? Possibilidade de ir e vir. Todos nós teríamos direito de ir e vir na cidade, mas sabemos que isso não acontece. Os *shoppings*, por exemplo, espaços atualmente do público, estão voltados para quem consome. Em Fortaleza já presenciei, várias vezes, crianças ou pessoas pobres que não podem entrar em *shopping*. Elas são expulsas. Então, o direito de ir e vir, a circulação, seria um direito do ser humano dentro da cidade. Nós sabemos que os espaços segregadores, de antemão, aprisionam, dentro de uma estrutura, essa possibilidade de circular.

Como seria uma cidade no processo de emancipação? A cidade-movimento seria,

então, o lugar do encontro. Como uma cidade promove o encontro entre as pessoas? Esse movimento não é só circular, não é você estar circulando sem fazer lugares, como já falei. Você pode estar circulando nos espaços, mas a cidade-movimento é você poder se movimentar nos lugares, dotá-los de valor, dotá-los de significados e interagir na intersubjetividade.

Essa seria a argumentação de por que a afetividade pode ser uma categoria de análise e de síntese na relação do indivíduo com a cidade e na avaliação de políticas públicas na intervenção do urbano.

Para ilustrar o que estou falando, vou apresentar alguns estudos de investigação desenvolvidos em algumas cidades do Brasil - São Paulo e Fortaleza - e em Barcelona, como parte do meu estudo de doutorado, mostrando essas imagens de movimento. Vou mostrar algumas metáforas que ilustram como as pessoas sentem-se nas cidades. As metáforas, como falei, são interessantes, porque são formas de síntese. Os sentimentos não são facilmente



acessados porque são subtexto da nossa linguagem. *Vygotsky*, importante teórico soviético da Psicologia, fala justamente que, por trás das nossas funções psicológicas superiores e cognitivas, há uma coisa que nos leva a estar no mundo, que é a nossa motivação, são os nossos afetos. São esses afetos que vão construir as nossas funções psicológicas superiores.

Então, é exatamente por isso que as metáforas falam do sentimento sem falar literalmente do que é. Se eu perguntar o que você sente sobre determinado lugar ou sobre determinado espaço, isso não é tão facilmente acessado. Imediatamente você remonta a uma linguagem literal. A metáfora quebra a linguagem literal e forma um outro significado, por analogia. Por isso eu utilizei a metáfora como um recurso de imagem. São recursos imagéticos.

Por exemplo, a pessoa fala: “A cidade é para mim uma maçã vermelha com pontos de podridão.” O contraste da cidade pode ser observado nessa metáfora quando a pessoa diz: “Tenho um sentimento de

alegria, eu gosto, me dá prazer, mas, ao mesmo tempo, eu me sinto um cidadão de terceira categoria, quando vejo que posso desfrutar dessa cidade e o outro não pode, já que o outro está submetido a desigualdades sociais.”

Essa metáfora da maçã vermelha com pontos de podridão é aquela que se contradiz entre o bem-estar de viver nela com o mal-estar de conviver com as desigualdades sociais. Todos nós sofremos isso. Quando você está aqui no seu carro, com ar condicionado, e vem o menino pedir algo, você olha para ele e quase pede desculpas: “Por que eu estou aqui e você está aí? Eu posso desfrutar do carro, com ar condicionado, e você está aí na rua.” Esse é o sofrimento da criança, por estar na situação em que está, e o nosso próprio sofrimento, de nos sentirmos aprisionados em não podermos fazer nada para resolvermos aquela situação.

Essa é a “cidade maçã vermelha com pontos de podridão” porque mostra todas as oportunidades que ela pode dar. Essa resposta foi



dada em Barcelona, cidade símbolo e modelo de urbanização. Barcelona é uma cidade construída com planejamento estratégico, que se reurbaniza e intervém no seu espaço urbano, a partir dos eventos, mas, ao mesmo tempo, está baseada nas imagens, em vender uma imagem para o exterior, a fim de atrair investidores. Esse é o tema do planejamento estratégico das cidades atuais. Você quer que a cidade crie atratividades para que o investidor possa investir na cidade, mas você não se preocupa com as pessoas que vivem nela. São as cidades que se preocupam com o turismo, com o externo, com a imagem, mas não se preocupam com o habitante que cotidianamente está lá, com as questões sociais.

O que seria a cidade-museu? É aquela em que os contrastes impossibilitam os seus habitantes de viverem a solidariedade, pois convivem com a satisfação e o prazer da harmonia urbana e a tristeza e a dor do fechamento às diferenças. Essa cidade é Barcelona. Há várias respostas de Barcelona que mostram a cidade da agradabilidade, da atração,

a cidade que é o símbolo da estrutura urbana, mas não é só disso que as pessoas precisam. Como uma pessoa pode dar uma resposta dessas? Como as diferenças surgiram? Hoje Barcelona atrai muitos imigrantes africanos e marroquinos, que vão atrás de melhor situação de vida. Barcelona tem toda essa infra-estrutura, mas, ao mesmo tempo, segrega o imigrante.

A cidade-chiclete é interessante. A cidade-chiclete é aquela em que o indivíduo gosta muito do chiclete, mas cansa quando está mastigando por muitas horas. Então, é a cidade que tem a beleza, mas que chega num ponto em que não constrói algo significativo para as pessoas.

Cidade-abacaxi. Qual é a cidade-abacaxi? Quem poderia me dizer? É uma cidade do Brasil? São Paulo. Os sentimentos característicos dessa cidade são prazer, agradabilidade e alegria e, também, tristeza e raiva. Os contrastes e sentimentos encontrados podem ser de euforia e depressão, aceitação e distanciamento, liberdade e prisão, amor e ódio, frieza e calor, prazer e



pressa. Por que é a cidade-abacaxi? A cidade-abacaxi é aquela que consegue juntar o doce e o azedo. Tem o doce, que é bom, e o azedo, que é ruim, e, ao mesmo tempo, é uma cidade que gera pertinência.

Vemos, então, que, em uma cidade como São Paulo, apesar dos contrastes, foi encontrado muito sentimento de pertinência das pessoas, apesar do sentimento de destruição, de violência e de tudo o mais. Este é contraste do paradoxal.

A cidade-liquidificador é aquela em que tudo se mistura e tudo se embola. Misturam-se os sentimentos de desesperança, ódio, revolta, confusão.

Essas são as imagens de contraste, mas temos as imagens de movimento. As imagens de movimento são uma categoria encontrada, por exemplo, nas cidades de Barcelona e São Paulo. O movimento é visto como a possibilidade desses deslocamentos, que, ora são positivos, ora são negativos.

O movimento, por exemplo, em Barcelona, é visto

como algo interessante, porque é uma cidade-pessoa. É uma cidade como uma pessoa, com os seus sentimentos e em constante mudança.

Uma cidade-projeto que não se acaba. Então, algumas pessoas compararam Barcelona com a Sagrada Família, que é um grande monumento, uma igreja, que estará pronta em 2025, arquitetada por *Gaudi*, um grande arquiteto modernista. Ao mesmo tempo, essa cidade-projeto que não se acaba gera também muitos obstáculos de circulação. Na cidade que está sempre se regenerando, sempre trabalhando, os seus cidadãos também sofrem com esses bloqueios. Algumas pessoas falam que é bom ter Barcelona assim, mas tem hora que cansa haver tantos obstáculos.

A cidade-ser-vivo também faz essa relação da cidade com o aspecto do ser vivo em constante movimento e em constante crescimento.

A cidade-corção-de-mãe, que também foi encontrada em São Paulo, é aquela ci-



dade que recebe todos, mas você tem de entrar no ritmo dela. Ela acolhe a pessoa, mas a pessoa tem de seguir a risca o que ela é.

Como ilustramos com as metáforas, vou ilustrar com algumas imagens de desenhos com que trabalhei. Os recursos imagéticos são os que mais afetam os sentimentos.

Aí podemos ver Barcelona com todos os seus monumentos e parques. É uma cidade que causa alegria, orgulho, tranquilidade, respeito e, ao mesmo tempo, é comparada com uma cidade menu: você pode escolher muitas coisas, mas, ao final, a conta é muito cara. Poucas pessoas podem ter acesso a elas.

Aí mostramos a questão ambiental. Não podemos dividir o ambiente e a estrutura urbana. A paisagem da cidade está envolvida nesses aspectos. Então, essa pessoa está mostrando a árvore e o machado, justamente a destruição da natureza, que gera a impotência. Tem felicidade e orgulho, mas gera a impotência. São os contrastes.

Ainda Barcelona, mostra da como a cidade-mercado. Entrada e saída de pessoas. Aí tem o sentimento potencializador da atratividade, da esperança, da alegria e do bom humor.

Temos também, em São Paulo, a cidade-liquidificador. É essa cidade marcada pela verticalização, pela metropolização, onde tudo se mistura e se embola.

Essa é a grande imagem de São Paulo. Foram encontrados poucos ícones. Se fizemos uma comparação entre São Paulo e Barcelona, os ícones de São Paulo estão esquecidos, porque a cidade destruiu os seus símbolos. Como falei, foi construída uma cidade sobre a outra. Essa é a imagem de São Paulo. A pessoa desenhou uma pessoa despedaçada, mostrando a destruição da cidade.

Aí mostramos um pouco essa relação entre o alegre e o triste, a vida e as possibilidades. Também é São Paulo.

Imagens fortes de São Paulo: antenas, Avenida Paulista,



prédios. A Avenida Paulista é o principal ícone de São Paulo.

Fortaleza é a cidade dos contrastes socioeconômicos. Fortaleza compara-se a um jarro de porcelana, cuja água não é trocada há muito tempo: é bonita por fora, mas, por dentro, há contradições. É uma pessoa com muitas cáries, necessitando de uma reabilitação oral.

A maçã com um lado podre que encontrei em Barcelona foi encontrada em Fortaleza. Aí está uma imagem de Fortaleza: é o jarro de porcelana. É bonita por fora, mas, por dentro, tem zonas fétidas, mosquitos.

Fortaleza também é a imagem das filas: filas nas escolas, nos hospitais, nos postos de saúde. Tudo isso confirma a imagem que está sendo vivida pela saúde lá. Várias pessoas morreram por falta de UTI.

Fortaleza é também a cidade-formigueiro. É a cidade dos prédios, da verticalização e dos pontos turísticos. Esta é a contradição das cidades turísticas: são feitas para os que vêm de

fora, mas não para quem vive nelas. Aqui estamos mostrando a separação. Fortaleza é a separação. Tem uma grade que separa as misérias das mansões e da riqueza.

Vou concluir com alguns eixos orientadores desse urbano. Como podemos, a partir dos sentimentos, investir numa intervenção urbana? Protagonismo e as políticas públicas na questão da circulação humana, colocando a afetividade e a intervenção. A afetividade - as emoções e os sentimentos - como referência de avaliação do processo de percepção, conhecimento, orientação e ética nas cidades. Apropriação, identificação, transformação e identidade social e urbana como categoria de referência para avaliação da percepção ambiental.

Uma proposta de intervenção deveria estar orientada a partir de instrumentos que induzam a imagem de síntese como as metáforas e os desenhos. As imagens refletidas nos desenhos e metáforas são importantes instrumentos avaliadores dos aspectos afetivos e emocionais e da estima, como



indicadores da participação dos habitantes na cidade. Então, cheguei à afetividade como uma grande categoria-síntese. Quando as pessoas vinculam-se à cidade, a partir da agradabilidade e do sentimento de pertinência, elas sentem a cidade como estima positiva. Esta estima positiva pode ser um fator de participação das pessoas.

Foi confirmado que a estima de São Paulo estaria bem negativa em relação à de Barcelona. Foi confirmado também que a estima positiva relaciona-se com a participação. Quanto mais a cidade for estimada, tanto do ponto de vista da sua estrutura urbana, que gera imagens, quanto do ponto de vista da forma como as pessoas se relacionam com ela, mais se pode gerar mais políticas e protagonismo social que tenham legitimidade subjetiva. Não adianta só ver as políticas públicas isoladas da subjetividade. Então, o modo de vida urbano é uma expressão, assim como as políticas públicas são uma expressão desse modo de vida urbano. Não é só mexer com as políticas, é mexer na base, nos sentimentos, nas contradições psicossociais.

Políticas de participação da população nas intervenções e projetos de qualificação urbana. Para isso, é necessário ter a participação das pessoas. Então, em todas as intervenções urbanas, os gestores públicos precisam saber que o espaço urbano é a identidade dos indivíduos. Eles não podem mexer numa praça ou numa rua como se estivessem mexendo numa estrutura física. As pessoas usam aquilo, criam um significado, criam um simbolismo. Então, elas precisam estar juntas na construção desse urbano.

Superar a dicotomia cognitiva e afetiva é o grande desafio da Psicologia. Como trabalhar a relação entre a cognição e os afetos? Seria um eixo de análise e reflexão para a nossa intervenção urbana participativa.

Como eixos teóricos, a Psicologia Social. A afetividade como eixo orientador e integrador de observação e análise ética; a Psicologia Ambiental como expressão do simbolismo dos espaços. Os mapas cognitivos e afetivos são uma outra teorização que fiz.



Lynch é um importante autor americano que fez estudos sobre algumas cidades dos Estados Unidos, mas os mapas cognitivos do *Lynch* não desenvolveram a idéia dos afetos. Então, eu proponho os mapas afetivos como orientadores dos indivíduos na cidade e como articuladores de sentidos.

Gislene Maia Macedo

Conselho Federal de Psicologia

Anotei várias coisas que poderíamos estar discutindo, mas antes vou tentar trazer algo mais específico sobre o que estamos pensando a respeito da circulação humana que estamos falando.

Em primeiro lugar, é contextualizar essa circulação que se dá também no ambiente urbano. Ela se dá em outros lugares, mas estamos optando por discutir como isso acontece no ambiente das cidades, como esse movimento é gerador de fragmentação das subjetividades e como essa circulação, ao invés de promover a liberdade do homem nos espaços, aprisiona cada vez mais. Esse é o primeiro pressuposto que podemos pensar.

A Gislene vai colocar algumas questões. Seria muito importante o envolvimento das pessoas. Daqui eu só vejo uma luz enorme e umas cabecinhas. É difícil fazer uma interlocução sem estar vendo as pessoas.

É interessante também que, nesse vínculo que podemos estar fazendo entre trânsito e circulação humana, pensando a cidade, estamos submetidos, de uma forma ou de outra, a uma série de leis. Então, além de serem tolhidos pela construção do ambiente, também nos sentimos tolhidos pela forma como as leis configuram-se pelos significados que atribuímos a elas. A lei é algo que medeia essa relação do homem na circulação, dentro da cidade, ao mesmo tempo em que proporciona a possibilidade de direitos amplos de circulação para todos, embora saibamos que, na prática, não é isso que acontece. A segurança não é para todos, a circulação não é para todos, o acesso não é para



todos. Nem todos nós, apesar de dotados da possibilidade de nos locomovermos, temos mobilidade para isso. Portanto, os bens e serviços que a cidade pode proporcionar não estão à disposição de todos.

Como a Zulmira havia mencionado no começo, a dimensão de espaço e de território está promovendo também a exclusão social. A demarcação do território é inclusive simbólica. Como as pessoas apropriam-se desses espaços? Na verdade, quando atravessamos esses espaços, estamos sempre pensando no tempo que estamos perdendo, na velocidade que temos de alcançar, no ritmo de vida que temos de manter e, conseqüentemente, no afastamento que temos em relação aos outros que estão conosco nesse mesmo espaço público, que deixa de ser público no momento em que atribuímos a ele um significado privado. Esse espaço não é de todos: é meu e, sendo meu, posso fazer o que quiser. Fazendo o que quero, perco a noção desse grande coletivo. Existem esses outros desejos, essas outras necessidades e, por isso mesmo, a circulação

acaba sendo um ambiente de forte conflito entre as necessidades individuais desses espaços ao mesmo tempo em que se choca com todo um coletivo que diz respeito à mobilidade das pessoas na cidade.

É interessante contextualizarmos a circulação humana dentro das cidades. Não é à toa que o Departamento Nacional de Trânsito saiu do Ministério da Justiça e passou para o Ministério das Cidades. Trânsito não precisa ser uma questão de segurança. Trânsito pode ser algo que proporciona a vida nas cidades. A própria noção de circulação, termo que vem associado à construção dos ambientes urbanos em função da circulação sanguínea no corpo, é uma apropriação do modelo médico-biológico de como o nosso corpo funciona e da noção de cidade como organismo. A circulação, nesse sentido, é a vida. Então, se a cidade apresenta alguns nós que impedem esse movimento, ela obstrui. Não circulando, inchamos; inchando, podemos explodir.

Então, vamos pensar um pouco como a Psicologia,



dentro dessa questão da circulação, pode estar proporcionando a construção de processos de cidadania e de emancipação, como a Zulmira mencionou, que contemplem a significação desses espaços urbanos e proporcionem o enraizamento do sujeito, ao invés da fragmentação dele nesses ambientes todos.

Temos, sim, um desafio muito grande, que é o de como a Psicologia, tradicionalmente associada ao trânsito, pode estar se referendando em outras práticas e em outras correntes.

O que a Psicologia tem a ver com a circulação humana? Será que, na prática dos psicólogos, a aplicação de testes tem sido tradicionalmente utilizada demarcando essa prática? Será que é isso mesmo? Será que, ao fazer isso, estamos fazendo uma Psicologia que se compromete com a transformação social? Será que estamos mantendo novamente a classificação das pessoas, a partir dos parâmetros que são determinados por esses próprios testes? Como somos? Essa radiografia dos sujeitos e

das subjetividades parece limitada a dirigir veículos, como se o espaço da circulação fosse destinado apenas ao uso dos automóveis.

Algumas projeções do desenho mostram claramente as ruas, os prédios. A representação social das pessoas em relação à cidade são avenidas, ruas e casas. A prática da Psicologia corrobora um pouco essa imagem. Então, dirigir parece ser um ato de emancipação, que forma o cidadão, quando ele tem a carteira de motorista e, finalmente, vai poder ter liberdade, no ilusório, e um espaço que, na verdade, proporciona limites o tempo inteiro. O tempo inteiro nós temos limites. Os carros superpotentes são fabricados com possibilidade de alcançar velocidades extremas e maravilhosas, mas nas grandes cidades, a velocidade média é de 50 ou 40 quilômetros por hora. Em São Paulo, nos horários de pico, é até menor. Que circulação é essa? Como a Psicologia tem fortalecido esse modelo de circulação, que privilegia aqueles que têm acesso a um veículo? Como ela pode proporcionar momentos de contato das



peças através de intervenção com grupos?

Que se formem também protagonistas da sua cidade, dos seus passos e da sua própria circulação. Por si só isso é algo contraditório no momento que estou só na cidade. Mesmo que eu esteja rodeada de outras pessoas, estou só. Essa solidão pode me desagregar. Como eu me mantenho comigo e com os outros? Como a Psicologia pode proporcionar momentos de contato e de descontato? Como isso pode ser importante para subjetivarmos as relações que pretendemos estabelecer, quando estamos circulando?

Temos, na verdade, um grande desafio. É um espaço novo na Psicologia. Percebemos claramente na literatura que trata de espaços. Milton Santos, Paulo César Gomes e Paulo Casé vão escrevendo sobre espaços, arquitetura, cidades, circulação, transporte, deslocamento, locomoção e o tempo inteiro vão deixando os espaços vazios que poderiam ser perfeitamente preenchidos pela Psicologia. E até então temos calado em função do

aprisionamento que temos na prática da Psicologia de trânsito.

Ontem uma pessoa relatava uma experiência: “Não agüento mais fazer o que estou fazendo. Não agüento mais repetir o que faço todos os dias. Quero fazer algo diferente.” Isso, de certa parte, expressa uma vontade de protagonizar outros temas.

Como a Zulmira mencionou no início da fala, a cidade é esse grande palco. Esses inúmeros atores podem ser protagonistas, coadjuvantes ou espectadores. É um palco dinâmico, no qual cada um pode escolher a forma de protagonizar essa história.

Seria interessante, agora, abrir um pouco para as pessoas falarem. Eu pretendia provocar o debate, mas concordo muito com a Zulmira.



DEBATE

Público - Nós, que fazemos política partidária, perguntamo-nos se é bom quando uma cidade cresce muito e, digamos assim, a ideologia dominante dá a entender que a cidade não pode mais receber migrantes. Aí, essa cidade, que se desenvolveu econômico, social e culturalmente, que é grande e ainda pode crescer muito, passa realmente a tratar mal o migrante.

Vamos, agora, para o interior: cidades e municípios pequenos que não cresceram. As pessoas são levadas a achar que a qualidade de vida nesses lugares é melhor. São aqueles que defendem a contracultura.

Muitas vezes, ao fazer política no interior, nós nos deparamos com talentos. São pessoas que têm talento para artes cênicas, canto, escrita. São pessoas que têm talento. Aí você precisa ajudar essas pessoas a se desenvolverem, pois alguns querem ir para a cidade grande, inclusive para a indústria cultural. De repente, pensamos que viver na cidade

do interior é ruim, porque as pessoas carecem de bens culturais e de mercado de trabalho e pensam que encontram isso nas cidades grandes. Esse pode ser o “abacaxi”. Então, vamos continuar tendo problemas na cidade que inchou e na cidade-vila que precisa crescer?

É bom que asseguremos o respeito a ambos os sexos, para que a mulher possa ter a mesma liberdade que o homem, que ela possa existir enquanto indivíduo separado do homem, ou com ele, quando for possível conviver com ele. Nessa luta, a cidade grande não pode existir separada das cidades-vilas, por causa de bens e valores humanos, dos quais às vezes não consegue se separar, pelo intercâmbio necessário que tem de existir. Então, faz-se necessário, acima de tudo, valorizar o respeito a ambos os sexos. O Napoleão ou a Napoleoa que chega ao interior, com a proposta de acasalamento de pessoas vindas do litoral, ou com diplomas, no sentido de que é necessário se acasalar para ficar, é uma postura a que



dizemos “não”. As pessoas que fizeram isso precisam reagir e retroagir. Não é suportável, não.

Público - Eu me senti muito contemplada dentro do tema porque percebo que estaríamos indo avante na questão do protagonista. Ficamos na compreensão do psicológico daquele que vive na cidade. A cidade extrapola, e muito, a nossa possibilidade de nos sentirmos dentro dela. Penso o psicólogo, como cidadão, e o psicólogo, como profissional. Começar a dar “bom-dia” e estar em torno do lugar em que se vive é uma boa forma de ser cidadão, de estar dentro e de poder cuidar do seu espaço.

Eu queria falar que temos duas formas de tensionar, para podermos ser protagonistas: uma delas é o controle social sobre o Estado. Sabemos que as associações de bairro tiveram uma participação muito grande no final dos anos 80 e no começo dos anos 90. Não sei se isso ocorreu em todas as cidades brasileiras, porque não existe uma realidade brasileira única. Nas cidades grandes foram movimentos fortes, mas

as associações hoje estão muito largadas. O controle social do SUS, nos conselhos locais de saúde, não tem sido trabalhado da forma que poderia ser. É muito difícil trabalhar nessa parte. O psicólogo pode ser um protagonista nessa situação. Estamos diretamente ligados a isso.

Dentro dos outros conselhos estaduais, em todas as áreas, estamos sempre lidando com a circulação humana. Ela está em todas as coisas.

Eu queria pegar um outro aspecto. Primeiro, essa questão de que não circulamos só dentro das cidades. Bóia-fria circula horas a fio dentro do transporte e não está dentro da cidade. No Império Romano, um filósofo fala da velocidade do mundo moderno. Os caras corriam, de bigas, do campo para a cidade, de Roma para o campo ou para a praia. É o mesmo problema. Para nós, parece que é muito devagar, mas eles já sentiam isso.

Na obra do Eça de Queiroz, a cidade é a serra onde, de uma forma brilhante, o tempo todo ele coloca essas



diferenças, falando da poluição, do tempo livre, do ócio no campo. Esse problema não é novo. Só muda o jeito de configurar. Para nós parece que, às vezes, as pessoas não sentiam a rapidez. As pessoas sempre sentiram a rapidez. Como agora é mais rápido, achamos que o nosso problema é maior.

Quanto a essa protagonização, eu queria perguntar à Mesa como podemos ir além do controle social. De que formas podemos intervir na mudança das políticas públicas e na intenção dos psicólogos que sequer têm emprego? Quando fazem a Avaliação Psicológica, são prestadores de serviço ao cidadão, cidadão este que é obrigado a pagar por este serviço, para poder ter a Carteira Nacional de Habilitação. Sabemos que não há Departamento de Trânsito em todas as cidades. Em Santa Catarina, existem dois. Imagino que seja um pouco essa a realidade do Departamento de Trânsito. Então, como podemos intervir na mudança das políticas públicas?

Zulmira Bonfim – O primeiro passo é formar opiniões,

fazer com que a sociedade saiba o que o psicólogo pode fazer. Temos, como grande acesso à sociedade, a universidade. Na universidade formamos psicólogos. Dependendo das estratégias e das diretrizes que colocamos como sendo importantes para a formação dos psicólogos, já estamos dizendo qual é a tendência da atuação. Cada vez mais é necessário sair da formação clínica individual e promover a formação do psicólogo para o debate e a importância da participação do psicólogo nas questões urbanas, nas políticas públicas ligadas ao urbano.

Por exemplo, quando se fala do urbano, são chamados os geógrafos, sociólogos, o planejador urbano e o arquiteto. O psicólogo não está nisso. Devemos formar opiniões, buscar espaços, criar situações, em primeiro lugar, para colocar o psicólogo como uma necessidade. Como fazemos isso? No meu caso, na Universidade Federal do Ceará, estamos fazendo intercessões de trabalho da Psicologia com a Geografia. Essa área de Psicologia Ambiental, com que tenho trabalhado, faz muito essa



interface. Alunos da Geografia vão para a minha disciplina. Fazemos trajetórias na cidade, orientados pelos alunos e professores da Geografia. Os alunos de Psicologia vão para a rua. Participamos de algumas trajetórias. Os alunos vão olhar o movimento das pessoas nas praças. Sentamos no banco e ficamos olhando. Isso é fazer Psicologia. Que tipo de estratégia muda na cabeça do aluno, quando ele vê que não pode estar só na sala de aula, que não só vai encontrar essa subjetividade, numa compreensão individual ou restrita? O aluno fala: “Professora, como foi importante aquele senhor que se aproximou de nós. Eu soube mais a história de Fortaleza.”

A formação do psicólogo é um espaço para isso. Que tipo de prioridades e ênfase estamos dando à nossa formação?

A partir dessa compreensão, gerar, nessas políticas públicas, a participação dos psicólogos nas prefeituras. Atualmente temos vários alunos e psicólogos que trabalham nos municípios, voltando à questão que foi colocada da relação das cidades com as cidades meno-

res, capital e municípios. Em Fortaleza estamos vendo, cada vez mais, uma descentralização das atividades do psicólogo em prefeituras. As pessoas que se formam vão para as cidades menores e falam da importância disso para a vida delas, da mudança do estilo de vida. Morar numa cidade pequena. Há pessoas que mudaram completamente as suas vidas, ao viverem em municípios pequenos. A prefeitura passa a colocar os psicólogos dentro da gestão da saúde, da gestão urbana, da gestão do turismo. O psicólogo dentro da interseccionalidade. Se eu pudesse dizer como o psicólogo vai entrar nisso, eu diria que é se abrindo ao interdisciplinar. Para isso, é necessário sair da condição do modelo médico que ainda é priorizado. É o modelo do poder.

Eu diria que seria uma forma de descentralizar da capital e poder ocupar vários espaços da Psicologia nas comunidades e nas diversas interfaces com o urbano, quando se fala da circulação humana na cidade. Você mesma falou que não se circula só na cidade. Descentralizar, fazer com que se mude



o estilo de vida. É o estilo de vida do urbano.

Sair do conformismo. Por que, ao estar na cidade, tenho de estar submetido?

Gislene Maia Macedo

– Eu teria a acrescentar os interesses, que considero importantes, quando falamos de circulação, e não falo só de circulação urbana ou nas cidades.

Há um pesquisador de São Paulo, Dirceu Scali Júnior, que trabalha com a migração do homem do campo para a cidade e com os retratos da subjetivação desse homem, quando ele vai de um lugar para o outro e vai se desterritorializando. A circulação, na verdade, é tudo isso.

Um outro psicólogo, José Sterza Justo, para tratar de saúde mental, fala da questão da transitoriedade, da loucura e da condição de itinerância, na sociedade contemporânea, para caracterizar também os aspectos de circulação e como a saúde mental compromete-se, quando nos desenraizamos.

Obviamente, falar de circulação não é só falar de circulação urbana. Ao pensar a Psicologia como protagonista dessas cenas, acho que passa pela formação, em como podemos intervir nas políticas públicas e também passa por uma mobilização do psicólogo em redirecionar as suas práticas, repensar o que está fazendo no momento e ver os resultados que está produzindo com o que está fazendo. Com o que estou comprometido no momento em que desenvolvo essas práticas? O que eu quero? Tem de haver uma utopia para sustentar o protagonismo. Não pode ser um protagonismo que é apenas uma produção de outras idéias. Tem de haver texto. Tem de haver uma noção de direcionamento dessa utopia que leva a produzir ações diferenciadas que podem transformar alguma realidade social. Então, trabalhar no protagonismo social da Psicologia, nesse campo da circulação humana, é, acima de tudo, produzir uma prática diferenciada que tem de rever as utopias com que o psicólogo que atua nesse campo compromete-se e saber valores vai



atribuir, na sua prática, para ressignificar isso de forma diferente.

Era isso o que eu queria dizer.

Zulmira Bonfim - Um pouco em cima do que você colocou, do controle social sobre o Estado ou da importância dos movimentos sociais, eu acredito que o psicólogo pode dar uma conotação um pouco diferente da que vem sendo dada aos movimentos sociais, no sentido de privilegiar, muitas vezes, as questões reivindicativas e se distanciar da subjetividade. Às vezes, quando você trabalha com as pessoas, na comunidade, no campo, nas cidades grandes ou pequenas, as pessoas têm necessidade não só da busca da sobrevivência. Vamos trabalhar na reivindicação, mas vamos trabalhar no outro pólo também. Como Lefebvre fala, são as necessidades socialmente elaboradas. Precisamos não só lutar pelas questões básicas da sobrevivência, mas também precisamos de criação, de informação, de simbolismo, de atividades lúdicas. É muito interessan-

te quando trabalhamos com as pessoas. Vemos que elas pedem isso. Vamos trabalhar na reunião, mas não vamos apenas trabalhar na reunião. Vamos fazer outras coisas que trabalham também a importância do prazer, do relaxar, do poder criar, fazer a busca.

Como Spinoza fala, o movimento não é feito pelo prazer, pela felicidade, pela alegria, ele é paixão triste. Que subjetividade e construção política não dicotomizem. Talvez uma questão importante para o psicólogo seja como voltar à legitimidade da subjetividade. Como fazer essa relação, esse subjetivo e coletivo? Como promover políticas públicas que não se distanciem da necessidade socialmente elaborada, da criatividade, das necessidades que vão além? A necessidade de poesia. O que é a poesia? Vamos ler livros de poesia também. Necessidade de informação, de criar significados nessas cidades. Criar significados no espaço é também criar legitimidade de mobilização. Como promover a apropriação do espaço, nas diversas formas, e como



essa apropriação promove mobilização? Eu poderia dizer que essas políticas públicas não estão distantes da subjetividade ou da legitimidade subjetiva. Por isso, coloco os afetos e os sentimentos como instrumentos de aproximação com as necessidades mais básicas, com a realidade que não podemos deixar de ver como construtora dessas políticas. Então, enquanto pensamos política só na perspectiva de uma determinada classe ou população e não vemos a outra, não estamos indo em direção às necessidades socialmente elaboradas.



CONFERÊNCIA III

Protagonismo Social da Psicologia na Reforma Psiquiátrica

Palestrantes:

Pedro Gabriel Goldinho Delgado
Coordenador de Saúde Mental do Ministério da Saúde

Debatedora:

Marta Elizabeth de Souza
Conselho Regional de Psicologia 4ª Região (MG/ES)



CONFERÊNCIA II

Protagonismo Social da Psicologia na Reforma Psiquiátrica

Pedro Gabriel Godinho Delgado

Coordenador de Saúde Mental do Ministério da Saúde

É uma satisfação, para mim, estar aqui, com vocês, para discutir a Reforma Psiquiátrica e o protagonismo social do psicólogo neste processo.

Considero que o processo de reforma é um dos processos sociais mais importantes que vem se dando no Brasil. Recentemente, nesta semana, o processo da Reforma Psiquiátrica esteve presente, nos meios de comunicação, através de uma grande e simbólica cerimônia realizada com o Presidente da República. Todo o Governo, através do Presidente da República, assumiu seu compromisso com o princípio da reforma, fazendo com que possamos, de alguma forma, imaginar e pensar que completamos um ciclo importante. Talvez não seja um ciclo de consolidação, porque essa consolidação ainda está longe de ocorrer, mas um ciclo importante de implanta-

ção da política de substituição dos hospitais psiquiátricos por outros recursos assistenciais de promoção dos direitos dos pacientes e dos seus familiares e de inclusão social radical das pessoas que têm transtornos mentais. Podemos considerar que completamos um ciclo de implantação e agora a tarefa é a de consolidação.

Digo um ciclo de implantação no sentido de implantação não só no imaginário social, mas também como política pública. Agora se tornou uma política de todo o Governo. Na maior parte dos estados brasileiros tem sido uma política da área estadual. Estou falando que é na maior dos estados brasileiros porque alguns não têm implantadas as diretrizes da reforma.

Eu trouxe a projeção de alguns dados de que vou uti-



lizar para que possamos ter uma visão de conjunto, tendo em vista que esse tema é muito extenso e amplo. Vou utilizar as transparências para que possamos ter uma visão de conjunto do processo de Reforma Psiquiátrica no Brasil. Feita essa visão de conjunto, acho que fica colocada a questão do protagonismo, conforme esta Mesa solicita. Enfim, trata-se do papel que os profissionais, dentre os quais os psicólogos, têm a desempenhar nesse tipo de processo.

A idéia da minha contribuição é tomar essa questão do ponto de vista de implantação de políticas públicas no Brasil.

Vamos à primeira transparência. Essa é a minha marca, a origem, onde estou situado: Coordenação de Saúde Mental, na estrutura atual do Ministério da Saúde. Essa estrutura atual é diferente da anterior. Houve uma importante modificação na estrutura do Ministério da Saúde e, por isso, eu mostrei. Essa modificação, hoje, junta o que se chamava de atenção básica, Programa Saúde da Família etc., com as outras áreas de assistência à

saúde, permitindo uma integração maior. Até o Governo anterior, havia uma dicotomia evidente, visível, entre aquilo que era atenção à comunidade, atenção básica ou atenção primária, e as outras formas de atendimento, da média e alta complexidade, como se diz no jargão do pessoal do Ministério da Saúde.

Visão de conjunto da situação da área de saúde mental. Trata-se de uma área que tem um grupo de transtornos de alta e crescente prevalência e baixa cobertura assistencial. Esse é o problema número um, o principal. Os transtornos têm alta prevalência e a cobertura ainda é insuficiente. Quando no início mencionei que fechamos o ciclo da implantação, não significa que consolidamos o processo. Na verdade, a questão principal ainda é a baixa cobertura assistencial. Trata-se também de um modelo assistencial que está em transição, do hospitalar para o comunitário, ainda refletindo as graves distorções do modelo asilar. Acho que não podemos dizer que estamos no modelo hospitalocêntrico, mas não saímos dele completamente.



A característica do processo de implantação dessa política pública, no Brasil, produz uma configuração de transição. Estamos passando de um modelo para outro. Estamos, na verdade, no meio desse caminho, na implantação dos serviços extra-hospitalares.

Trata-se de uma política pública necessariamente inter-setorial, com interfaces fundamentais com a assistência social, direitos humanos, justiça, trabalho, habitação etc.

Dentro do cenário atual, eu disse que era um grupo de transtornos de muito alta prevalência. Prevalência, na linguagem técnica da epidemiologia, significa o total de casos de uma determinada enfermidade na população naquele momento. Incidência são os casos novos. Então, são casos com alta prevalência de tal sorte que 3% da população precisam de um tratamento continuado em saúde mental. Essa cifra é muito elevada. 3% da população têm transtornos mentais severos e persistentes. 6% da população geral têm transtornos mentais graves decorrentes do uso prejudicial de

álcool e outras drogas. 12%, nos quais estão incluídos os 3% anteriores, necessitam de atendimento, seja contínuo ou eventual.

Se vocês pensarem a população brasileira com 176 milhões de habitantes, cerca de 20 milhões de pessoas necessitam ter, à sua disposição, a possibilidade do atendimento em saúde mental, seja contínuo, seja eventual, e cinco milhões necessitam de um atendimento diário, de um atendimento continuado e permanente. Se não for diário, pelo menos seguido, continuado, cuidadoso, permanente.

Esse dado é a proporção de epilepsia. É muito elevado. Eu coloquei a taxa de suicídio, para fazermos comparação com outros países. Não é elevada, mas os dados também não são muito precisos.

Em relação aos dados da política, é importante discutir o financiamento. Cerca de 580 milhões de Reais anuais são utilizados no programa de saúde mental, sendo que 79% são gastos, ainda, com pagamento de hospitais. Isso corresponde



a 2,3% do orçamento anual do SUS, o que é uma cifra baixa. A OMS, no relatório de 2001, sugere o percentual de, pelo menos, 5% do total da saúde sendo destinado à saúde mental, principalmente tendo em vista a alta prevalência dos problemas.

Portanto, os recursos devem ser ampliados, de modo a atingirem, pelo menos, o dobro dos valores atuais a médio prazo. Então, além de não ter muito dinheiro, esse dinheiro é gasto incorretamente, inadequadamente, porque 79% ainda são gastos com pagamento de internações psiquiátricas.

A tendência mundial é do crescimento dos quadros de sofrimento psíquico, especialmente aqueles ligados à crise urbana, violência, desemprego e outros fatores culturais e socioeconômicos.

Um dado muito interessante, que é muito importante para levarmos em conta, pois tem a ver com a questão do protagonismo do trabalhador de saúde mental, é que a evolução clínica depende muito diretamente do modelo de tratamento e do

suporte psicossocial. Os quadros podem ser graves, mas a evolução depende do modelo de tratamento e da existência de suporte social.

A evolução de um caso de esquizofrenia, no modelo manicomial, é mais grave do que no modelo comunitário. Portanto, a ausência de suporte social e o modelo da longa internação agravam os quadros, mas ao reverso podemos ler que vale a pena investir no modelo da atenção psicossocial, pois ele produz bons resultados e produz uma evolução clínica mais favorável, mesmo para as situações muito graves.

Isso aí é para vocês terem uma idéia sobre o que eu tinha mencionado: ainda temos poucos recursos e eles são mal gastos. De qualquer modo, quero mostrar uma tendência, porque estou defendendo o argumento de que estamos completando um ciclo de implantação. Vejam que claramente aquilo divide gasto hospitalar na saúde mental, e o gasto extra-hospitalar. Mostro, com isso, a concentração dos gastos nos hospitais. Peguei uma série histórica dos



últimos anos. Vejam que, em 1997, chegamos a ter o absurdo de 93% dos recursos gastos só para pagar internação em hospital psiquiátrico. Agora esse quadro vai se revertendo. Fechamos o ano de 2002 com 79%. Vejam que, de fato, há uma evidente curva de substituição. Há uma evidente curva de declínio na concentração do recurso na área hospitalar, mas ainda mostrando uma elevada concentração no segmento hospitalar.

Quando falamos de Reforma Psiquiátrica, não se trata apenas de redução de leitos. A Reforma Psiquiátrica é um caminho de mão dupla. A redução de leitos tem de ser acompanhada da criação de alternativas assistenciais que estão colocadas ali. Os leitos vêm diminuindo. Hoje estamos com 54 mil leitos. Já houve um decréscimo do final de dezembro até agora, maio, com 424 serviços incluídos, os CAPS e serviços para usuários de álcool e drogas, que constitui uma novidade no cenário da saúde pública brasileira. Eles existem há apenas um ano. São os CAPS para usuários de álcool e drogas.

Eu estava comentando, numa rápida entrevista, a situação do estado da Paraíba, que é bastante desfavorável no cenário brasileiro. É um estado que está andando a passos muito lentos em relação à implantação desses serviços, mas já temos, no cenário brasileiro como um todo, uma ampliação bastante significativa desse tipo de serviço.

Vamos, agora, às diretrizes gerais dessa política. Eu separei as diretrizes para dar uma visão de conjunto da política.

A primeira é a redução progressiva dos leitos psiquiátricos, a desinstitucionalização; segunda, expansão dos CAPS; terceira, inclusão nas ações de saúde mental na atenção básica. Essa deve ser a nossa grande tarefa agora. Implantação do programa De Volta Para Casa, lançado anteontem pelo Presidente da República. Expansão das residências terapêuticas; formação e qualificação de recursos humanos; promoção dos direitos dos usuários e familiares; incentivo à participação dos familiares no cuidado. Há uma tarefa de inclusão dos familiares no



processo de tratamento. Reorientação dos manicômios judiciais e qualificação do existente, isto é, os hospitais existentes têm que ser substituídos progressivamente e os ambulatorios têm que ser aperfeiçoados. Há uma tarefa, uma espécie de dever de casa inevitável, que é fazer com que essas instituições já existentes funcionem melhor do que estão funcionando.

Vou passar, rapidamente, um por um esses pontos, para termos uma idéia geral.

Quanto à redução progressiva dos leitos, há uma redução programada de quatro mil leitos em 2003. Foram reduzidos onze mil e trezentos leitos nos últimos quatro anos e isso tem sido acompanhado certamente da criação dos serviços e das residências terapêuticas. No processo de redução de leitos, a parte mais visível da reforma é a desospitalização, que não deve ser desospitalização, mas desinstitucionalização, com toda complexidade que essa palavra exprime, porque significa não apenas reduzir leitos, mas também produzir ações integrais e complexas de inclu-

são social no paciente. É um processo que está seguindo um ritmo que considero desejável. É o ritmo possível de se fazer.

Como eu disse logo no início, temos alta prevalência, gravidade nos transtornos e baixíssima cobertura assistencial. Portanto, não temos condições de fazer fechamentos bruscos de leitos e de hospitais psiquiátricos. Não podemos e não estamos fazendo. Em alguns casos, estamos até impedindo o fechamento de leitos de hospitais que querem, de uma hora para outra, encerrar as suas atividades, porque se cansaram daquilo ou porque acham que não estão ganhando o que deveriam ganhar do SUS. Temos que dizer que não é bem assim. Se você quer encerrar as atividades, vamos planejar isso e você terá seis, oito meses, para se retirar do sistema. Ainda assim, com toda essa cautela, estamos fazendo uma redução que neste ano será de quatro mil leitos. Não é pouca coisa nesse cenário de desassistência que ainda temos.

Os hospitais psiquiátricos hoje são 244, porque tivemos o fechamento de quatro hospi-



tais no último ano. Eles se concentram, como todos sabem, pela região Sudeste. Aqui no Nordeste, a concentração maior é em Pernambuco. Esse estado tem uma alta concentração de leitos nos hospitais. A Paraíba tem seis hospitais. Tem uma concentração muito grande de hospitais em São Paulo, no Rio de Janeiro, no Paraná e em Minas Gerais. São onde estão concentrados os leitos psiquiátricos.

Se pensarmos a proporção de leitos por habitante, a maior concentração é no estado do Rio de Janeiro.

Esse quadro está muito difícil de ver. Estou distribuindo os leitos pelos estados para vocês terem uma idéia da distribuição da máquina manicomial. Cinquenta e cinco mil leitos. Os dados são de dezembro do ano passado. Já estamos com cinquenta e quatro mil e pouco. São Paulo tem dezesseis mil e duzentos leitos. Tem mais que os outros, mas também tem uma população de trinta e seis milhões de habitantes.

Expansão dos CAPS - Centros de Atenção Psicossocial. A

proposta para esses dois anos é de criar mais duzentos e trinta CAPS em regiões estratégicas, sendo que seis já estão sendo criados no ano de 2003.

Consolidação, suporte, avaliação e supervisão dos quatrocentos e vinte e quatro CAPS existentes. Não sei se algum dos presentes trabalha em CAPS. Temos, hoje, por falar em protagonismo dos profissionais e dos psicólogos, seis mil profissionais incorporados a esse trabalho dos Centros de Atenção Psicossocial. Esse número está crescendo e ficando cada vez maior. Esses profissionais enfrentam um cenário de adversidades. Na verdade, eles são chamados a um desafio que é o de atender bem pacientes muito graves, numa situação de rede de atenção ainda insuficiente e num cenário, do ponto de vista cultural, de baixíssima inclusão social e de grande rejeição a esses pacientes. A rejeição que eu digo não significa uma crítica simplista a familiares ou à própria comunidade. É a ausência de mecanismos sistemáticos e regulares de inclusão social. Isso vale para várias minorias e, no caso dos pacientes mentais,



que vivem uma experiência trágica de inclusão de vida, essa situação se torna mais evidente.

Então, os companheiros que são protagonistas desse trabalho nos CAPS estão fazendo um trabalho admirável. Estão fazendo esse trabalho admirável sob condições adversas. Nós admitimos isso! São condições adversas de remuneração, são condições adversas, muitas vezes, de reconhecimento social. Por exemplo, temos dificuldade de inclusão do profissional de Psiquiatria nesses serviços, porque no cenário da Psiquiatria ainda existe uma certa valorização maior a um certo modelo de atendimento que é o convencional, num certo cenário ergonômico e arquitetônico muito próprio: ou é o ambulatório ou é a emergência ou é a enfermaria. O CAPS não é nada disto: não é nem ambulatório nem emergência nem enfermaria. É tudo isso ao mesmo tempo. O CAPS III, inclusive, pode ter pequenas e curtíssimas internações. É principalmente um espaço de intervenção, de atuação clínica.

Muitas vezes as pessoas iniciam esse trabalho sem ter um suporte de orientação e de supervisão garantido. O nosso grande investimento, agora, é não só aumentar os CAPS, mas também fazer com que essas pessoas tenham supervisão permanente. Queremos que todo CAPS tenha o seu supervisor e queremos que todo profissional de CAPS esteja incluído num programa permanente de formação, através de pólos de formação em saúde que estão sendo criados em todos os estados. Claro que depende do estado. Tem estado que demora mais do que os outros, e não estamos esperando para fazer tudo igual em todos os lugares. Depende muito do protagonismo da instituição universitária, dos próprios profissionais. Quem não se mexer vai ficar no mesmo lugar. Estamos trabalhando um pouco com essa coisa do protagonismo também.

Quem ficar reclamando do SUS, do Ministério da Saúde, que não tem recursos e não apresentar as alternativas concretas não vai sair do lugar. Agora, quem se move de fato tem conseguido. Há uma linha



de financiamento para formação continuada dos profissionais do CAPS.

O estado da Paraíba não vai bem nesse aspecto. Não sei se a maioria das pessoas é do estado da Paraíba. Estou dizendo isso porque estamos no estado da Paraíba. Em relação ao Nordeste, certamente a situação é bastante diferenciada. Que fique claro que todo cenário é de insuficiência.

O Ceará é o terceiro estado com a melhor distribuição de CAPS por habitante. O primeiro é o Rio Grande do Sul; o segundo, Santa Catarina; o terceiro, um estado nordestino, o Ceará. Funcionam com problemas, têm dificuldades, estão sempre em conflito com as normas do Ministério da Saúde, o que é absolutamente normal e natural. As normas estão aí para serem aperfeiçoadas pela realidade também. O Ceará tem um bom desempenho em termos de criação de serviços e já está tendo um bom desempenho em termos de formação de pessoal.

Ampliação de trinta e dois para sessenta, no caso dos

CAPS infanto-juvenis. Não sei se vamos atingir essa meta neste ano. Também é uma novidade na saúde pública brasileira. As crianças com autismo, psicose infantil, deficiência mental e com quadros psicóticos eram atendidas nas APAES, que faziam uma função importante, pois supriam a ausência de uma instituição adequada para o atendimento da psicose na infância, ou eram encaminhadas para educandários ou abrigos, nos quais viviam uma situação de abandono. Agora estamos implantando os CAPS infantis, que têm tido um desempenho muito bom e muito interessante, enfrentando situações gravíssimas do autismo, das psicoses infantis e da deficiência mental, comitantes e que precisam de um tratamento intensivo.

Neste ano serão implantados setenta e oito novos CAPS/AD. Os CAPS Álcool e Drogas são um capítulo à parte, porque entram no cenário do atendimento na rede pública como uma novidade absoluta. Já temos as comunidades terapêuticas ou a internação em hospital psiquiátrico. O CAPS/AD se coloca na comu-



nidade e, de certa maneira, busca construir uma relação de confiança com o usuário de drogas, de modo que ele possa aceitar o tratamento e não temer as implicações da busca do tratamento num país que tem uma legislação inadequada, que criminaliza o uso da droga. A questão do CAPS AD é de se construir na contramão de uma cultura da penalização do uso de drogas, cultura esta que temos que transformar, sobretudo nos seus aspectos legais, tal como prevê a lei n.º 6.368. Alguns têm contato com essa questão em seu trabalho clínico. Eu iria dizer que a lei é ambígua, mas, na verdade, ela não é ambígua. Ela é perversa no sentido de que parece distinguir o usuário do traficante, mas penaliza o uso também. É crime o uso, não é só o tráfico.

Distribuição dos quatrocentos e vinte e quatro CAPS. Ali já podemos tirar aquele zero do estado do Acre e colocar um. Tem um CAPS/AD lá. O Amazonas é o estado, do ponto de vista da relação CAPS/população, de pior desempenho. Espero que a coisa mude, pois houve mudança de governo.

Havia uma resistência muito grande para a implantação dos serviços. Vejam que a Paraíba, com dois serviços, tem um desempenho muito baixo. Um dos serviços funciona em condições bastante insatisfatórias, porque ainda está muito marcado por um certo modelo de ambulatório. Não é ambulatório, mas é um CAPS cuja avaliação não é muito favorável neste momento.

Esta é a distribuição que eu estava falando para vocês. Cobertura assistencial do CAPS por dez mil habitantes. Construímos esse indicador simples para poder ver como os estados estão e podermos dialogar. Vejam que, de 2001 a 2002, alguns estados mudam de posição no sentido do desempenho. O Ceará está em terceiro lugar na relação CAPS por dez mil habitantes. Hoje os estados com melhor desempenho são Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Ceará. Está errada a parte final, porque, em último lugar, é o Amazonas. Alguns estados conseguem ir implantando os seus serviços e conseguem um desempenho bastante razoável, vencendo diversas dificul-



dades. O estado de São Paulo tem cento e cinco serviços, mas fica em oitavo lugar porque lá a baixa cobertura é maior em função da grande população e do grande parque manicomial que ainda tem.

Vamos ver a localização da Paraíba. A Paraíba está em vigésimo terceiro lugar no ano de 2002.

Esse indicador é bom - não é um indicador sensível, logicamente - porque dá um idéia de como as coisas estão indo em cada estado.

Fizemos um redesenho dos serviços, num grande debate com os profissionais da área, e hoje temos esses tipos de serviços. Vou passar isso muito rapidamente. São os três tipos de CAPS, mais o CAPS infantil, mais o CAPS/AD, fazendo essa modalidades de atendimento: intensivo, semi-intensivo e não-intensivo. Foi uma maneira de tentar introduzir a clínica na administração SUS. Esse é um esforço que precisa ser aperfeiçoado. Essa normatização distingue quando você faz um projeto clínico e precisa

atender intensivamente o paciente. Aquele projeto vale, no caso dessa norma, por um mês. Essas três categorias - intensivo, semi-intensivo e não-intensivo - tentam dar conta de três configurações do projeto terapêutico. Claro que não há como transformar em procedimentos administrativos a complexidade da clínica, mas é a primeira vez que essas vicissitudes da organização da clínica entram na normatização.

Certamente essas propostas podem ser aperfeiçoadas, e serão, mas só serão pela experiência prática. Estou dizendo isso porque são feitas muitas críticas. Essas críticas são bem-vindas, mas têm que se basear também na experiência empírica. Se for apenas uma crítica com base no fato de que a norma reduz a três possibilidades o projeto terapêutico, ela é pouco significativa. É um problema também geral na questão da forma de financiamento do Sistema Único de Saúde no Brasil. Temos que transformar as coisas em procedimentos. Até mudar essa forma de financiamento, temos que ficar



nos adaptando a essa questão de procedimentos.

Agora vou passar rapidamente. CAPS I é para os municípios de 20 a 60 mil habitantes. É uma estrutura menor, pequena. O CAPS II é para municípios maiores. Já é uma estrutura maior. É aquele que é mais numeroso no Brasil e é o CAPS mais típico.

O CAPS III talvez seja a estrutura estrategicamente mais importante. É um serviço 24 horas, aberto, para os pacientes graves e permite que o paciente tenha uma acolhida noturna. Permite que o paciente possa ficar, se necessário, também durante o fim de semana. Ele pode ter até quatro leitos, mas é um serviço aberto.

O CAPS infantil. O parâmetro de duzentos mil é um parâmetro que estamos colocando agora, mas eu acho que todo município de até 100 mil habitantes vai precisar de um serviço desses. É um CAPS para atender crianças com transtornos mentais severos e persistentes. Temos hoje no Brasil apenas trinta e dois CAPS infantis e queremos

chegar a sessenta, mas não sei se chegaremos a este número ainda neste ano.

O CAPS/AD é para atender pessoas com transtornos por uso de álcool e drogas. Esses são os dados, com o número de profissionais mínimo etc.

O outro ponto é a inclusão das ações de saúde mental na atenção básica. Esta proposta é fundamental. Se não conseguirmos, de uma forma cuidadosa e competente, fazer com que as equipes dos Programas Saúde da Família (dezesesseis mil equipes) e agentes comunitários de saúde (cento e sessenta mil pessoas trabalhando) assumam também as ações de saúde mental, não resolveremos o problema da cobertura só com CAPS ou só com ambulatorios. É preciso, de fato, fazer uma inserção e uma iniciativa mais agressiva e mais enérgica de inclusão das ações de saúde mental na rede básica. Há problemas, certamente há problemas até teóricos, da maneira como vamos desenhar o tipo de intervenção que o profissional da rede básica terá, em termos de saúde mental.



Há um levantamento feito pelo Departamento de Ações de Atenção Básica, que cuida do PSF - Programa Saúde da Família e 56% das equipes de saúde da rede básica declaram realizar ações de saúde mental, sem supervisão, sem saber como. Elas declaram realizar, e realizam, não tenho dúvida, porque as demandas estão colocadas. Os problemas de saúde mental estão colocados o tempo todo em todos os cenários.

Fizemos um seminário, há dois anos, para definir quais seriam as prioridades para inclusão da saúde mental na rede básica. Número um, pacientes mais graves, para impedir que fiquem nos hospitais psiquiátricos. Portanto, é preciso fortalecer essas equipes nos lugares em que existam hospitais psiquiátricos. Número dois, todas aquelas situações relacionadas com a violência urbana. Mencionei no final a questão do Proesf. O Proesf é um programa que está começando agora. É uma sigla que representa, na verdade, quinhentos milhões de dólares. É um financiamento do Banco Mundial para consolidação do Programa Saúde da

Família e para a expansão desse programa para os grandes municípios. Vocês sabem que esse é um programa que ficou meio interiorano, de cidades pequenas. É importante que ele seja um programa também nas regiões metropolitanas. A intervenção que o PSF poderá ter no cenário da saúde mental será extremamente significativa e terá um impacto na cobertura assistencial de muita relevância e de muita importância.

Eu coloquei a sigla do Proesf para dizer que este Governo vai investir. Obviamente a negociação desse investimento já vinha sendo feita no Governo anterior, mas este Governo assumiu esse financiamento e vai investir na consolidação do Programa Saúde da Família. As metas do Governo anterior, de expansão, foram diminuídas em partes, porque havia um crescimento desordenado das equipes do Saúde da Família, numa baixa qualidade do atendimento e com ausência de supervisão. É preciso aperfeiçoar e consolidar o PSF.

Implantação do programa De Volta Para Casa, que



foi esse que o Presidente Lula lançou na quarta-feira. Não sei se vocês viram. A *Rede Globo*, não sei por que cargas d'água, resolveu dar importância ao fato de uma senhora evangélica entrar no momento do lançamento do programa e fazer um discurso dizendo que a Bíblia estava salvando os grandes criminosos, que eles estavam se convertendo. Enfim, pelo menos na *Rede Globo* o destaque foi para a falha da segurança e para o erro do cerimonial. Eu peguei o *clipping* de todos os jornais do Brasil e todos fizeram uma cobertura muito interessante sobre o fato de que o Brasil está criando um programa que vai dar uma bolsa mensal para auxiliar objetivamente a inclusão social de pessoas, com rondas permanentes, em hospitais psiquiátricos. Essa é uma aspiração antiga do movimento da Reforma Psiquiátrica. Desde 1993 tentamos implantar o PAD - Programa de Apoio à Desospitalização, e agora ele se materializa através desta proposta.

Ao todo serão quinze mil beneficiários e ainda neste

ano vamos incluí-los, se for aprovado no Parlamento. Não é possível fazer essa bolsa sem aprová-la como lei. A estimativa, como não é uma lei que será polêmica, é de que seja aprovada em três meses. Então, já poderemos incluir dois mil pacientes que hoje vivem em residências terapêuticas. Serão os primeiros incluídos. O que significará que os próximos já vão entrando, aqueles que já estão sendo, neste momento, nos hospitais, identificados como pacientes capazes de serem incluídos neste programa.

As residências terapêuticas, digamos, são uma espécie de calcanhar-de-aquiles do processo da reforma. É muito difícil implantá-las. Há uma resistência muito grande. Há uma dificuldade real e concreta de se criar esse dispositivo. Temos apenas dois mil pacientes, dos quais setecentos e cinquenta estão no estado de São Paulo. No resto do Brasil há mil e trezentos pacientes em residências terapêuticas. É um número bastante baixo, se considerarmos que temos cinquenta e cinco mil pacien-



tes internados. Muitos desses pacientes que precisam da residência terapêutica vão sair da sua vida no hospital psiquiátrico.

É interessante, pois, cada vez que se cria uma vaga de residência terapêutica, é fechado, no sistema, um leito. Fazendo assim, vamos reduzindo os leitos criteriosamente. Criou-se o serviço, a residência, bloqueia-se aquela vaga e não existe mais aquela vaga no hospital psiquiátrico.

Qualificação dos serviços nos hospitais gerais. Isso aí certamente é o desafio mais difícil para a nossa capacidade. Os hospitais gerais não gostam de atender em saúde mental. Quando atendem, não atendem bem. Os dados do levantamento que fizemos, Pinash, em todos os hospitais psiquiátricos e também nas unidades psiquiátricas de hospital geral, mostram que os poucos serviços de saúde mental em hospitais gerais - ao todo são mil e setecentos leitos no Brasil inteiro - não realizam um bom atendimento. Estamos trabalhando na implantação de quarenta uni-

dades estratégicas para servirem, principalmente, de apoio para os CAPS Álcool e Drogas, para impedirem a internação em hospital psiquiátrico nas crises e na necessidade de atendimento de emergência em álcool e drogas.

Essas quarenta unidades vão ser localizadas estrategicamente nas grandes regiões metropolitanas e nos lugares de grande concentração populacional. Esse é um grande ponto de interrogação. Será que realmente o hospital geral tem uma grande função a fazer ou, de fato, não tem muito a ver com o atendimento ao paciente grave? É claro que todo hospital geral tem que ter atendimento em saúde mental, mas estou falando do atendimento aos pacientes psicóticos, aos pacientes mais graves, aos dependentes químicos etc.

Regulamentação do hospital de custódia. Estamos conseguindo fazer isso. Desde o ano passado trabalhamos com o louco infrator, com paciente que comete delito, da mesma forma que com os outros pacientes. Em alguns lugares estamos fazendo projetos-pilo-



tos para impedir a criação de manicômio judiciário e, em outros, estamos fazendo um programa de desinstitucionalização, com toda a dificuldade que esses serviços têm. O Conselho Federal de Psicologia fez uma campanha em que o cartaz dizia: “o pior do pior”. Esses manicômios judiciais são horrorosos, são lugares de mortificação.

O manicômio da Bahia, nos últimos quatro meses, teve quatorze mortes. Nós fomos lá. Nem é tarefa do Ministério da Saúde, é tarefa do Ministério da Justiça. Fomos junto com a Justiça. Foi criada uma comissão. O governador assinou ontem a Portaria, criando a comissão. Demorou três meses, mas criou a comissão. Agora, tem que chegar e ficar dentro do hospital trabalhando. Ela já está instituída e é uma comissão da qual fazem parte militantes da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial.

Tem também um grupo de trabalho que inicia o seu trabalho no mês que vem. Ele foi tirado de um seminário que fizemos sobre louco infrator.

É um grupo de trabalho que vai propor mudanças na lei de execuções penais, justamente para permitir que o atendimento ao louco infrator não seja submetido às mesmas regras do sistema penitenciário e à essa perversidade de uma instituição que diz que é hospital mas, na verdade, é uma cadeia, uma cadeia pior que as outras cadeias.

Assegurar que todo recurso da internação permaneça na área da saúde mental. Se não, vamos ficar sem dinheiro. Ficamos sem hospital, mas ficamos também sem recursos para os programas assistenciais extra-hospitalares. Agora em maio o Conselho Nacional de Saúde aprovou a Resolução que foi encaminhada para a Comissão de Saúde Mental. É uma Resolução recomendando a todos os gestores - secretários municipais e estaduais e ao gestor federal - que utilizem todos os recursos de AIH - Autorização de Internação Hospitalar, de hospitais que tenham os seus leitos fechados, na área da saúde mental. Entretanto, é apenas uma Resolução e não há uma garantia legal. Temos que construir



essas garantias no plano da política.

Programa de formação. É a criação de pólos de formação continuada em saúde, que terão a parte de saúde mental. Já estão funcionando. No Rio de Janeiro está existindo um curso para Rio de Janeiro e São Paulo e Espírito Santo. Em Santa Catarina tem um curso de especialização que está sendo feito com a Universidade Estadual para todo o estado. O Rio Grande do Norte está para começar um curso, com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Mato Grosso do Sul já está fazendo a seleção dos alunos para o programa de especialização. No Rio Grande do Sul existem programas de atualização em vários municípios do interior.

Na verdade, precisamos fazer uma coisa sistemática. Não adianta ficarmos fazendo cursinhos e capacitação. Precisamos de pólos sistemáticos de formação que incluam não só cursos mas também supervisão. A supervisão tem que ser uma tarefa continuada e permanente.

Incentivo à participação de familiares dos pacientes. Acho que lidamos mal com a questão dos familiares. Não sabemos lidar com os familiares no processo da reforma. Por isso existem associações de familiares, especialmente aqui no Nordeste, em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, contrárias à reforma e muito ligadas aos hospitais psiquiátricos. Temos que tomar isso como um fracasso nosso. Não estamos sabendo lidar com essas pessoas.

Fui à Bahia recentemente, a uma audiência pública da Câmara de Vereadores, e fiquei muito impressionado com a situação de miséria pessoal, de abandono e de desespero dos familiares de pacientes mentais. É claro que eles estão sendo, em parte, instrumentalizados pelos donos de clínicas, que são contra a reforma, mas existe um desespero real e existe um abandono real. Temos que saber falar para eles e temos que saber escutá-los. De alguma maneira não estamos conseguindo escutá-los, porque eles falam



em uma direção e falamos em outra. Talvez tenhamos que rever profundamente o nosso fracasso em lidar com os familiares de pacientes mentais graves no Brasil. Talvez precisemos redesenhar a estratégia de intervenção nessas situações.

A noção do conceito de parceiro no tratamento é útil. É proposta pela OMS. Ela é útil porque chama o familiar para fazer parte da equipe de cuidados, sabendo que, na verdade, o mandato terapêutico é da equipe de cuidados, mas pode, de fato, participar do grande projeto de inclusão social dos pacientes.

Investimento nos ambulatorios públicos: aperfeiçoá-los e fazer com que funcionem melhor. Não podemos prescindir deles, porque temos aquele grupo de 12% da população que necessita de cuidados, e esses cuidados são ambulatoriais.

Investimento no aperfeiçoamento dos já existentes serviços de saúde mental no hospital geral. Faremos a criação daquelas quarenta unidades

experimentais especialmente para o atendimento das crises e dos quadros mais graves dos pacientes que fazem uso de drogas de uma forma prejudicial, trazendo problemas à saúde. Não temos uma meta claramente estabelecida, mas queremos acabar com essa questão da internação do alcoolista em hospital psiquiátrico. Entre 15 e 20% da população do hospital psiquiátrico são alcoolistas. Estão internados pelo alcoolismo. Esse número ainda é muito elevado. Não adiantam medidas do tipo “proibida a internação”. Isso não resolve. Temos que dizer onde a pessoa será atendida e criar uma alternativa de atendimento que seja eficaz.

Em síntese, de uma maneira geral, esse é o panorama do processo de reforma. Como eu disse, é um processo que está implicando um número muito grande de profissionais. Eu acho que se cria um campo de trabalho muito significativo, muito importante. Tenho visto, com muita satisfação, em diversos lugares, essa clínica ampliada da Reforma Psiquiátrica colocar-se como objeto de desejo de profissionais de Psicologia,



de Terapia Ocupacional, de Serviço Social, que estão se formando e estão buscando esses lugares para trabalhar. Isso é interessante e é fundamental que façamos com que o protagonismo desses profissionais e desses estudantes consiga, de fato, manter e aperfeiçoar esses novos serviços de atendimento no campo da saúde mental. Eles constituem, de fato, uma inovação tecnológica radical.

Tem uma pesquisa em curso, pelo pessoal da Unicamp,

que estuda inovações tecnológicas em políticas públicas, que tomou o caso dos CAPS como exemplo de inovação tecnológica. Você inventa uma nova coisa para tentar resolver e suprir problemas. Já estão tomando isso como uma inovação tecnológica que responde e tem respondido com eficiência ao problema da baixa cobertura do atendimento em saúde mental para os doentes mentais graves, psicóticos e neuróticos graves. Essa é uma visão de conjunto.

Marta Elizabete de Souza

Conselho Regional de Psicologia - 4ª Região

Eu queria agradecer ao Conselho Federal de Psicologia por ter me colocado como debatedora dessa questão do protagonismo social da Psicologia na Reforma Psiquiátrica. Talvez isso seja até pela história que o Sistema Conselhos tem na construção da Reforma Psiquiátrica e, não posso deixar de dizer, até pela história da qual venho participando na construção da Reforma Psiquiátrica brasileira.

O Pedro colocou os rumos, o cenário e a conjuntura da reforma e, diante desse quadro, temos grandes desafios. Acredito que aqui e agora, neste momento, a questão que fica mais emergente para muitos colegas psicólogos é esse cotidiano do nosso trabalho. Trata-se do cotidiano do trabalho, lá na ponta, no serviço que chamamos de substitutivo ao hospital. Como o Pedro colocou, não podemos deixar



de pensar que os hospitais têm uma história, no mundo ocidental - não conheço a história do mundo oriental em relação à saúde mental -, de duzentos anos de uma prática hospitalar. Quando vamos vendo a história da Psiquiatria, é uma prática que tem essa concepção, e não tem como fugirmos disso, do que se acreditava sobre a doença mental, a sua evolução e o caminho que o paciente ia tomando, na sua vida com aquela doença.

A Psicologia e os outros conhecimentos vão para essas instituições também com uma concepção sobre loucura. Há uma certa atuação que caminhava, e ainda caminha, para uma destinação da qual o paciente não tem muita saída. “Ah, ele é esquizofrênico!” Fazemos intervenções, atendemos, mas ele vai ficar esquizofrênico e talvez não tenha muitas possibilidades. É assim que, sabemos, foi a história e tem sido.

Depois desse processo todo, depois da Segunda Guerra Mundial, todos esses processos que foram sendo construídos na Europa e che-

garam ao Brasil. Podemos dizer que, nos serviços substitutivos, essa prática tem uns treze anos, embora pudessem existir anteriormente tentativas ou experimentações no interior das instituições, um incômodo com essa forma de tratamento, com essa clínica. Essa experiência vai se conformando de uma maneira mais coletiva e ampliada, com a criação dos serviços.

Nessa prática, nesses novos serviços, às vezes vemos que se repete o modelo tradicional de assistência, ainda o psiquiatra no centro. Tenho escutado a Medicina dizer que compete a ela o diagnóstico nosológico das doenças e que nenhuma outra profissão pode fazer diagnósticos. Estou falando isso porque estou falando do ato médico. Tenho visto muitos profissionais, de todas as áreas, também submetidos às indicações terapêuticas ou possível tratamento passado pelo modelo médico. Nós, os psicólogos, temos um papel essencial, porque muitos de nós estamos trabalhando nos serviços e estamos na gestão e no planejamento dos serviços. Estamos, na verdade, fazendo



uma condução pioneira do trabalho dos psicólogos na saúde pública. Os nossos processos de formação não permitem que tenhamos uma visão mais ampla da pessoa, que contextualizemos a pessoa e que nos coloquemos diante de desafios, perguntando mais sobre a vida dessas pessoas e de onde vem esse sofrimento, para construir com essas pessoas projetos de vida, a fim de que tenham possibilidades de viver nesse mundo tão adverso em que estamos vivendo.

Estou dizendo isso porque, se ficarmos, mesmo nesses serviços, com o discurso de que o serviço tem que ser aberto e que os pacientes têm que ser incluídos na sociedade, mas, na nossa prática cotidiana, da segunda-feira, quando chegarmos ao serviço, não fazemos essa pergunta e não colocamos o nosso corpo e o nosso conhecimento na construção dessas outras possibilidades, vamos repetir o modelo.

Eu nunca vou deixar de dizer que o discurso sobre a questão da loucura é atravessado por pensamentos ideológicos. É claro que é. Podemos criar

novos serviços e outros dispositivos, como centros de convivência, ambulatorios e moradias, e até outros dispositivos de inclusão social nas cidades, de lazer e de participação, mas, se não mudarmos a nossa prática, a nossa concepção, e não buscarmos a desalienação, seja dos profissionais, dos usuários e dos familiares, poderemos ter uma Reforma Psiquiátrica implantada, com desospitalização ou desinstitucionalização. Entretanto, sem que a desospitalização seja feita no sentido de colocar para as pessoas por que elas estão ali, como é esse processo de adoecimento da vida delas, como elas vão buscar e fazer o enfrentamento permanente, junto ao Estado, sempre na busca dos seus direitos e das suas responsabilidades. Isso é um desafio. Há uma tendência, às vezes, a uma cisão, que vejo no interior do trabalho dos profissionais. Eu venho, atendo muito bem, o médico vai medicar muito bem a pessoa, ela vai ter uma orientação e vai ser encaminhada para um serviço e pronto. Fica estagnado aí. Eu acho que não é esse o trabalho que devemos ter. É um trabalho cotidiano e permanente das equipes, que



têm que estar se perguntando sobre a administração dos serviços. A gestão nos serviços tem que ser democrática e tem que ser feita em equipe. Temos que incluir os usuários e os familiares na gestão desses serviços. Eu, pelo menos, não tenho conhecimento de algum serviço que faça esse tipo de trabalho. Fazemos assembléia com os usuários, assembléia com os familiares, mas não os incluimos.

A socialização do nosso conhecimento – o Pedro falou isso – com os familiares é pequena. Quando muito, convocamos e chamamos os familiares, falamos das doenças. Isso tem que ser feito, pois é um processo. Mas realmente não trocamos a experiência sobre a doença nem com o próprio paciente que tem algo a dizer sobre a sua doença. Temos pacientes com muita dificuldade, que vêm de uma classe social que não teve acesso à própria linguagem e a muitos dos benefícios da sociedade. Temos usuários que têm condições de dizê-lo e não fazemos isso efetivamente. Ainda somos atravessados por um olhar ou um imaginário de que o paciente não

sabe e, com esse conhecimento nosso, vamos beneficiá-lo. É claro que em algum momento isso existe, mas é muito pouco. A prática dos nossos serviços tem que se voltar a um fazer constante e cotidiano.

Eu coloco para o Pedro, que está aqui representando o Governo brasileiro, o Estado, uma questão que considero muito importante. O Pedro falou da formação e dos programas que estamos fazendo. As pessoas já foram formadas. Elas já saíram das universidades e foram para o serviço. Eu acho que temos dois desafios na reforma. Um deles é fazer uma articulação do Ministério da Saúde com o Ministério da Educação - e não sei como vamos construir isso, mas temos que construir - para mudar os currículos, a formação das pessoas nas escolas. Esse é um ponto que temos que pensar.

O outro ponto, Pedro, é que o Sistema Conselhos esteve no Ministério discutindo a questão dos planos de saúde. Tem gente que até hoje pensa que a Reforma Psiquiátrica é do SUS e não atinge os consultórios privados ou o sistema



conveniada. É como se a Lei n.º 10.216, que fala dos direitos humanos, e as leis estaduais não dissessem respeito a isso. Elas dizem respeito aos usuários que estão no Sistema Único de Saúde e à forma como os psicólogos, psiquiatras e psicanalistas vão atuar dentro dos seus consultórios. Essa coisa de encaminhar o paciente, de fazer o paciente aumentar a sua convivência, lidar com a medicação e o trato com a família tem que ser feita na reforma, no SUS, pois aqui no meu consultório eu não tenho que saber disso.

Hoje esse é um desafio para a reforma. A reforma tem esses desafios do cotidiano.

A questão do álcool e drogas é um desafio enorme. Na saúde mental, por tantos debates, mesmo que não se apresente com muito vigor, pois fica mais na prática, o tratamento que damos para o alcoolista e dependente químico é um tratamento moral. Essa é a nossa formação. A saúde geral lida com usuário de álcool e droga no momento da crise intensiva e depois há um despreparado total para

fazer o lançamento dessa pessoa para um tratamento. Trata com muita displicência e com pensamento muito moral. Temos que estar preparados para atender a essas pessoas.

Os nossos pacientes crônicos, seja pela instituições, seja pela própria doença, são um outro desafio. Esses pacientes que dão mais trabalho, que são muito graves e estão muito comprometidos, são pacientes com os quais as equipes às vezes sentem dificuldades em lidar.

Pela minha experiência de trabalhar na Sersam, a Psiquiatria imediatamente quer entregar esses pacientes para os demais profissionais, porque acha que não tem muito o que fazer. Os outros profissionais não têm dispositivos instrumentais técnicos, teóricos e práticos para fazer propostas. Vemos experiências. Esse é um desafio. Não podemos recuar diante desses pacientes. Hoje em dia eu brinco que todos querem o psicótico normal. É uma brincadeira, é claro. É aquele psicótico que está muito bem integrado, trabalha e, mesmo que tenha uma



dificuldade e um estigma, fora da crise consegue voltar rapidamente para o capitalismo, para a firma, para o sistema. Aí é bom trabalhar com esse paciente. Aquele paciente que tem um transtorno persistente, severo, como o Pedro chama, um quadro clínico mais grave, comprometido, é um paciente que ficamos meio assim: será que tem jeito? Esse é um desafio para nós.

O Ministério tem que buscar a reforma. Temos que construir estratégias e respostas para esse enfrentamento.

Nós, psicólogos, estamos, sim, à frente dessa luta em muitos momentos, mas não temos a pretensão de sermos protagonistas, porque a própria concepção da reforma pressupõe vários atores. Deus me livre! A Psiquiatria esteve à frente, foi protagonista das doenças mentais por muitos anos, e vimos no que deu. Pessoalmente não tenho essa pretensão. Somos parceiros, estamos em muitas linhas de frente, mas temos que estar sempre buscando essa protagonização compartilhada. Mais do que isso, como foi dito ontem - no

caso, os usuários - devemos mediar essa possibilidade, com o nosso conhecimento e saber, para que essa platéia efetivamente seja protagonista dessa história. Acho que estamos buscando isso.

Era isso que eu tinha a dizer.



DEBATE

Público - Bom-dia a todos. Eu queria fazer uma pergunta ao Pedro.

Ele falou da inclusão da saúde mental nas unidades básicas. Vim de Vitória da Conquista, na Bahia, onde tem um CAPS II, um hospital psiquiátrico, um centro de referência e outros serviços que atendem saúde mental e crianças em situação de rua. Se houvesse uma unificação na coordenação da saúde mental desses serviços já existentes: por exemplo, sabemos que os serviços de Psicologia estão presentes em 86% dos serviços de Aids, enquanto o infectologista só está em 57% dos serviços. Tem sido um serviço com resultados bastante interessantes no sentido da inclusão da família no tratamento do paciente portador.

Se incluíssemos esses serviços que estão em outras esferas especializadas ou em outras secretarias, como é o caso da Secretaria de Desenvolvimento Social, em relação à criança em situação de risco social e pes-

soal, talvez já tivéssemos uma ampliação imediata desses serviços. Não estou excluindo o Programa Saúde da Família, mas gostaria de também, com o serviço de Psicologia dentro da coordenação de Aids, de incluir no rol de serviços de saúde mental e também fazer parte da qualificação.

Eu gostaria de saber o que está sendo pensando pela Coordenação de Saúde Mental com relação a isso. Essa é uma sugestão para que possamos ampliar ainda mais o acesso da comunidade e haver responsabilização desses outros serviços com relação à saúde mental. Caso contrário, ficamos só atendendo ao particular e, quando acontecem os surtos, encaminhamos para o CAPS.

Público - Nós, psicólogos clínicos e sociais, estudamos a diferença entre o tratamento que o psicólogo pode dar a uma pessoa que esteja em sofrimento ou em crise e o que o psiquiatra pode fazer dentro da instituição pública ou privada.



Nós, psicólogos, temos experiência. Por sermos da raça humana, nós nos diferenciamos dos outros animais porque temos a consciência. Essa consciência é o que dá a dignidade ao ser humano. Só que na nossa cultura humana, facilmente passamos a ser objeto de desrespeito à família e à consciência. A família é uma instituição que não é tão sábia. É uma instituição complicada, talvez a menor instituição da sociedade que tenta ser a mais importante. Na família, as pessoas são desrespeitadas na sua consciência.

Bom, sabendo que o sofrimento do ser humano tem várias antologias, são várias fontes de dor, que o hospital psiquiátrico, por ser especializado, se propõe a ser o hospital de dar a saúde que supõe possível, como psicólogos responsáveis pela raça humana, temos que defender o ambulatório. Isso significa defender o posto de saúde, para o ser humano que sabe que existe no conflito. O conflito faz a consciência ou perde a consciência. Precisamos realmente respeitar o *homo sapiens* dando a ele seguridade social, porque

nem todo mundo é protagonista social. Precisamos realmente defender a consciência humana, que significa a saúde mental. Aí é quando realmente encampamos a ideologia ou a proposta de se enfraquecer o hospital psiquiátrico para que o hospital geral possa ser respeitado e o posto de saúde também.

Era isso que eu queria deixar: a defesa do posto de saúde e da saúde como um todo.

Público - Em primeiro lugar eu vou dizer que hoje à tarde vamos dar continuidade à discussão desse tema, com a questão dos direitos humanos e da violência psiquiátrica, e depois vamos dar continuidade à discussão sobre a Psicologia e os novos perfis profissionais na clínica da reforma.

Eu queria colocar uma coisa pontual aqui.

Vim da administração de um CAPS em Goiânia. Havia uma dificuldade muito grande na relação com os profissionais. Os profissionais naquele momento eram muito esforçados, mas não tinham capa-



citação. Estavam entrando no trabalho naquele momento. Eles queriam o CAPS para eles. Eles não queriam o CAPS para atender aos usuários, eles queriam organizar o serviço de forma a ter uma certa tranquilidade no trabalho.

Fiquei muito preocupada, e fico até hoje, pois, na medida em que vamos criando CAPS, há essa possibilidade de as pessoas quererem tudo muito bem normatizado, com muita rotina. Tem o horário de funcionamento e não se pode fazer nada que fuja da rotina estabelecida. Estou com muita preocupação nesse sentido. De repente tiramos as pessoas dos manicômios e levamos para o serviço aberto, mas o funcionamento dele é manicomial.

Público - Fica difícil falar depois que a Marta sintetizou quase tudo.

Vou direcionar duas questões básicas para o Pedro Gabriel. Talvez seja a primeira vez que eu esteja conseguindo estabelecer uma interlocução com ele depois que o Governo mudou. Acho que é outra a posição que a saúde mental

encara agora. Na outra vez que nos encontramos, Pedro Gabriel estava num encontro de reabilitação psicossocial em Salvador, onde eu o ouvi, mas não o vi.

A primeira questão é exatamente sobre o título do encontro de Salvador, apesar de saber que nem tudo se resume pelo nome: reabilitação psicossocial. Estou lembrando dessa questão que a Marta, como debatedora, coloca, ou seja, sabemos muito bem que lidar com assistência psiquiátrica e assistência em saúde mental não passa puramente por uma questão técnica. Nesse campo, não há como dissociar: a ideologia tem uma preponderância e tem uma implicação direta na prática. O professor Amado, militante do movimento da Luta Antimanicomial - é importante lembrar - diz que não adianta quebrar muro de hospital, no concreto, enquanto os muros continuam na cabeça. Acho que esse é o grande passo. Na fala do Pedro Gabriel isso também apareceu.

Eu também fico pensando sobre uma das coisas que o Pedro colocou. Tem que haver



pólos sistemáticos de capacitação, como referências, para cuidar das pessoas que cuidam da saúde mental.

Você se referiu duas vezes ao caso da Bahia em relação à situação de miséria pessoal, meio que fazendo uma crítica, como se não houvesse um cuidado com as famílias. Eu acho que as famílias, principalmente daquele caso da Bahia, não estão mal cuidadas. Ao contrário, elas estão bem cuidadas por aqueles que você lembrou depois. Estão bem cuidadas e estão bem formatadas intelectual e ideologicamente pelos donos dos hospitais psiquiátricos. Nesse sentido, faço a questão: como o Ministério pensa em priorizar localidades, situações políticas específicas, como no caso da Bahia, onde não há, historicamente, atores sociais no campo da saúde mental, com algumas exceções? Há diretores no campo da saúde mental. São diretores em todos os sentidos.

Eu acho que é esse tipo de participação, usando essa metáfora de palco, diretor e ator social, que a Marta aponta na fala dela. Não queremos ser

atores sociais no sentido de sermos atores principais dessa cena. Se há um tipo de palco nesse jogo, não queremos palco italiano, queremos palco de arena, onde todo mundo pode comandar a cena. Acho que é este o sentido da Luta Antimanicomial: a cena é comandada principalmente pelo ator principal, que não são os técnicos. Os técnicos também não estão no lugar de diretor.

É essa questão que eu falei para você, principalmente no caso da Bahia, onde os atores, que agora se apropriam do discurso da Luta Antimanicomial, passaram todo o tempo e não fizeram a Reforma Psiquiátrica.

Fico pensando se são esses atores e diretores que agora vão fazer esses pólos sistemáticos. Estamos pensando que essas pessoas vão agora ajudar na quebra ideológica dos muros?

Outra questão mais enxuta é quando você fala dos CAPS/AD. Na sua fala, há um posicionamento de contraposição ao que tem mudado de nome. O nome inicial é justiça terapêutica e o nome originário são as



drug courts, as cortes de drogas ou tribunais de drogas americanos. Na fala da Marta, ela falou do trabalho, que sempre tem sido, na vertente moral. Será que podemos entender que o Ministério da Saúde, através de uma política inter-setorial, como você colocou inicialmente, tem um posicionamento contrário a essa tendência que tem acontecido, principalmente no âmbito do Judiciário, de estabelecer uma justiça terapêutica que, às vezes, não coloca mais o nome no papel e nos projetos, mas quando vai ver sempre há, ao final, a comunicação de qualquer desses serviços para a Justiça?

O CAPS/AD corre o risco de fazer isso também, ou seja, de não dizer que é justiça terapêutica, mas de fornecer a informação para o Judiciário?

Pedro Gabriel Godinho Delgado - Não entendi completamente algumas das intervenções.

Primeiro, o exemplo que foi colocado. A Monalisa dá o exemplo da saúde mental no serviço DST/Aids. Eu acho

que é um bom exemplo para fazer a articulação com a questão da atenção básica. Eu acho que existe aí uma questão teórica importante.

A organização do serviço de saúde mental tem que buscar, de fato, essa integralidade, esse funcionamento em redes de construções e desconstruções sucessivas. Não tem que ficar só em áreas especializadas. O exemplo dos programas de Aids, com o apoio da saúde mental, é importante e ilustra o desafio da atenção básica. A atenção básica é, de fato, o desafio principal agora.

A proposta que eu mencionei, do Proesf, é que os municípios com grandes populações invistam, agora, no Programa Saúde da Família, tomando o PSF como um programa capaz de organizar - é um organizador - a rede como um todo e, num certo sentido, até como organizador da demanda. Aí a inserção da área da saúde mental seria também no sentido da organização da demanda.

Enfim, ela traz a questão da integralidade, que é central



para a área da saúde mental. Todo mundo que não é da área da saúde mental, e é da saúde pública, costuma dizer que a saúde mental dentro da saúde pública é, digamos, um segmento que resolveu o desafio da integralidade, dessa integração produtiva e significativa das várias formas de intervenção no campo da saúde. É a maneira mais abrangente e mais holística de intervenção. Eles acham que a saúde mental já fez isso. Você apontou, e foi muito interessante, que esse é um desafio para a área da saúde mental. Vai funcionar como uma especialização.

Em relação ao comentário que foi feito, sobre a questão da família, no que entendi, vou externar uma preocupação. Também acho que há um discurso estranho de família nos programas sociais do nosso Governo. Há um discurso sobre família que precisa ser submetido a um necessário crivo antropológico. Primeiro, essa família não existe. Parece uma família de Viena, no início do século. Falo das famílias que estão sendo mencionadas nos programas sociais. O núcleo é a família etc.

Temos que pensar que, de fato, devemos ter um ponto de ancoragem, que não seja individual, para as políticas sociais, em função da crise dramática e trágica da cultura neste momento. Por exemplo, isso está expresso na questão da violência. Teríamos que pensar, primeiro, em uma nova configuração de família. Certamente! São novas famílias. São outras famílias. Não existe mais a família que é a configuração usual de família. Existem novas familiaridades e existem formas de articulação coletiva, que se dão no espaço da comunidade, que precisam ser potencializadas.

O Programa Saúde da Família padece dessa má formulação teórica sobre o conceito de família. Entretanto, tem um excelente impacto sobre a realidade. Ele aumenta a cobertura e produz resultados interessantes em alguns indicadores sociais de violência. Por incrível que pareça, já existem algumas experiências. Há um bairro carente, na periferia de Vitória, com grande problema de criminalidade, elevados índices de homicídios, elevados índices



de tentativa de homicídio e agressão, violência sexual. Esses indicadores reduziram-se de uma maneira muito expressiva, depois da implantação do Programa Saúde da Família e Agentes Comunitários de Saúde.

O que aconteceu, de fato, não sabemos, mas parece que esse investimento na própria coesão da comunidade, um investimento produzindo ou reforçando laços sociais, que não sejam esses laços perversos da marginalidade e do crime, aponta uma luz para as populações que são marginalizadas e que estão num beco sem saída. Não tem Estado. Onde tem o Estado, ele é puramente repressivo. E não tem a tal família, que se diz que tem. Não tem laços sociais, não tem vinculação. Vejam: um CAPS, por mais que tenha funcionamento manicomial, é completamente diferente do ponto de vista da produção da subjetividade e da cidadania do sujeito do que qualquer manicômio. Então, a questão é relevante porque temos que pensar mesmo na cronificação dos serviços. Mas é importante testemunhar a mudança

na cultura de uma cidade manicomial, como Goiânia, a partir da implantação dos novos serviços. Enquanto se fazia apenas uma crítica ao manicômio, essa cultura não se modificava. A partir do momento que se acompanhou essa crítica da construção efetiva de alternativas de assistência, o protagonismo dos próprios pacientes tornou-se evidente.

Nessa audiência pública, os pacientes e os familiares foram as pessoas que mais falaram. Os familiares, num contexto completamente diferente, que o Marcelo mencionou, de passagem, na fala dele sobre a Bahia, em Goiás, querem CAPS melhores. Querem mais CAPS, residências terapêuticas etc. Lá não há familiar dependendo de hospital psiquiátrico e defendendo hospital psiquiátrico.

A questão das famílias, o Marcelo mencionou. Marcelo, eu sei que essas pessoas são ligadas aos hospitais e instrumentalizadas pelos hospitais. Algumas delas são mal financiadas pelos hospitais. É uma relação de miséria e de exploração. Nós temos



responsabilidades com elas e não conseguimos estabelecer uma relação de confiança. Elas ficam repetindo reiteradamente o discurso do abandono, chegando ao ponto do patético. O discurso delas é o do abandono, da pessoa que se coloca na posição do abandonado permanentemente. Dirigem-se ao Estado sempre com a estereotipia do discurso do abandono e agarram-se aos proprietários de clínicas psiquiátricas, que funcionam como protetores de ocasião. São falsos protetores. Eu vi, inclusive, situações, naquela audiência pública, de pessoas com um desamparo evidente em relação à habitação, moradia e alimentação, que estavam lá, agarradas, de maneira desesperada, à defesa do hospital psiquiátrico. É como se estivessem defendendo alguma coisa essencial à sua sobrevivência.

Na verdade, estavam sendo profundamente ludibriadas naquele processo todo, mas são pessoas que precisam... Sei lá. Precisamos conseguir ouvi-las. De alguma forma elas precisam acreditar que estamos conseguindo ouvi-las.

Finalmente, justiça terapêutica. Recife tem uma experiência de justiça terapêutica e as pessoas gostam dessa experiência lá. Uma vez, eu participava de um evento que iria, na verdade, consagrar uma experiência desse tipo. Eu estava lá para outras situações e, dentro da agenda, entrou uma história desse tipo.

O Ministério da Saúde tem hoje uma posição explícita, em documentos, contrária ao modelo da justiça terapêutica. O Ministério da Justiça tem uma posição explícita na declaração do Ministro Thomaz Bastos, contrária ao modelo da justiça terapêutica. Existe um órgão, chamado Senad - Secretaria Nacional Antidrogas, também do mesmo governo, que é absolutamente favorável e defensora da justiça terapêutica. Então, temos aí um problema. Não é o primeiro nem é o único, e sequer é o mais grave.

Temos dois modelos de compreensão da política das drogas no mesmo governo. Melhor! No governo anterior só havia um modelo, que era o da Senad. Pelo menos agora



há dois modelos que se digladiam da forma mais civilizada possível nessas situações.

A proposta de criação de uma nova lei sobre drogas é da saúde, justiça e direitos humanos. Não é uma proposta da Senad. Vamos resolver isso no plano do debate.

Agora, pela primeira vez, represento o Ministério da Saúde no Conad - Conselho Nacional Antidrogas. Fui à primeira reunião do Conad há poucos dias. Coloquei as posições do Ministério da Saúde. Temos lá algumas parceiras institucionais e conseguimos, também, que o Ministério da Cultura passasse a fazer parte do Conselho Nacional Antidrogas. Na próxima reunião, um baiano inglês, Edward MacRay, vai participar, pelo Ministério da Cultura. Vai dar o que falar naquele Conselho, em função das posições que tem em relação às drogas e ao manejo da política de drogas. Conseguimos, em uma votação apertadíssima, com um voto, trazer a Secretaria Especial de Direitos Humanos ao Conad. O Ministério da Saúde na verdade só participava atra-

vés da Anvisa. A saúde mental nunca entrou nesse Conselho. Agora, o conselho, que define a linha da Senad, pode sofrer as suas modificações. Se não sofrer, o Ministério da Saúde vai continuar, com a Justiça e com os direitos humanos, a política de reformar a legislação. A justiça terapêutica não é modelo que nos interessa.

Público - Sou professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, do Instituto de Psiquiatria. Sou psicóloga de formação.

Eu queria falar brevemente na questão da universidade, ponto que a Marta tratou. Não vou fazer pergunta ao Pedro, porque trabalho muito próxima a ele e não tenho nada a perguntar. Somos parceiros.

Protagonista nesta história, evidentemente, é o chamado paciente, que tem a paciência de esperar que façamos alguma coisa para ele poder se mexer melhor no mundo, na sociedade etc. Então, não é a questão do protagonismo, não. A partir de uma fala da Marta Elizabete, de que é preciso uma parceria do Mi-



nistério da Saúde com o MEC, na questão da universidades: trabalho em uma universidade. Se há algum protagonismo, em algum momento, da universidade, nessa história, é exatamente não ficarmos esperando reformas curriculares e não ficarmos esperando que os cursos de graduação formem melhor os médicos e os psicólogos, ou sei lá o quê. Não podemos ficar esperando que essa coisa toda da formação seja preparação para um dia nós fazermos.

A universidade tem um compromisso - eu queria marcar isso - importante, imediato e ativo de estar aí, exatamente porque pesquisa, porque ensina, porque lida com o saber na Antropologia, na Sociologia, na Ciência Política, na Psicologia e, muito recentemente, a Psicanálise está podendo ser pensada dentro das universidades, o que mudou o perfil do pensamento da Psicanálise dentro da clínica. Precisamos estar nessa formação permanente, continuada, com os profissionais que trabalham no cotidiano, porque o cotidiano aqui é a “batata quente”. Não é fazer o curso de graduação

para depois ir para o cotidiano. O cotidiano já está lá.

Nesse sentido, trabalhamos inclusive com profissionais de nível superior, com profissionais de nível médio e com profissionais que não têm sequer formação acadêmica regular. Por exemplo, artistas plásticos, artesãos, oficinas de dança. Vários trabalhadores não têm formação universitária, mas isso não quer dizer que a universidade não possa fazer uma parceria na formação permanente, através da preparação dessas pessoas para uma mentalidade antimanicomial que vamos formular na parceria com a sociedade. A universidade está nessa aí.



MESA-REDONDA II

Protagonismo Social da Psicologia na Democratização das Comunicações

Debatedores:

Marcos Ribeiro Ferreira

Conselho Regional de Psicologia - 12^a Região (SC)

Ricardo Moretzsohn

Conselho Federal de Psicologia



MESA-REDONDA II

Protagonismo Social da Psicologia na Democratização das Comunicações

Ricardo Moretzsohn

Conselho Federal de Psicologia

Depois dessa bela apresentação com a qual fomos brindados, vamos tentar conversar um pouco sobre democratização da comunicação e protagonismo social dos psicólogos.

Tenho uma triste informação para passar a vocês. Esperávamos contar, nesta Mesa, com Daniel Hertz, jornalista que faz parte da Confederação Nacional dos Jornalistas. É uma pessoa debruçada, há vários anos, sobre a concentração da mídia no Brasil e a democratização da comunicação e tem diversos artigos e livros publicados. É uma referência

para esse assunto e esperávamos contar com ele, mas, infelizmente, perdeu o horário do voo hoje. Estava indo para o aeroporto quando houve um congestionamento, ou um acidente, e não pôde chegar a tempo. Ele poderia vir hoje, mas chegaria aqui às 15 horas. Dessa forma, ficou inviabilizada a participação.

Eu e o Marcos Ferreira conversamos e tivemos que inventar um plano B. Vamos tentar, então, conversar com vocês a respeito desta questão. Após a fala do Marcos, faremos um diálogo.

Marcos Ribeiro Ferreira

Conselho Regional de Psicologia – 12ª Região

Vou pedir licença ao Ricardo para dizer que esse assunto do qual vamos tratar não é novidade para nós. Temos trabalhado com esse tema da democratização da comunicação

há pelo menos quinze anos. Como eu seria debatedor do Daniel, antigo companheiro de luta pela democratização da comunicação, vou expandir a minha fala, tentando resolver



Vou pedir licença ao Ricardo para dizer que esse assunto do qual vamos tratar não é novidade para nós. Temos trabalhado com esse tema da democratização da comunicação há pelo menos quinze anos. Como eu seria debatedor do Daniel, antigo companheiro de luta pela democratização da comunicação, vou expandir a minha fala, tentando resolver três diferentes questões que tentarei esclarecer com vocês.

Vou tentar contribuir um pouco para esse debate da caracterização do protagonismo para poder tirar as decorências disso para uma outra pergunta: como acontece esse encontro de Psicologia e comunicação de massa? Por último, vou tentar apontar algumas dimensões que, penso, podem ser aproveitadas por nós quando, a partir da Psicologia, olhamos para a construção de uma política pública de comunicação.

Vou me permitir fazer uma saudação ao Conselho Regional da 13ª Região, Paraíba e Rio Grande do Norte, pela excelente iniciativa de garantir que tivéssemos acesso à cultura

produzida neste local. Essas aberturas de cada evento, em que vamos fazer debates sobre política e sobre dimensões técnicas da nossa atuação profissional, têm sido muito importantes, não só do ponto de vista de serem agradáveis, mas do ponto de vista de permitirem que possamos nos reconhecer como brasileiros, latino-americanos, nordestinos. Neste Congresso já encontrei música e dança indígena, apresentação de *jazz*, ouvi apresentações do que há de mais erudito na música popular brasileira. Ontem, a pessoa que estava se preparando para tocar violão ficava dedilhando o Elomar, que é certamente uma referência de caráter erudito da música popular brasileira, apesar de não ser tão conhecido na minha região. As músicas que acabamos de ouvir, algumas mais recentes e outras mais antigas, estão profundamente relacionadas a essa idéia de uma produção genuinamente brasileira de cultura e têm uma qualidade assombrosa. Os grandes músicos do mundo e os grandes músicos brasileiros, como Villa-Lobos e Nepomuceno, apontavam esse choro como uma das peças mais



importantes da musicografia mundial. Nós é que achamos que chorinho é para ouvir de vez em quando. É de uma qualidade muito grande.

Então, eu queria saudar a iniciativa, do Conselho Regional do Rio Grande do Norte e da Paraíba, que promoveu esse tipo de apresentação no Congresso, e agradecer pela possibilidade que nos ofereceu, de aprendermos a nos reconhecer, apesar dos nossos corações, por vezes, empobrecidos pela ênfase técnico-racional, como pessoas que precisam, o tempo todo, estar fazendo um diálogo com a cultura nacional, na hora em que discutem a nossa própria prática e as linhas de conduta política.

O fato é que os meios de comunicação social, que deveriam ter o papel de propiciar a possibilidade de um auto-reconhecimento por parte da população brasileira, não cumprem este papel. Os meios de comunicação, que deveriam nos permitir esse espelho, na verdade têm o papel de distorção do espelho e acabam fazendo com que nós nem nos reconheçamos

numa música indígena, nem no Brasileirinho, nem nas músicas do Elomar. Não nos reconhecemos sequer nas músicas do Chico Buarque, que é bastante divulgado nos meios de comunicação, pois acabam tendo uma distorção. Acabamos não sabendo quem é o brasileiro, quem de fato somos e que possibilidades temos de desenvolvimento cultural.

A discussão que estará subjacente a todos os argumentos é a de que os meios de comunicação de massa precisam ser tratados, para serem levados à condição de propiciar à população brasileira uma possibilidade de auto-reconhecimento como nação e uma possibilidade de auto-reconhecimento como potentes pessoas e potentes cidadãos que têm o dever de produzir não só ações de cidadania, mas também ações que conjuguem a cidadania com a prática profissional.

A nossa tradição é - não estou dizendo que todos os que estão aqui façamos isso o tempo todo - dividir claramente o que é ser cidadão do que é ser profissional. Esta passagem, de uma situação para outra, é



muito complicada. Na academia isso é impressionante. Há uma ênfase muito grande no papel do professor como professor e no papel do professor como um cidadão que está atuando politicamente, porque política e profissão não se misturam. Muitos de nós já aprendemos que esse é um outro discurso, é só uma outra política. Fazer a distinção é só uma outra política.

Aí vou introduzir a minha primeira questão: o que será mesmo essa idéia de protagonismo social? Para mim, a idéia de protagonismo está implicada na decisão de deixar de ser paisagem ou cenário. Estamos acostumados a deixar de ser paisagem só na hora em que fazemos política. Então, na hora de fazer uma manifestação política, na hora de ir para a frente do MEC em cima de um carro de som dizer que não queremos tais diretrizes, na hora de fazer uma manifestação a favor disso ou daquilo, pensamos que estamos fazendo política e sendo cidadãos. Quando começamos a tratar da prática profissional, a nossa tendência é de pensar que isso não pode estar misturado. A

defesa que faço, da caracterização do protagonismo social, passa pela idéia de que devemos nos cansar de ser postes no cenário. Vamos imaginar um cenário. Há um poste e há uma bandeira no cenário. A bandeira fica ali, mas não é uma protagonista. Ela faz parte do cenário, faz parte dessa paisagem que está criada. O protagonismo social implica não querermos ser poste ou bandeira. Queremos ser alguém que tome uma iniciativa e protagonize no sentido do teatro. Deixamos de ser cenário e passamos a ser protagonistas, no sentido de intervir para que alguma coisa mude.

Trata-se de um tipo de intervenção pela qual o sujeito individual ou coletivo dá consequência à compreensão que tem da inserção do seu saber, técnico ou não, no tecido social em que vive. Vou me referir ao conhecimento técnico. Penso no protagonismo como essa consequência. Eu atuo porque percebo que o meu conhecimento me dá uma possibilidade de compreensão sobre o contexto da minha atuação profissional e exige que eu dirija a minha



atuação profissional de forma diferenciada, ao mesmo tempo em que conjuga iniciativas não profissionais em relação a esse contexto.

Isso significa que esse sujeito é capaz de identificar as suas possibilidades de atuação profissional e de avaliar o impacto, as limitações e, principalmente, o modo de apropriação dessa atuação ou das consequências da sua atuação profissional por diferentes atores sociais.

Vou aproveitar que o Daniel não veio e vou expandir um pouco isso.

Tivemos um debate, durante o IV Congresso Nacional de Psicologia, sobre polícia militar. Havia uma proposta de tese que dizia assim: vamos defender o uso de Avaliação Psicológica para progressão na carreira dos profissionais militares. O Plenário do Congresso, que não tinha nada contra a utilização da Avaliação Psicológica na progressão dos oficiais militares, teve a clarividência de dizer que não poderia aprovar essa tese. Ao aprovar uma tese que fala sobre um detalhe da

organização da polícia militar e silenciar sobre o resto do que seja a polícia militar - vou explicar aos gaúchos que me refiro aos “brigadianos” - e cuidar, ainda, de um detalhe, que é a participação do psicólogo dentro dessa progressão, estaríamos legitimando todo o resto sobre o qual não estávamos falando. Aquele Plenário dizia que pode ser importante ter avaliação, mas não é possível nos manifestarmos apenas sobre isso sem falarmos sobre o conjunto do que seja a nossa preocupação com a polícia militar. Isso é compreender que a atuação profissional tem um contexto e esse contexto é de responsabilidade dos profissionais que estão discutindo essa atuação profissional. Não podemos continuar naquela lógica de fazer o que nos pedem. Temos isso muito forte na Psicologia. Tenho que ser quase que subserviente a um outro profissional e prestar um serviço que me cabe, e a discussão do conjunto não é um problema para mim.

Isso acontece em todas as nossas áreas de atuação. Se alguém quiser debater um pouco sobre isso será gostoso.



Não vou exemplificar para não criar inimizades, antes de chegar ao fim da minha fala.

A idéia de protagonismo exige que saibamos o que devemos fazer como profissionais e como cidadãos detentores de um conhecimento típico da nossa profissão.

Vou usar um exemplo do pessoal da Luta Antimanicomial e, aí, volto a descrever essa relação.

Como profissionais de Psicologia, sabemos que o manicômio, além de ser ineficaz, perpetra ataques aos direitos das pessoas que tem sob seu cuidado. Além de buscar desenvolver novas formas de atendimento, como consequência desse reconhecimento da ineficácia e da agressão aos direitos, é preciso atuar politicamente, visando o fim desse tipo de instituição. A busca do fim desse tipo de instituição pode ser através da participação no movimento social - por exemplo, a Luta Antimanicomial -, pode ser através da pressão sobre as pessoas que produzem e operacionalizam as leis; pode ser organizando um

livro que denuncie a instituição como sinistra. Há muitas formas de se fazer isso.

Estou pegando o livro *Instituição Sinistra* para dizer que a organização do livro foi uma prática profissional. Estamos de acordo com isso? Se você organiza um livro sobre um assunto que tem a ver com a sua área técnica de atuação profissional, você está fazendo uma atuação profissional. Ao mesmo tempo, é absolutamente política. Estou pegando a prática profissional de uma pessoa que a maioria de nós conhece. A organização do livro é evidentemente a conjugação de uma intervenção profissional com a intervenção política. Está na mesma ação, está no mesmo fazer. Não dá para distinguir e dizer que isso aqui é profissional e isso aqui é político, ainda mais que a pessoa que organizou é professor universitário. A produção de livros, especialmente de livros que dizem respeito à prática profissional, faz parte da atuação profissional também. Está conjugada aí a dimensão profissional com a dimensão política.



Esse tipo de engajamento político na busca de soluções para problemas sociais com os quais o profissional trabalha muitas vezes exige que ele atue profissionalmente sem que alguém queira remunerá-lo para fazer isso. É o caso desse livro. A pessoa que organizou o livro “Instituição Sinistra” não ganhou um centavo para fazer isso. Era uma atuação política, mas era uma atuação profissional sem remuneração.

Sabemos que não há proventos nem *pro labore* para o exercício da cidadania. No momento em que aparece a possibilidade de se fazer uma tese política - e para isso é preciso que um cidadão coloque à disposição da sociedade, eventualmente, sem remuneração, o seu saber profissional - a recusa a oferecer esse saber fica, para mim, incompreensível.

Estou caracterizando o protagonismo social como a vontade de sair da paisagem, não só no plano da atuação política, mas também no plano da atuação profissional; mas essa atuação profissional tem que estar profundamente inserida dentro de uma crítica

política à sociedade, de tal modo que essa colaboração seja de caráter profissional e, evidente, politicamente inserida na mudança de alguma dimensão social. Assim compreendo o protagonismo social e, acho que é claro para todos, estou debatendo com a tese do voluntariado. Distingo essa posição do protagonismo social em relação ao voluntariado exatamente pela dimensão de militância política que está posta na prática profissional da pessoa que se dispôs a colaborar com a solução de um problema social urgente, que pode ter um caráter demonstrativo sobre a possibilidade de intervenção da Psicologia nesse problema que esteja sendo tratado.

Espero fechar aqui o primeiro ponto, que seria, então, o que é protagonismo social. No debate poderemos voltar a esse ponto.

O segundo bloco sobre o qual queria tratar é a interface entre Psicologia e comunicação social. Ainda que tenhamos no Brasil mais de cem profissionais que já publicaram artigos científicos e



profissionais sobre comunicação de massa, esse é um assunto razoavelmente pouco tratado no nosso meio. Essa interface entre Psicologia e comunicação, portanto, precisa ser construída. O que dizer, então, sobre a interface entre Psicologia e democratização dos meios de comunicação? É um assunto ainda menos tratado por nós e precisa da nossa atenção.

Vou pular um pouco esse bloco e voltarei para ele em seguida. Vou reconhecer que esse é um assunto que precisamos construir, pois não está posto no nosso meio, e vou entrar em uma discussão sobre a contribuição que teríamos para a formulação de uma política pública sobre comunicação de massa, sobre comunicação social. Estou pulando porque o segundo bloco era muito dirigido para o Daniel. Eu conheço as teses que o Daniel tem defendido e eu iria me dirigir a algumas teses que, imaginei, ele apresentaria. Vou pular isso e propor uma discussão relacionada ao que poderíamos apontar como importante, a partir da Psicologia, para a construção

de uma política pública de comunicação social.

Vou usar o pressuposto da nossa profissão. Em geral, entendemos que a nossa profissão é vinculada ao desvendamento das condições que impedem as pessoas de produzirem uma vida autônoma, uma vida autogerida.

Poderíamos dizer que uma dimensão importante para uma política pública de comunicação é a de desmistificar o sistema de circulação de informação. Reconhecemos que um assunto é importante quando ele é apresentado nos meios de comunicação. Aproveitando que o Chico foi cantado há pouco, vou lembrar da música em que ele fala que aconteceu isso e aconteceu aqui, mas a *Globo* não deu. O que o Chico está apontando? É uma música mais antiga do Chico, *Notícia de Jornal. Atentou contra a existência, num humilde barracão...* Lá, no final da música, diz o Chico: *Depois de medicada, retirou-se pro seu lar. Aí a notícia carece de exatidão. O lar não mais existe, ninguém volta ao que acabou. Joana é mais uma mulata triste que errou. Errou na*



dose, errou no amor, errou de João. Ninguém notou, ninguém morou na dor...

Chico conclui: *A dor da gente não sai no jornal.*

O que ele está dizendo? Ninguém notou, ninguém percebeu, ninguém reconheceu a dor da Joana, porque a dor da gente não sai no jornal e o que não sai no jornal não tem valor comum. O que não sai nos meios de comunicação não tem valor comum. É claro que isso não é verdade universal. É claro que reconhecemos a dor de quem está próximo, de quem enxergamos e de quem conversamos.

Quando há uma enchente numa região e há entrevistas com as pessoas. Lá em Santa Catarina há enxurradas. Quando chove muito intensamente, reúne um tanto de água e aquilo desce numa enxurrada que leva casas, bichos e quem está dentro das casas.

Havia uma família em que o marido saiu da casa para soltar os bichos e viu a casa ser levada, com a mulher e as duas filhas dentro. Ele assistiu

a isso. Como esse fato não saiu no jornal, ninguém sabia disso. A dor importante foi das pessoas que tiveram os seus móveis estragados, as suas casas ameaçadas e não levadas, porque foi essa imagem que os meios de comunicação divulgaram. Não sabiam que esse cara que estava lá no sítio teve a sua casa levada com a mulher e as crianças dentro. Isso não sai no jornal. Nessa cidade, as pessoas contam o que saiu no jornal, e a dimensão relevante para dizer que houve sofrimento é que a televisão foi lá gravar. Já houve uma dúzia de enxurradas naquele lugar, mas o sofrimento todo é sempre relacionado a esse evento, que não foi o mais grave. Foi o que saiu nos meios de comunicação. Eles ligaram a televisão no *Jornal Nacional* e lá estavam eles sendo apresentados como a população que havia sofrido o acidente.

Há uma naturalização no sentido de que o que sai nos meios de comunicação é importante. Deveríamos exigir a construção de uma política pública de comunicação que fosse capaz de desnaturalizar a importância de um evento só porque saiu na mídia.



O Ricardo está me orientando para concluir.

Um segundo elemento relevante para pensarmos uma contribuição a partir da Psicologia é preciso declarar que a comunicação é um bem fundamental. Logo, precisa ser regulada por instâncias sociais. Atualmente a comunicação é regulada pela lógica de mercado. No limite, quando há um sinal que atravessa o campo eletromagnético, ele tem algum tipo de regulação por parte do Estado, porque se entende que haveria uma confusão insuportável se não houvesse essa regulação. A lógica mais forte é a lógica de mercado. Nessa lógica de mercado há o reconhecimento de que os proprietários dos meios de comunicação têm direito de decidir o que os meios de comunicação vão informar e aceita-se, inclusive, uma certa seletividade da informação que circula.

Por exemplo, a *Rede Globo* inclui falas nordestinas. Ela inclui o sotaque nordestino em que condições? Em duas condições. A primeira é quando, às dez e meia, onze horas

da noite, há uma série especial que apresenta um texto do Suassuna ou alguma coisa mais erudita, e a segunda apresenta - e é o mais freqüente - de forma jocosa. Não sei se para os companheiros nordestinos isso é claro. É sempre uma tiração de sarro em cima de um jeito de falar que é considerado exótico e, por vezes, esdrúxulo. Não há um tratamento sistemático respeitoso em relação ao jeito de falar nordestino. É interessante que também não há em relação ao jeito gauchesco de falar. O jeito gauchesco é tratado pelo Chico Anísio, sempre de forma jocosa e desmerecedora. Não é só isso. Quem produz imagens, no Rio Grande do Sul, para a *Rede Globo*, é uma empresa gaúcha, de gente gaúcha, e você não encontra isso. Lá em Florianópolis o jeito maneziinho de falar é absolutamente ridicularizado. Ele só entra em propaganda para tirar sarro do jeito maneziinho de falar. Os meios de comunicação cumprem um papel absolutamente moralista, que renega a chance de reconhecermos como válida a diversidade dos modos de falar o português. Existem dois modos aceitos. Há o modo paulista, mas não pode ser do



interior. Ninguém de Piracicaba apresenta jornal. Podem olhar. Nenhum piracicabano apresenta jornal nem em São Paulo. Ou é o jeito médio, paulista. É anormal você falar de forma nordestina, manezi-nha, gauchesca, nortista ou do centro-oeste. É anormal! E o jeito mineiro, então? Nem os programas da rede local, em Minas, que produz bastante programas mineiros, encontramos aquele jeito mastigadinho e cortadinho dos mineiros falarem.

Os meios de comunicação são, hoje, um instrumento de demonstração da inaceitabilidade da diversidade dos modos de falar. Não estou falando sobre cheirar, estou falando sobre o jeito de falar. Quem é, no Sul, que sabe que se dá cheiro ao invés de beijo em várias situações no Nordeste? Não se sabe e não é aceito como normal. Não nos reconhecemos apenas na música, mas nas práticas cotidianas: forma de falar, forma de fazer carinho etc.

Vou pegar mais duas dimensões e vou parar. Deveríamos ser capazes de apontar a

necessidade da regionalização da produção nos meios de comunicação social. A regionalização da produção é uma tese geral dos profissionais da área de comunicação. Hoje é um Projeto de Lei. Durante uns dez anos discutimos isso como importante, quando não havia Projeto de Lei. Hoje há um Projeto de Lei, da Jandira Fegali, para que 30% sejam produção nacional; 30%, regional; e 30%, local. Aliás, 70% podem ser nacional e 30%, regional.

Por que nós, da Psicologia, deveríamos exigir isso? Porque a escassez de acesso aos meios é uma forma de dominação e domesticação. Os grupos sociais não têm acesso a comunicar, a tornar comum aquilo que lhes interessa e que acham importante. Aí caímos de novo no caso da Joana. Se o meu sofrimento não sai no jornal, ele não é importante e não pode ser reconhecido pelos meus vizinhos. É preciso que a produção seja local para, inclusive, o meu sofrimento ser reconhecido.

Por último vou pegar a dimensão que aponta para a necessidade de uma política



pública de comunicação, com canais visíveis de controle social sobre a circulação da informação. Temos aquela idéia de reconhecer que o dono do meio de comunicação pode, eventualmente, decidir o que vai sair nos meios de comunicação. O Brizola, por exemplo, quando foi governador pela segunda vez no Rio de Janeiro, se não estou enganado, saiu duas vezes em matérias da *Rede Globo*. Em quatro anos de gestão, o governador do estado em que a emissora é sediada saiu duas ou três vezes na televisão. As pessoas aceitavam isso como normal. Claro, ele briga com o Roberto Marinho e não sai na televisão! Não é verdade que aceitamos isso como uma coisa razoável? Nós aceitamos que o dono do jornal decida que alguém não pode sair como matéria ou como fotografia no jornal.

Isso é mais ou menos como dizer que o dono da empresa de ônibus pode andar na porta do ônibus dizendo: eu carrego este aqui, mas não carrego aquele ali. É como se a empresa de ônibus dissesse que pode escolher quem pode andar de ônibus! No ônibus

parece ridículo, nos meios de comunicação parece aceitável! Se temos uma percepção da importância dos meios de comunicação para o auto-reconhecimento das pessoas e da coletividade, não podemos admitir a seletividade do acesso à informação. Temos que garantir uma política pública em que os meios de comunicação possam ser levados a uma postura de reconhecimento do que é relevante ser divulgado e garantam o espaço para isso.

Eu acho que a pessoa que mais contribui hoje para a democratização dos meios de comunicação é o Presidente Lula. Quando o Lula perdeu a eleição, empatado com o Collor, ele sumiu da mídia. Em 1989, o Lula quase ganhava as eleições, esteve empatado com o Collor. Acabou a eleição, houve uma entrevista coletiva com o Lula, em que anunciou o governo paralelo. Depois sumiu da mídia. Você encontrava o Lula nas televisões públicas. As televisões privadas não mostravam o Lula de jeito nenhum.

Agora, como o Lula ganhou as eleições, quem per-



deu eleição continuou tendo cobertura. O Serra teve mais de uma dúzia de matéria na primeira semana após perder as eleições. O Fernando Henrique tem cobertura estável. Ele fala qualquer coisa e aparece. Como não existia um projeto de exclusividade em torno da Presidência sobre as matérias, o fato de o Lula não ser do ninho dos produtores de informação está permitindo um comportamento muito mais razoável dos meios de comunicação do que esses meios tinham quando, por exemplo, o Lula era o derrotado nas eleições.

Nós não conseguimos prestar atenção nisso porque naturalizamos a informação. Achamos que, na certa, aconteceu algu-

ma coisa de mais importante e, por isso, fulano está saindo, ou não aconteceu e beltrano não está saindo. A criação de canais visíveis de controle social sobre os meios de comunicação é um elemento indispensável para uma futura possível política pública de comunicação, desde o ponto de vista da Psicologia, reconhecendo a importância dos meios de comunicação não só como circulação de informação mas também como oferta de subsídios para a produção de uma auto-imagem da nação e da população brasileira.

Vou parar aqui a minha fala para termos tempo para o Ricardo e podermos debater. Espero que possamos conversar um pouco.

Ricardo Moretzsohn

Conselho Federal de Psicologia

Vou tentar dar uma certa sequência ou explicar melhor alguma coisa em relação ao que o Ferreira está colocando.

A função principal desta Mesa era do Daniel e, como o Ferreira disse, tivemos que rearranjar. Tentamos, inclu-

sive, que o Daniel mandasse um texto para podermos ler, mas ele não tinha preparado. Vou falar a partir de um texto do Pedrinho Guareschi, outro companheiro nosso que estava aqui e tem produzido em relação a essa questão da comunicação.



Se verificarmos o que está escrito nas Constituições de diversos países considerados democráticos, veremos que a comunicação quase sempre é definida como um serviço público. A Constituição de 1988 avançou muito em relação a isso. Ou seja, como serviço público tem por objetivo fundamental estar a serviço de pessoas e grupos, para que cheguem a conseguir os seus objetivos pessoais e sociais.

O fato de a comunicação ser considerada um serviço público não impediria, a princípio, que fosse propriedade de pessoas ou de grupos, contanto que estivesse servindo aos interesses da coletividade. Pode ser propriedade de grupos desde que possibilitem canais de expressão ou de intercâmbio entre as pessoas, ou seja, que as pessoas tenham direito de anunciar o seu projeto, que as pessoas tenham direito de manifestar, organizadamente, aquilo que acham projeto coletivo, aquilo que acham do lugar, da cidade em que vivem.

O problema é que no Brasil a coisa é indecente. A maior parte da sociedade, talvez de

uma forma geral - um nicho da sociedade civil organizada tem se preocupado com isso -, não percebeu, ainda, a dimensão de termos uma política pública de comunicação que deveria ser a mãe de todas as políticas. Não adianta a nossa tentativa de intervir em quaisquer políticas públicas. Se elas não forem acatadas por uma política pública da comunicação que conceda isso, a tarefa de implementar essas políticas torna-se infinitamente mais difícil ou praticamente impossível, dependendo do ponto de vista que percebamos.

No Brasil, a comunicação em geral constituiu-se num bem privado, numa propriedade particular que passou a seguir apenas alguns interesses específicos. Nesse sentido, tornam-se um poder a serviço de apenas alguns.

A concentração dos meios de comunicação no Brasil é uma das mais escandalosas do mundo. Nove famílias - às vezes falam em seis famílias, porque há um tipo de sociedade que torna difícil caracterizar - são donas de 95% de toda a comunicação no Brasil. Apenas uma



organização, a Rede Globo, é responsável por algo em torno de 70% de toda comunicação no Brasil.

Aí vamos para um estudo feito pelo Daniel. O Daniel coordena uma ONG, no Rio Grande do Sul, que se chama Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação - EPCOM. Então, o Daniel, juntamente com Pedro Luiz Osório e James Görden, fez uma análise da democracia na área das comunicações e constatou que, no Brasil, vinte anos depois da redemocratização, o sistema de comunicação de massa continua intocado. Segundo eles, a falta de uma intermediação efetiva do Estado permitiu o rígido controle pelos principais proprietários de veículos de comunicação sobre as redes. Tornou-se o cadeia que restringe a liberdade do setor. Esse estudo, que se chama “Os Donos da Mídia”, mapeou a configuração do setor no Brasil.

Pela pesquisa do EPCOM, seis redes privadas nacionais de televisão aberta e seus 138 grupos regionais filiados controlam 667 veículos de

comunicação, entre televisões, rádios e jornais. Através desses aliados locais, os donos controlam 294 emissoras de televisão - significa 90% do total de emissoras do país -, 122 emissoras de rádio AM e 184 rádios FM, duas rádios de onda tropical e 50 jornais diários.

Israel Bayma, assessor do PT e um dos principais responsáveis pela formulação da política de comunicação do Governo Lula, tem um outro estudo, no qual aponta algo interessante. Ele mostra que das 3.315 concessões de rádio e televisão distribuídas pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, 37,5% pertencem a políticos filiados ao PFL; 17,5% a políticos do PMDB; 12,5 a políticos do PPB, hoje PP; 63%, PSDB; e PDT detém 3,8%. O estudo mostrou também que cinco governadores de estado e 47 deputados federais são proprietários de emissoras de rádio e televisão.

Há coisa de dois meses, saiu uma denúncia: 26% dos deputados que fazem parte da Comissão de Comunicação da Câmara dos Deputados são donos ou representam inte-



resses de donos de veículos de comunicação no Brasil. É uma situação gritante, escandalosa. É como colocar a raposa para tomar conta do galinheiro.

Tem algo na comunicação que eles chamam de propriedade cruzada. Nos Estados Unidos, até agora, há um rígido controle sobre isso. Se você é dono do canal de televisão de um determinado lugar, você não pode ser dono do jornal, ou vice-versa. Curiosamente, depois do Bush, esse controle norte-americano está sendo sucateado, deliberadamente sucateado. Os próprios Estados Unidos vão partir para o vale-tudo. Temos Murdoch, dono da Fox, maior empresário do mundo de redes de comunicação. O próprio Governo norte-americano está interessado em acabar com esse controle da comunicação cruzada.

No Brasil, torna-se mais grave quando constatamos que essas empresas não são apenas donas dos meios de comunicação. Isso não seria tão sério se essas empresas estivessem efetivamente a serviço de toda a sociedade. Além de

possuírem um meio, também controlam todo o conteúdo. Algumas chegam a produzir quase totalmente o que transmitem. A sociedade quase inteira fica, assim, sem voz, e somente consegue transmitir o seu pensamento, expressar a sua opinião, pronunciar a sua palavra e ouvir a sua voz se submeter-se ao ditames dos donos do meio de comunicação.

Temos que estabelecer uma diferença entre o direito à informação e o direito à comunicação. O direito à informação é aquele direito que todos temos de ser bem informados, de haver uma informação imparcial, séria e precisa. Isso é diferente do direito à comunicação. Direito à comunicação não é usar o *dial* da televisão ou o controle remoto e mudar de emissora, porque quer outra informação. Direito à comunicação é o direito que a sociedade tem de se expressar. Se pensarmos em democratização dos meios de comunicação, temos que pensar que o direito fundamental à comunicação é o direito de as pessoas expressarem os seus projetos de vida. Podemos fa-



zer uma analogia com os gregos da ágora, onde não bastava as pessoas participarem. Para que fossem consideradas efetivamente cidadãs, tinham que anunciar o seu projeto naquele espaço.

Hoje, o que acontece? O espaço público transformou-se no espaço da comunicação. Se você não tem como anunciar o seu projeto publicamente, porque você não tem acesso, podemos fazer uma articulação disso com a questão do massacre da subjetividade. A nossa subjetividade é constituída em relação ao outro. É a cultura, é a sociedade, são as relações sociais. É assim que moldo a minha subjetividade, é o espaço público. Se, ao me relacionar com esse espaço público, a subjetividade é algo que vem de lá para cá, eu não tenho defesa.

Nós, que temos uma certa experiência de vida, talvez tenhamos passado uma boa parte da infância sem sermos submetido a essa ditadura dos meios de comunicação. Se pensarmos em todas essas gerações que estão por

vir, como é a construção da subjetividade? Que modos de subjetivação estão sendo realizados, com um conteúdo totalmente extemporâneo? É o que o Marcos Ferreira está falando. Você precisa de um Projeto de Lei para que haja regionalização da programação. Esse Projeto de Lei existe desde 1992. Há onze anos não conseguem colocar esse projeto na pauta do Congresso Nacional. É um boicote atrás do outro. Não há interesse em fazer produção local, não há interesse em veicular algo que não atenda ao dono.

Falou-se da história do Brizola e do Roberto Marinho. A tese de mestrado do Daniel era sobre a *Rede Globo*. “A história secreta da *Rede Globo*”. Ele cita no livro essa história do Brizola e do Roberto Marinho. Não só o Brizola não podia aparecer, como a *Globo* tentou fraudar as eleições. Os repórteres davam os *flashes*. A *Globo* adotou a seguinte metodologia: como no interior o Brizola era menos votado, contavam dois votos do interior e um, da capital. A prévia era do Brizola sendo



derrotado. Houve até uma denúncia disso na época. O Brizola conseguiu eleger-se.

Ele denunciou, nos meios de comunicação internacionais, para fazer frente a isso.

Além de ser um serviço público, a comunicação é um serviço público especial. Ele tem uma especificidade. Não é como uma estrada, um telefone, um correio. Esses serviços não transmitem, diretamente, nenhuma doutrina, nenhum valor, não induzem à execução de nenhuma ação. A comunicação, por outro lado, traz em si uma capacidade, um poder de levar as pessoas a pensarem de um determinado modo e agirem de determinada maneira. A comunicação cria representações sociais e, conseqüentemente, leva a um estabelecimento de atos, comportamentos, ações que têm a ver com a vida na sociedade.

Eu queria tentar fazer um gancho, entrando na questão de que temos a ver com isso. O Marcos trouxe para nós, inicialmente, a concepção do protagonismo social, e eu queria estar pensando que

poderíamos agregar essa conversa à história da Campanha da Baixaria.

Não sei se vocês conhecem, mas hoje existe uma campanha da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, que é “Quem financia a baixaria é contra a cidadania”. Essa campanha foi fruto da VII Conferência Nacional dos Direitos Humanos, onde mais de 900 entidades determinaram que deveria haver algum tipo de enfrentamento em relação à questão do aviltamento dos direitos humanos na mídia. Essa campanha é uma tradução, uma ação desse eixo da conferência de direitos humanos. Essa campanha, hoje, conta com 50 entidades co-parceiras, inclusive o Conselho Federal de Psicologia. O que essa campanha pretende? Ela tem a pretensão de ser um organismo social que acolha as denúncias de qualquer cidadão que se sinta humilhado, prejudicado ou aviltado pela TV. A campanha começa com a televisão e depois vai passar para rádios. Por que a televisão? Porque uma parcela de cerca de 87% deste país possuiu televisão.



Faço parte do Comitê de Acompanhamento de Mídia, representando o Conselho Federal de Psicologia, que faz parte dessa campanha. As 19 pessoas que fazem parte desse Comitê, oriundas de diversas entidades, têm como função acolher a denúncia feita. Essa denúncia é enviada a um dos 19 componentes do Comitê, que formula um parecer. Há toda uma metodologia que construímos, para a elaboração desse parecer. A pessoa tem que ver, no mínimo, quatro sessões do programa. Enfim, verifica se a denúncia procede e o que está infringindo. Trabalhamos com o Estatuto da Criança e do Adolescente, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, com a Constituição brasileira. São os documentos que temos como referência.

É impressionante como a população tem sabedoria. Imaginávamos que as queixas seriam do tipo “não gosto de tal apresentador e, então, vou fazer uma queixa contra ele”. Eventualmente isso aparece, mas é raro. As queixas são pertinentes. São extremamente pertinentes.

Esse parecer é submetido à apreciação do Comitê e a Comissão de Direitos Humanos entra em contato com a emissora. Diz para a emissora que recebeu tantas denúncias contra o programa. O parecer é enviado às emissoras. A emissora pode dizer que não está nem aí. “Vou continuar fazendo o que eu quero, quem manda aqui sou eu.” A segunda etapa estratégica aborda os os patrocinadores. Procura-se quem patrocina o programa e tenta-se demonstrar a esses patrocinadores que o programa que estão financiando é um programa considerado de baixaria. Aí tem toda essa argumentação, parecer etc. Se não der certo, a terceira alternativa é divulgar amplamente uma lista, chamada de lista suja, para toda a sociedade brasileira, pela qual vão ser denunciados programa e patrocinador. Ou seja, é mexer na questão do conteúdo da programação pelo bolso do próprio dono da televisão.

Ao final, há uma representação enviada ao Ministério Público. É impressionante como o Ministério Público abraçou isso. O Ministério



Público Federal e os Ministérios Públicos Estaduais são os maiores parceiros que temos.

Divulgamos, recentemente, no final de abril, o segundo *ranking* dos programas considerados de baixaria. O programa do Gugu Liberato foi o campeão e o João Kleber, com dois programas, ficou em terceiro lugar. Na semana passada, tivemos informações de que, tanto o Gugu Liberato quanto o João Kleber, procuraram a coordenação da campanha. O Gugu mandou o assessor, que é o braço direito dele, conversar, querendo discutir o programa e dizendo que gostaria que o Comitê fosse balizador da programação, pois não queria ser considerado programa de baixaria. Contratou mais dois diretores e jornalistas. O João Kleber, que é aquela baixaria em si mesmo, também anunciou publicamente que está revendo toda a programação e que agora vai trabalhar com programas dirigidos às crianças. Estamos aguardando para ver o que virá.

Se alguém já teve a oportunidade de ficar à tarde, num

dia de semana, vendo programas de televisão, não tem saída. Uma pequena parcela da população tem acesso à TV a cabo, TV por satélite, que tem outro tipo de programação. Agora, quem só utiliza a TV aberta não tem saída. A programação vespertina deveria ser veiculada depois de 23, 24 horas. São programas que fazem discriminação social.

É impressionante como a representação do homossexual, nos programas de televisão, é feita, seja num programa cômico, seja nas pegadinhas. Ele é sempre colocado como aquele sujeito que, no final da situação, é ridicularizado ou, às vezes, apanha. Em uma pegadinha, um homossexual tenta abordar algum cidadão e, ao final, apanha. Isso cria um caldo de cultura extremamente fascista. Desde cedo as crianças começam a pensar que quem tem uma orientação sexual diferente tem que apanhar. Isso é passado vespertinamente.

Sem contarmos as cenas gratuitas de violência, agressão. Eu tenho conversado com o Ferreira nesses dias



e pensado que, estrategicamente, essa campanha é um lugar muito importante para que articulemos. Quando chamamos para discutir a democratização da comunicação, todo mundo acha que não tem nada a ver com isso. Ah, isso é questão técnica, deve ser uma coisa de engenheiro, deve ser coisa de político. Não tem a ver comigo.

Agora, quando você começa a discutir a baixaria na televisão, todo mundo conhece o programa. Quem tem filho sabe do que você está falando. Você concorda que o seu filho fique exposto a esse tipo de situação? Aí as pessoas são sensibilizadas de alguma forma.

Começamos a pensar que talvez esse seja um bom caminho para começarmos a discutir a questão da democratização da comunicação. Nesta Mesa de hoje, o que isso tem a ver com o protagonismo social dos psicólogos?!



DEBATES

Público - Eu acho muito oportuna essa discussão porque também tenho essa angústia. Escrevo em um jornal *on-line*, uma coluna semanal, e já escrevi sobre esse aspecto, ou seja, o quanto a mídia distorce e está dessintonizada da realidade. Todo aspecto que é trazido na mídia ou é sensacionalista ou é muito afastado do que realmente acontece.

Quando vocês levantam esse aspecto, sinto uma angústia, porque verifico isso. Fico muito à vontade para irmos ao âmago da questão rapidamente no sentido das soluções que podem ser encaminhada. Nós, psicólogos, temos um espaço muito grande para ocupar. Por exemplo, uma coisa que me preocupa é a pouca divulgação das ações voltadas para a ciência. Para o futebol e para a violência são imensos os espaços, seja na televisão seja nos jornais impressos. Fico vendo quanto espaço se dá para o futebol e que pequeno é o espaço que se dá para as questões atinentes à prevenção da saúde e à saúde.

Também me preocupa a formação dos comunicadores sociais, das pessoas que fazem os cursos de Comunicação Social e o encaminhamento dessa formação. Concordo que possam ser desenvolvidos mais estudos ou mais discussões de psicólogos com os comunicadores sociais. Parece-me que há um afastamento muito grande da essência e da realidade da vida.

Achei muito oportuna essa Mesa. Queria dar esse depoimento. Toquei-me principalmente com essa questão de os proprietários dos meios de comunicação bloquearem a comunicação e fazerem-na de forma que os jornalistas muitas vezes ficam manietados - expressão gaúcha -, presos à condução do empregador e sem a liberdade de poderem ser eles. Ao longo dos anos as pessoas entram numa pressão muito grande e isso é grave. Os jornalistas, às vezes, correm o risco de ficar sem a liberdade de expressão.



Eu também me preocupo com esses aspectos.

Público - Há vários aspectos. Vou reduzir algumas das coisas. Fiquei imaginando o que seria mais importante para estar levantando.

Estamos falando de protagonismo social dos psicólogos. Eu acho que os jornalistas também estão precisando cuidar desse assunto. Afinal, eles precisam se dar conta disso. Quando acabou a ditadura, parecia que todo problema estava vinculado a uma censura. Aí se passou a uma manipulação, que sempre houve, que está muito mais poderosa nesses últimos anos, dos donos dos meios de comunicação.

Eu queria lembrar que os meios de comunicação, de televisão, são concessões do Governo e o Governo paga para fazer campanha. Então, nós, que pagamos impostos, estamos pagando campanhas das coisas que a população está precisando. Isso é uma coisa muito esquisita da comunicação.

Falamos que estamos fazendo um trabalho dentro

do sistema prisional. Estamos corroborando com esse sistema, quando estamos lá dentro fazendo um trabalho para manutenção daquele sistema, e o jornalista hoje também está fazendo isso. Da mesma forma que estamos falando da nossa profissão, é bom falar da profissão dos jornalistas, quando eles não mudam a forma de fazer, quando eles estão mantendo o seu emprego e fazendo contra a sua própria profissão. Eles têm tão pouca força hoje que perderam a própria lei da profissão. Eles nunca tiveram leis e hoje não precisam ser jornalistas para serem jornalistas. Eles estão em uma situação muito difícil hoje.

Conversar com jornalistas ou fazer um seminário que cruze psicólogo, jornalista, historiador, sociólogo e filósofo, enfim, todos que lidam com o ser humano, seria uma coisa interessante.

Eu queria lembrar que o que chega para todo mundo não é a televisão, é o rádio. O rádio é o instrumento pelo qual você fala para a comunidade. O rádio está perto. Como muitos somos de cidades gran-



des, não estamos vivendo isso. Existem muitos atores sociais que chegam a uma pequena cidade, conseguem um espaço no rádio e falam assim: “Comunidade, vem aqui falar qual é o seu problema.” Tem gente fazendo isso pelo Brasil afora. Sobral, no Ceará, é um lugar em que aconteceu isso nos anos 80 com uma força enorme. É aberto um espaço e as pessoas vêm falar disso. Essa rádio comunitária é um lugar muito importante.

Há um afunilamento e os caras não conseguem ter esse espaço. Esse é um espaço do ator social. O ator social chega lá e abre um espaço para trazer a comunidade para dentro da rádio.

Em Florianópolis, os usuários do NAPS estão com um programa na rádio universitária e dão espaço. Ainda não consegui ouvir, mas eles dizem que estão falando sobre a loucura deles. Estão com um espaço no rádio para falar disso.

Sobre essa coisa da baixaria, temos um problema muito sério e que nos diz respeito,

dentro da televisão, que são os “arautos” de Deus, e que fazem sessão de exorcismo, pregação moral, extorsão de dinheiro do público e lavagem cerebral. Temos exorcismo de madrugada na televisão!!! Eu só queria lembrar que isso é muito grave, pois é uma forma horrível de lidar com o sofrimento humano que está na televisão. Isso vai bem além da baixaria.

Público - Esta Mesa é apaixonante. O tema da comunicação é importantíssimo, já foi dito, e daria “pano para a manga”. Quando pensei em falar, queria pautar o protagonismo social.

Ao longo desse dia vi que ainda está havendo confusão entre os nossos colegas sobre entendimento da questão do protagonismo social. Achei fantástica a forma como o Marcos apresentou.

Eu estava me lembrando do livro “Raízes do Brasil”, de Sérgio Buarque de Holanda, que diz que temos uma tendência ao personalismo. Quando fazemos uma comparação do protagonismo com a



cena teatral, algumas pessoas entendem que ser protagonista é ser um personagem ou ser o personagem. Não se trata do psicólogo ou da Psicologia brasileira. Aí chegam depoimentos equivocados, como houve na Mesa anterior, quando disseram que a Psiquiatria foi o ator principal na saúde mental e que não queremos esse lugar. Não estamos querendo que o psicólogo seja o ator, mas que a Psicologia construa um olhar coletivo.

Nesse aspecto, a comparação com o teatro é perigosa. Devemos ter cuidado para as pessoas não entenderem como uma versão personalista. Não vamos estar ali para dizer o que a Psicologia quer corporativamente naquela situação. Não queremos puxar o poder para a Psicologia, não. Queremos usar o nosso saber para construir essas cenas. Foi muita apropriada a sua forma de abordar essa questão.

A minha idéia de falar aqui era para voltarmos a essa discussão. Eu estava falando com a Ana Lima e com o Ricardo, antes da Mesa, que precisamos aprofundar mais

a discussão do protagonismo social, para um entendimento mais amplo. Quem trabalha com adolescente não faz tanto essa confusão, porque trabalhamos com protagonismo juvenil há muito tempo. Então, o conceito já está mais incorporado. Há conscientização de que não é uma cena na qual, de repente, o psicólogo vai estar. Se não, vamos estar repetindo a mesma coisa. Vamos estar construindo e atuando.

A discussão sobre a comunicação é fundamental para todas as outras discussões que vimos tendo. Quando o Pedro Gabriel diz que há uma falha da nossa comunicação com as famílias dos usuários dos serviços de saúde mental, estamos falando de uma falha de comunicação também, de um outro tipo de comunicação. Não é a comunicação que estava sendo tratada com relação à televisão e aos meios de comunicação. É uma comunicação na nossa prática. Quando começarmos a comunicar o nosso saber de uma forma efetiva, em todos os lugares, vamos estar exercendo o protagonismo social.



Público - A minha fala tem um viés completamente diferente das demais. É o viés da interface.

Quando o Ricardo assumiu a cadeira no Comitê, eu vibrei, porque há cinco anos venho estudando a Psicologia da Comunicação. Estou entrando no mestrado em comunicação, com a tese da Psicologia envolvendo os processos cognitivos. Desde o Fórum da Psicologia no Trânsito venho batendo nas propagandas.

Se não me engano, o Fórum da Psicologia no Trânsito foi há cinco anos. Naquela época, quando escrevi a tese para o Fórum Regional da Psicologia do Trânsito, encontrei uma colega, psicóloga há vinte e tanto anos, que disse: “Cláudia, tenha cuidado. Você está entrando nas alternativas da Psicologia.” Eu disse que não estava entrando nas alternativas, eu estava dentro da Psicologia Social. Está no Catálogo Brasileiro de Ocupações do Ministério do Trabalho. Peguei o livro da legislação e fui mostrar, pois ela disse que iria me processar, que iria ao Conselho dizer que eu estava

trabalhando com uma coisa que não tinha nada a ver com a profissão.

Há a resistência dentro da própria categoria dos psicólogos de entender os espaços que o psicólogo tem. A grande maioria dos psicólogos fica restrita à clínica e ao hospital. O estágio hospitalar em todas as universidades é muito concorrido. O estágio de clínica é concorrido. Agora, vá buscar estágio de Psicologia do Trânsito, vá buscar estágio de Psicologia da Comunicação... Não sabem nem do que se trata. Como trabalho na graduação, com percepção e motivação, fica mais fácil para mim, pois faço essa junção.

Outra resistência que estou encontrando, nessa interface, é no lado dos comunicadores sociais. Não sei se você está encontrando isso lá no Comitê. Já fui orientada: se você escrever sobre isso, não vai encontrar um orientador capaz de acompanhar o seu trabalho. Se você colocar isso, vai derrubar toda a mídia, porque isso é o que mais vende na televisão. Imprimi a folha do Comitê e ando com ela. Eu



digo que é uma diretriz, uma abordagem do Conselho. Alguns dizem que o Conselho não tem nada a ver com isso. Eu digo que tem, porque também sou o Conselho.

Eu queria saber como você se sente e como é a receptividade dos comunicadores nesse Comitê do qual você faz parte.

Público - Eu queria estar falando da importância desta Mesa no Seminário de Políticas Públicas, e não em outro lugar dentro do Congresso. Tenho sentido falta de espaço para conversar sobre esse assunto e acho muito oportuno podermos estar fazendo um pouco essa conversa.

Gostei muito da imagem que o Marcos usou para falar da distorção do espelho. Essa é uma das coisas mais inteligentes orquestradas pelo campo dos donos de comunicação de massa no Brasil. Percebemos isso no cotidiano do nosso trabalho profissional, quando trabalhamos, por exemplo, com adolescente. Outro dia estávamos trabalhando a questão da beleza com adolescen-

tes, e a imagem que a televisão cria da beleza não reconhece nenhum traço étnico como traço de beleza. Isso cria sofrimento, inferioridade e várias dificuldades para as pessoas estarem se desenvolvendo.

Eu queria ouvir uma discussão um pouco no campo da estratégia. Estou trabalhando agora com um projeto que tem a ver com a violência urbana. Temos tido, como estratégia importante, a possibilidade de trabalhar com a mídia. Só que estamos com muita dificuldade de pensar a forma de aproximação da grande imprensa. Estamos até construindo estratégias para a mídia comunitária. Estamos, em São Paulo, com uma instituição que trabalha com a mídia comunitária. Estamos pensando algumas estratégias mais regionalizadas e centralizadas de trabalho. Há muito tempo não consigo acompanhar as discussões do Fórum, mas lembro-me que o Fórum fazia uma discussão sobre produção de matérias, de notícias e de textos. Estou um pouco distante e queria ouvir as estratégias de interferência e de trabalho possível com a



grande imprensa que têm sido discutidas.

Público - Enquanto psicólogos, temos uma imagem social e correspondemos a essa imagem. As pessoas sabem que, se somos psicólogos, somos seres comunicativos.

O trabalho do psicólogo, no uso dos veículos de comunicação, é árduo e, às vezes, volta-se para o próprio profissional. Ele não tem tanto respaldo ou um *feedback* positivo. Precisamos ocupar a comunicação, mas você briga com os profissionais, que são os jornalistas e os comunicólogos. Se você vai trabalhar com as comunidades interioranas, que têm uma rádio pequena, enfrenta o dono da rádio, que é o prefeito, e os representantes diretos da comunidade, que têm a posse daquele instrumento. Então, ao trabalhar em determinados espaços que não são próprios da sua categoria, você pode ficar queimado também na categoria.

Aí há experiências próprias e a aceitação é chave.

Concluindo, se estamos falando da democratização dos

meios de comunicação, é mais do que necessário que a categoria entenda que, quando um colega está queimado por usar aquele instrumento, é porque está brigando realmente com outros profissionais, que são os legítimos no uso daquele instrumento.

Ricardo Moretzsohn – Não temos mais muito tempo. Eu queria fazer um comentário geral sobre as falas.

A história da censura que a Ana Lima coloca é um negócio interessante. Os empresários da comunicação dizem que essa campanha é censura. Eles hoje estão se sentindo censurados, como se quiséssemos fazer censura. Quer dizer, eles desqualificam qualquer tentativa. Com isso, estamos criando, de forma embrionária, controle social do conteúdo. Daqui a pouco queremos chegar ao controle social da política pública de comunicação deste país.

Censura é o que os empresários fazem com a população brasileira, pois só mostram à população o que ela pode ver, ouvir e ler. Isso é censura.



Em relação à história da rádio, acho fundamental. Há oito mil pedidos de rádios comunitárias protocolados no Ministério das Comunicações. Demora mais de dois ou três anos, porque não há vontade política de haver rádios comunitárias. Eu faço parte do Conselho de Comunicação Social do Senado. Recentemente o Presidente da Anatel foi dizer que não pode haver rádio comunitária porque o espectro interfere na aviação comercial, na aviação civil. É mentira! É balela dizer que rádio comunitária derruba avião. Isso é balela! Isso não existe em lugar nenhum do mundo.

Rádios e televisões comunitárias seriam o que poderíamos pensar de mais próximo de rádios e televisões públicas. Na rádio comunitária há um conselho que cuida e que dá notícias de interesse da comunidade.

Aí, pega um pouco o que você está pensando, para termos uma conversa e tentarmos uma estratégia de trabalho para o que vocês estão pensando. De imediato, algu-

mas coisas vêm à mente, mas preciso de um tempo para elaborar.

A história do exorcismo na televisão entra no que o Marcos estava falando do espelho. Hoje o que temos é o exorcismo *versus* a umbanda, que é tradição africana. Ou seja, na realidade estão exorcizando uma tradição que temos, uma raiz da cultura africana. O exorcismo é para dizer que fulano ficou com encosto porque foi ao terreiro. “Vocês, que freqüentam terreiro, isso é coisa do capeta, é muito ruim”. Aí, cria-se toda uma cultura fundamentalista evangélica, que é a cultura importada principalmente dos Estados Unidos.

Sinto-me muito bem no Comitê. Todas as 19 pessoas que estão lá, Cláudia, têm uma posição ideológica colocada. Todas essas pessoas que estão lá fazem essa crítica. Esse Comitê foi feito por pessoas que estão querendo defender os direitos humanos nessa área.

Marcos Ribeiro Ferreira
– Só vou dizer a vocês que o maior risco que temos é de



achar que o importante é criar meios de comunicação como nós queremos. Esse é maior risco. Infelizmente alguns brizolistas pensavam que não fazia mal ter a *Rede Globo*. Era só tirar o Roberto Marinho e botar o Brizola no lugar do Roberto Marinho que o problema da democratização estaria resolvido. Não é verdade.

Precisamos procurar uma política pública de comunicação social capaz de abranger a nós mesmos. Os jornais que publicamos estão dentro de uma política pública de comunicação social? Vou afirmar: não, não estão. Discutimos políticas públicas de comunicação social e dirigimos os meios de comunicação aos quais temos acesso da maneira nem sempre a mais compatível com uma possível política que devemos formular.

Quero resgatar que esta Mesa tem uma importância de continuidade que diz assim: é preciso que descubramos, desde o nosso ponto de vista, qual é a contribuição que podemos dar para criar uma política superior a essa do Roberto

Marinho, do Civita, do Sílvio Santos e de outros que estão aí, capaz de ser abrangente socialmente e capaz de ser um bom espelho para a nação.

Como fazer isso? Podemos, dentro da idéia de protagonismo social, criar coletivos de apoio a essa campanha que está sendo feita contra a baixa-ria. Ela é excelente para organizar controle social sobre os meios de comunicação, mas, para isso, é preciso gente capaz de dar laudo e parecer sobre os programas de televisão. Estou propondo que seja um dos projetos do Banco Social de Horas. Esse projeto identificaria pessoas que, tendo disposição, ao serem acionadas pela comissão da campanha, fizessem exames e pareceres. É preciso que haja grupos em todos os estados.

Segundo, é preciso nos organizarmos no único movimento social que existe no país para enfrentar esse assunto, que é o Fórum pela Democratização da Comunicação. É preciso que forcemos a participação das entidades em cada cidade e em cada Estado, organizemos comitês regio-



nais do Fórum pela Democratização da Comunicação no Brasil. Haverá plenária no mês de agosto. Até lá, é preciso reorganizar comitê onde não houver, tirar delegados e levar ao Fórum para, lá, enfrentar outros problemas. Quando nos encontrarmos em agosto, em Brasília, eu conto. É preciso estarmos lá para fazer o movimento social pela democratização acontecer.

Terceiro, é preciso que nos preparemos para intervir sistematicamente nos meios de comunicação. A criação de uma agência de notícias no nosso campo é uma proposta absolutamente viável e indispensável para podermos exercitar essa política pública de comunicação e disputar, desde esse ponto de vista, espaço nos meios.

Evidentemente não podemos terminar essa sessão sem nos referirmos ao jornal “Brasil de Fato”. Há uma iniciativa hoje no Brasil, jornal “Brasil de Fato”, que precisa ser conhecida por todos nós e, dentro do possível, apoiada como uma iniciativa que, no mínimo, tenham uma virtu-

de: a de proliferação de fontes de informação. O jornal “Brasil de Fato” tem chance de não ser tão quadradinho, não está sendo, e poderá ser uma alternativa importante de informação para todos nós e de comunicação também. Ele pretende, dentro de uma política pública, dar acesso a todos, para comunicarem o que lhes pareça importante.

Ricardo Moretzsohn – Eu queria dar um endereço. A campanha da baixaria pode ser acessada pela internet no *site* www.eticanatv.org.br. Aliás, o *site* do Conselho Federal de Psicologia está *linkado* nesse *site*.

Além dos comitês do Fórum Nacional para Democratização da Comunicação, colocar os corpinhos para fazer parecer, como o Marcos está propondo, nessa possibilidade que a campanha abre. De forma alguma está confrontando com o FNDC. Muito pelo contrário, está somando. É a possibilidade de se criarem comitês estaduais da campanha. São Paulo criou recentemente, em Minas Gerais está sendo criado



e no Rio Grande do Norte já tem.

Esses comitês são fóruns de acompanhamento. A programação nacional já está sendo vista por essa campanha da Comissão de Direitos Humanos. Agora, há “n” programações locais e não temos acesso a todas. Não há nenhum outro tipo de fiscalização e não há como denunciar.

Eu queria agradecer a presença de todos. É sempre bom, para mim e para o Marcos Ferreira, estarmos falando disso.

Estávamos preocupados. Se hoje não tivesse ninguém aqui, seria um lucro, porque, se, na próxima reunião, houver dez pessoas, então seria mil por cento de participação! Temos que conversar sobre isso.



MESA REDONDA III

Protagonismo Social da Psicologia na Área da Criança e do Adolescente

Palestrante

Cláudio Vieira

Conselho Nacional da Criança e do Adolescente

Debatedora

Carla França

Conselho Regional de Psicologia – 3ª Região (BA/SE)



MESA REDONDA III

Protagonismo Social da Psicologia na Área da Criança e do Adolescente

Carla França

Conselho Regional de Psicologia – 3ª Região

Boa-tarde a todos.

Quero agradecer o convite para fazer parte desta Mesa. Não é um lugar em que eu me sinta muito à vontade, pois não tenha a prática de estar falando nesses espaços. Pela minha militância na área, vou tentar fazer deste lugar o mais próximo possível do lugar que costumo trabalhar.

Peço licença para o Cláudio, para falar um pouco, antes dele, porque vou pedir para distribuírem alguns papéis, já recortei, inclusive para que eu possa construir a minha intervenção,

no papel de debatedora, depois da fala do Cláudio, para que ganhem tempo e recuperemos um pouco este atraso. Tenho visto que os debates têm ficado comprometidos e as pessoas não têm as questões totalmente respondidas. Se, durante a fala dele, vocês já quiserem ir fazendo as perguntas por escrito, isso me ajudaria bastante e eu me sentiria mais à vontade para fazer a intervenção.

Passo a palavra ao Cláudio, representante do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Cláudio Vieira

Conselho Nacional da Criança e do Adolescente (Condanda)

Muito boa-tarde a todos vocês.

Como já disse ontem, é com satisfação que o Conanda faz-se presente neste Congresso

e, principalmente, nesta parte para a qual fomos especialmente convidados pelo Conselho Federal de Psicologia, que é para refletir sobre o papel da Psicologia e do psicólogo den-



tro das políticas públicas, no viés do protagonismo social.

Agradeço profundamente esse convite para estarmos aqui.

Vamos tentar fazer uma reflexão, enquanto profissionais dessa área também. Estou no Conanda representando a sociedade civil. O Conselho Federal de Psicologia, nesta gestão, é conselheiro, na pessoa do Miguel. Faz um pouco essa história de tentarmos - e estamos conseguindo - virar a página da área de políticas públicas para a criança e para o adolescente.

Dividi essa colocação inicial em duas partes. Vou falar um pouco do histórico do Estatuto da Criança e do Adolescente e depois levantar algumas questões sobre o nosso entendimento do papel da Psicologia e do profissional da Psicologia nesse reordenamento que está em pleno andamento, para que possamos ter uma qualidade de vida melhor e para que a população infanto-juvenil seja atendida em nosso país.

Na ditadura militar, a área da criança e do adolescente

também tinha a sua legislação específica representando a mentalidade e a postura política da Lei de Segurança Nacional. Era o Código de Menores. Esse Código de Menores, como todos sabemos, foi promulgado em 1979 e dividia claramente a população infanto-juvenil em duas categorias distintas. Eram os menores que viviam em situação irregular. Situação irregular valeu todo tipo de situação, desde estar nas ruas e nas calçadas de chinelo de dedo, que, naquela época, não tinha o *status* de moda que tem hoje, de bermuda e sem camisa. Era possível ser classificado, dependendo do juiz de plantão ou dependendo da cidade em que acontecia esse fato, de menor em situação irregular e, então, passível de ser recolhido.

O braço que executava tudo isso era a Política Nacional de Bem-Estar do Menor, concebida na Funabem e pelas Febens nos estados. Já nessa época então, final dos anos 70 e início dos anos 80, veio o movimento de redemocratização do nosso país. Eleições de prefeito da capital, processo constituinte, eleições de governador. É bom



lembrar que nenhum prefeito de capital era eleito. Nenhuma capital, considerada área de segurança nacional, tinha prefeito eleito. Foi se constituindo o movimento, uma frente de defesa dos direitos da criança e do adolescente. Isso teve o seu cume, o seu ápice, nas denúncias, no exterior, daquele contingente enorme de crianças e adolescentes assassinados no Brasil, mortas por homicídio.

Esse movimento veio sendo criado ao largo da política oficial. A política oficial, baseada no Código de Menores, dividia e estancava, dentro dos grandes internatos, das Febens, todo tipo de criança e de adolescente, não só aqueles que estavam em conflito com a lei, como falamos hoje, mas, pelo simples fato de a autoridade judiciária determinar que estavam em situação irregular.

Ao longo desses anos, o país foi assinando os grandes acordos internacionais em vista dos direitos da criança e do adolescente. Tivemos a Constituição de 1988. Fomos a maior emenda popular da Constituição, no art. 227: prioridade absoluta para a criança e para

o adolescente. Não sei se hoje conseguiríamos colocar isso no texto constitucional. É evidente que não podemos fazer uma comparação sem ver o ambiente de uma nova constituinte, mas não sei como seria a nossa mobilização política hoje.

Naquela oportunidade, todos os movimentos comunitários, pastorais, igrejas e instituições que atendiam aos chamados menores de rua, enfim, todo esse movimento que foi se costurando por todo este país, conseguiu fazer a maior emenda popular da Constituição brasileira. Logo depois, no ano de 1989, depois de um longuíssimo período, conseguimos retomar o processo de eleger o Presidente República. Foi naquelas condições, há pouco lembradas pela Mesa anterior. Houve uma participação ativa dos meios de comunicação social, inclusive da *Rede Globo*, definitiva, no último fim de semana.

Chegamos ao ano de 1990, com esse Estatuto escrito por várias mãos e fruto desse movimento social em torno dos direitos da criança e do adolescente. Dessa forma, qualquer



Presidente que fosse eleito e qualquer Congresso que fosse eleito, em 1989, esse Projeto de Lei estaria com uma conjuntura absolutamente favorável para ser aprovado dentro do Congresso brasileiro e sancionado pelo Presidente que vencesse as eleições. Esse processo de redemocratização na área da infância e da adolescência caminhou muito nesse período, do final dos anos 70 em diante, e, ao mesmo tempo em que o país ia se redemocratizando, do ponto de vista político-partidário e das garantias individuais, conseguimos essa importante vitória, que foi a promulgação e a sanção desse instrumento que completa, neste ano, treze anos de existência, que é o Estatuto da Criança e do Adolescente.

O Estatuto muda esse paradigma, que era a situação irregular, para a proteção integral. Então, passamos a entender, na nossa legislação, fruto de todo esse movimento, que criança e adolescente são sujeitos que, em primeiro lugar, precisam das políticas sociais básicas para terem garantida a proteção integral a suas vidas. Ele aponta, no rastro da Constituição de

1988, para a descentralização político-administrativa, para a municipalização das ações e para o controle social.

Desde 13 de julho de 1990, temos uma legislação que fala que o Brasil não pode ser mais definido, do ponto de vista das políticas públicas para a criança e para o adolescente, como um único órgão. Ele tem que ser direcionado a partir dos municípios. Agora, estamos falando de um processo de municipalização e não de prefeiturização. Para isso precisamos executar o que colocamos sobre o controle social. Isso está baseado no que o Estatuto prevê, que é o sistema de garantia de direitos. Esse sistema de garantia de direitos, que perpassa todo o Estatuto da Criança e do Adolescente, tem um tripé de funcionamento, que é a defesa dos direitos, a promoção dos direitos e o controle social.

Esse movimento propôs-se a colocar uma nova legislação para o país, pois não mais bastava executarmos aqueles programas alternativos, enfim, todas aquelas iniciativas válidas que fizemos no período do



Código de Menores. Vimos que tínhamos que transformar a legislação, diante da nova Constituição. Esse movimento tomou para si a tarefa de implantar essa nova legislação. Então, a partir de 13 de julho de 1990, não era estalar os dedos e dizer que a legislação automaticamente seria implantada neste país. Tinha que ser implantada.

Esse conjunto de força social que se articulou para a emenda constitucional e para escrever essa nova legislação - técnicos, juízes, promotores, defensores, muitos educadores, muitas instituições, muitos profissionais envolvidos nisso - tinha que implantar a legislação. Por quê? Para concretizar a municipalização, a descentralização e o controle social temos que construir os mecanismos de controle nos municípios. São os conselhos de direito, os conselhos tutelares, os fundos municipais, os fundos estaduais e os conselhos estaduais. Tínhamos, então, que passar a implantar esse sistema nos municípios. Hoje, treze anos depois, temos em torno de três mil municípios com esse sistema criado.

Evidentemente não acontece minimamente bem nesses três mil municípios esse sistema funcionando.

Os profissionais que estavam envolvidos num atendimento e numa percepção de que a culpa era da família, a responsabilização única era da família, o único que poderia ter a capacidade para avaliar e julgar a situação de uma criança e de um adolescente era o juiz, passam a ter a tarefa de, em conjunto, com todo esse sistema articulado, refazer o atendimento para a criança e o adolescente, sob o paradigma da proteção integral. Isso tem que mudar completamente a concepção daqueles que atuam diretamente, daqueles que atuam profissionalmente e daqueles que atuam politicamente para implantar essa legislação no nosso país.

Temos que falar do reordenamento do atendimento à criança e ao adolescente. Aí temos que recorrer aos arts. 86 a 89 do Estatuto. O Estatuto reserva prioritariamente à criança e ao adolescente o direito à convivência familiar e comunitária. As outras medidas podem



e devem ser aplicadas, quando não couber mais, por alguma situação qualquer, esse princípio. Não é à toa que o primeiro artigo do Estatuto coloca para todos nós que atuamos na área da criança e do adolescente: “essa lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente”. A primeira parte do Estatuto vai dizer das políticas gerais, dos direitos gerais que toda criança e adolescente tem. Quando entra na segunda parte, no art. 86, fala da política de atendimento. A política de atendimento começa pela criação dos conselhos controladores sociais. Depois vamos falar das medidas protetivas, que são aquelas que têm que ser aplicadas na medida que algum fato pode presumivelmente prejudicar ou violar o direito de uma criança ou de um adolescente.

Depois vamos falar das medidas socioeducativas, que é uma chaga que ainda, infelizmente, continua, nos porões da nossa democracia plena, de opinião, de escrever, de falarmos o que quisermos, de discutirmos o que quisermos do ponto de vista político. Do ponto de vista do atendimento

ao adolescente que entra em conflito com a lei, hoje vivemos uma barbárie em nosso país. É uma verdadeira barbárie de negativa de todo e qualquer direito que está manchado e amarrado como se fosse o nosso sistema carcerário para o adultos.

Ao longo desses treze anos, teve muita força, neste ano de 2003 um pouco menor, a questão do rebaixamento da idade penal. Isso é enganosamente vendido à população brasileira, como se rebaixando a idade penal fôssemos estar enfrentando os altos índices de violência que assolam todas as nossas cidades, e isso não é verdade. Não é verdade do ponto de vista ideológico e de princípio, mas do ponto de vista matemático, pois 90% dos adolescentes que estão privados de liberdade no Brasil hoje, cerca de 8 ou 9 mil, é porque o delito que cometem é contra o patrimônio, não é contra a vida.

É evidente que esse sistema de garantia de direitos vai exigir de nós - vou relacionar isso no final, na segunda parte - um outro profissional. É um



outro profissional que não fica contente só de atuar e aí estou falando de psicólogos, assistentes sociais, advogados, promotores, defensores. Não pode ser aquele técnico, naquela visão antiga, técnica e estrita, que só atua do ponto de vista do conhecimento técnico específico dele. Não estamos mais falando disso. Isso valia para um outra lógica, a lógica anterior, a lógica da segregação, a lógica do confinamento. Você aplicava o teste, via o desvio de personalidade naquela criança ou adolescente internado nesse sistema e ali, dentro daquele sistema, por 10, 12 anos a fio, trabalhava aquela personalidade dentro de uma lógica carcerária e punitiva, porque aquele adolescente ou aquela criança estava em uma situação irregular diante da sociedade.

Quando você muda isso e coloca que o prisma de atuação é a proteção integral, esse profissional tem que ser readequado. Ele tem que olhar para aquela criança e aquele adolescente como a primeira vítima de toda essa desregulação social que estamos vivendo no país e que se aprofunda a cada ano, com a enorme concentra-

ção de renda e riqueza do país. O nosso país é um dos campeões mundiais de concentração de renda e riqueza.

Esse profissional, e aí emendo com a segunda parte dessa exposição inicial, tem que enxergar essa criança e esse adolescente como sujeitos da história deles. Não é um objeto a ser recolhido e feita uma avaliação sobre ele. É um ser humano que tem direitos. As nossas políticas, prioritariamente, devem estar voltadas para ele e ele tem o direito de também co-participar das definições da sua vida. Ele é um sujeito que está em condições peculiares: não é adulto, não está na fase produtiva da vida, não está na fase de produzir economicamente para a vida.

Há programas que persistem até hoje, lamentavelmente, com a visão de que as crianças e adolescentes também podem contribuir com programas de geração de renda. Não, senhor. Lugar de criança é na escola; lugar de criança é na formação; lugar de criança é no lazer. Essas são políticas públicas que este país tem que levar a sério e colocar



em prática. As políticas dos diversos partidos têm que entrar em sintonia, para que esses direitos básicos de qualquer pessoa neste país possam ser atendidos.

Tem que ser um profissional que possa atuar em rede. Quando falo em rede, não estou falando só do ponto de vista técnico. Isso, já aprendemos na nossa formação. Há necessidade da complementaridade técnica do ponto de vista do médico, do assistência social, do sociólogo, do advogado, do psicólogo. Isso nós aprendemos na nossa formação universitária. Quero falar em rede do ponto de vista político. Quando o psicólogo estiver atuando como técnico ou como agente, dentro de um conselho de direitos, tem que se correlacionar com esse conselho de direitos. Os conselhos de direitos na área da infância e da adolescência, seja do menor município deste país, seja do Conselho Nacional da Criança e do Adolescente, são os órgãos máximos de deliberação. Quem manda na política pública de atendimento na cidade de João Pessoa é o Conselho Municipal dos Direitos

da Criança e do Adolescente de João Pessoa; quem manda na política pública da assistência social é o Conselho Municipal da Assistência Social; quem manda na política pública da área de saúde é o Conselho Municipal da Saúde. Esse, sem dúvida alguma, é um dos grandes avanços que estamos construindo ao longo desses anos. A Constituição de 1988 consagra esse direito a nós. A democracia no Brasil pode ser exercida tanto do ponto de vista representativo, com os partidos políticos e eleições, que é o que fazemos a cada dois anos, quanto do ponto de vista da democracia participativa, que são as entidades, as pessoas, os organismos que querem participar e têm o direito de participar politicamente da vida de uma cidade, de um estado ou do país como um todo, mas, não necessariamente, do ponto de vista político-partidário. Querem fazer isso do ponto de vista da sua atuação profissional, de sua atuação de articulação política. É o que vimos fazendo ao longo desses treze anos.

Não comporta mais um profissional, que atue nessa



área, que seja um profissional desligado desse conjunto. Tanto assim que temos muita dificuldade, hoje, quando lidamos com o titular da Justiça da Infância e da Juventude que ainda tem a compreensão superada do juiz de menores, que era aquele que mandava, aquele que definia, aquele que encaminhava e não precisava ouvir. Era no juiz que se encerravam todas as questões referentes à criança e ao adolescente. Hoje não é mais desta forma. Hoje há um outro órgão que é escolhido pela comunidade, em cada município, que são os Conselhos Tutelares, que são fiscais, também, da aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Então, tudo isso remonta para nós, profissionais, numa nova forma de compreensão da política pública. Tudo isso chama os profissionais da Psicologia a integrarem essa rede como “mais um”.

Ontem eu estava assistindo a uma Mesa - foi muito bem colocado pelo Marcus - e não é do ponto de vista das corporações de médicos,

assistentes sociais, advogados e psicólogos, defendendo os seus interesses particulares e corporativos, que vamos conseguir avançar na sociedade para regular o nosso mercado de trabalho ou de avançar no mercado de trabalho, onde tenhamos absoluta certeza da necessidade desses profissionais para a efetivação das políticas públicas. É um movimento diferente. Ao nos integrarmos a essa rede, vamos nos tornando importantes socialmente e vamos nos tornando necessários para que essa rede funcione plenamente.

Não há Conselho Tutelar neste país que vá funcionar decentemente, se não tiver assessoria técnica pelo menos de um especialista na área do Direito, na área da Psicologia e na área da Assistência Social. Não tem como! O fazer diário de um Conselho Tutelar exige essa assessoria técnica. A pessoa que entende tecnicamente vai efetuar aquele atendimento ali.

Essa implantação do sistema de garantia de direitos foi nos levando a criar, ao longo desses anos, programas



específicos para enfrentar as principais mazelas da nossa sociedade no que diz respeito à criança e ao adolescente. Então temos, nos municípios, os conselhos de direitos, que deliberam sobre as políticas públicas para os municípios, os Conselhos Tutelares, que atuam na estrutura da fiscalização do atendimento e da implantação da legislação nos municípios, e temos, ainda, esses programas específicos, como, por exemplo, para enfrentar os gravíssimos problemas de exploração e violência sexual, os vitimizados, os adolescentes em conflito com a lei, a população de rua. São alguns exemplos. Esses programas de natureza pública, seja de governo, seja com organizações da sociedade civil, só têm funcionamento garantido se tiverem profissionais qualificados dentro dessa nova lógica da garantia de direitos, da nova lógica de políticas públicas permanentes. Trabalho numa instituição educacional que lida muito com assistentes sociais e psicólogos da rede pública que trabalham nessa rede de atendimento à criança e ao adolescente.

A universidade, com todo esse movimento que fizemos dos anos 70 para cá, lamentavelmente foi uma das últimas a chegar. Hoje em dia, não. Hoje em dia as diversas unidades de universidade têm centros de pesquisa e os cursos estão antenados com essa nova realidade. Não estou falando só dos cursos de Psicologia, não, mas de Direito, Assistência Social, Serviço Social, Pedagogia.

Esse profissional que sai dos cursos de graduação, hoje, tem um rápido contato com esse novo marco legal que está colocado para a sua atuação.

Mesmo nas faculdades de Direito, quando se fala do Estatuto da Criança e do Adolescente, quanto muito, são seis meses. Se couber na carga horária obrigatória, que já é complicada, ele consegue incluir por algum interesse específico.

Acho que ainda estamos devendo uma ação mais contundente na formação de todos os profissionais e, em particular, ao profissional de Psicologia. Estou nesse processo de organização da socie-



dade civil, de participação, e o Estatuto da Criança e do Adolescente tem várias virtudes. Se tem uma virtude, é essa de não ser filho desse ou daquele. Ele não é filho nem do Congresso brasileiro. Ele é filho de várias mãos e faces que contribuíram de forma diferente, acentuada e competente, para a formação desse grande instrumento que o Estatuto é. Ele é muito mais do que uma lei. Antes de mais nada, é um projeto de sociedade para que consigamos vencer as desigualdades e garantir os direitos universais.

A minha impressão é de que esse profissional não pode sair de um curso de graduação sem uma boa dose de formação nesse novo marco legal que está colocado para as políticas públicas brasileiras. Aí estou falando do Estatuto da Criança e do Adolescente, da Lei Orgânica da Assistência Social, da Lei Orgânica da Saúde e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. É aí que o psicólogo preferencialmente vai estar trabalhando. Fora aqueles que se colocam em uma outra atividade, que é muito menos numerosa e tem um impacto muito menor do ponto de vista

quantitativo, a maioria dos nossos profissionais vai estar trabalhando nessa rede balizada, pela busca da universalização das políticas públicas.

Para terminar, na última assembléia do Conanda, tivemos acesso a alguns dados que eu gostaria de passar para vocês, porque sustentam essa afirmação que vimos fazendo ao longo desses anos.

O IBGE, em 2000, trouxe para nós o seguinte: 30% das famílias com crianças de até 6 anos de idade ganham até meio salário mínimo *per capita*. Se formos para o ensino médio, dos 8 milhões de adolescentes e jovens de 15 a 29 anos, 18% vão ficando no meio do caminho, pela repetência, e 16% deles abandonam. A estimativa de jovens e adolescentes fora do ensino médio brasileiro é de 6,9%. Estamos falando de 40% dos jovens brasileiros e dos adolescentes em relação à escolaridade do ensino médio. Estão defasados, fora da escola ou abandonam a escola.

Se formos para o ensino fundamental, uma estimativa do INEP e do MEC coloca



que 4,8% das crianças, adolescentes e jovens, de 7 a 29 anos de idade, estão fora do ensino fundamental. A população total é de 35 milhões nessa faixa de idade.

Se pegarmos a faixa de idade de 7 a 14 anos, temos uma população total de 27 milhões de pessoas. Desses 27 milhões, temos 4,6% excluídos. O que são 4,6%? 1.250.000 pessoas, de 7 a 14 anos, estão fora do sistema de escola. São estimativas em cima dos dados do INEP e do MEC. Temos uma população de 1.250.000.

Se pegamos a população de 4 a 6 anos de idade, temos 6.000.191 crianças fora do sistema.

Por esses dados todos, e por tudo isso que fizemos ao longo desses treze anos, eu acho não que há como, hoje, conceber um profissional que atue nessa área que não tenha o seu olhar voltado para a universalização desses serviços, para a universalização do atendimento à criança e ao adolescente.

Por último, tem um lugar específico que o psicólogo tra-

balha nesse Brasil afora. São as oitenta e poucas unidades que temos, de privação de liberdade dos adolescentes. É um lugar, naquela figura bíblica, de choro e ranger de dentes. Da menor unidade, de 40 adolescentes, ou da maior, como em São Paulo, de 200, 250, 400 adolescentes, a nossa atividade profissional é absolutamente cerceada por conta do prisma de atuação do sistema que não conseguimos desmontar ao longo desses treze anos do Estatuto. É um sistema que ainda está fundamentado na prisão, no cárcere, no desrespeito absoluto às condições mínimas de desenvolvimento humano de qualquer pessoa que dependa daquela ação estatal para se recuperar ou se reintegrar à sociedade de forma diferente, como vinha fazendo até então.

É o lugar para o qual temos que olhar fortemente. Estamos trabalhando um pouco nisso, dentro do Conanda. Era uma prioridade do ano passado e do ano retrasado, e volta a ser deste ano. Precisamos de muito apoio de toda a rede social, para que possamos reordenar definitivamente o atendimento ao adolescente que se en-



contra em conflito com a lei. Como eu já falei, 90% estão ali dentro por conta de crimes contra o patrimônio, não é por conta de crimes contra a vida! Mais do que qualquer outro lugar, precisamos reordenar o

nosso trabalho como técnicos, e o viés do atendimento que se faz ali dentro.

Fico por aqui para os nossos debates.

Carla França

Conselho Regional de Psicologia – 3ª Região

Ainda não recebi nenhum papelzinho. Se alguém puder trazer até aqui, o Cláudio vai nos ajudando.

Fiquei com a responsabilidade de problematizar. Posso dizer que, de ontem para hoje, nas várias Mesas a que pude assistir, a cada momento pegava um pedacinho e pensava que serviria para pensarmos um pouco a questão da criança e do adolescente. Cheguei à conclusão de que, para iniciar a minha reflexão do trabalho do psicólogo nesses espaços, eu estaria repetindo, pois não é uma história da qual podemos nos orgulhar.

Cláudio, quando você historiou a questão do Estatuto e do Código de Menores, que o antecedeu, eu fui vendo

como a Psicologia contribuiu em todos esses momentos. Na vigência do Código de Menores, mais fortemente numa perspectiva controladora, discriminatória e de higienização da sociedade. Não é nada do que possamos nos orgulhar, mesmo que a Psicologia no imaginário coletivo seja reconhecida como uma profissão que contribui muito para a área de educação e, principalmente, de crianças e jovens.

Como pensar, então, sobre o protagonismo social da Psicologia? Não podemos nos esquecer que, para abordar esse tema, temos que nos reportar à lei, e lei nada mais é do que uma forma de violência e de controle de comportamentos e atitudes. É o Estado dizendo o que pode e o que não pode,



como deve ser o que é criança, o que é adolescente, o que deve ser feito. O Estatuto tem dois livros. Um é o que deve ser feito e o livro dois é o como pode ser feito. É meio que uma receita de bolo.

Nós aliviamos um pouco essa angústia quando você muito bem colocou a trajetória, a construção desse instrumento, que foi feito a mil mãos. Eu acrescentaria que houve, inclusive, a participação das próprias crianças, através das entidades e das escolas. Houve um movimento que, eu diria, foi um dos maiores deste país, na construção de um instrumento legal. Isso alivia um pouco, mas não resolve. É uma lei e nós, que somos militantes, saímos por aí com esse livrinho.

Nesse cenário que você apresentou, com dados atuais, a Psicologia tem que protagonizar. Quero lembrar da Monalisa, dizendo que é Psicologia e psicólogos, porque o protagonismo social de alguns psicólogos tem nos deixado de certa forma receosos com essas determinadas intervenções. Não adianta mudar a doutrina

da situação irregular para a doutrina da proteção integral quando a prática e a intervenção não mudaram. Ainda hoje, se formos revirar os arquivos das instituições e verificar as contribuições dos psicólogos, assistentes sociais e de toda a equipe, ainda tratam a criança e o adolescente e dão os seus pareceres, aparentemente neutros, escondendo-se na neutralidade da ciência, como se nada tivessem a ver com essa situação que você colocou. Definem com quem a criança fica, para onde vai.

Assisti à Mesa da justiça terapêutica e consegui fazer uma associação. No caso de alguns tratamentos compulsórios, vemos, ainda hoje, na área de abuso e exploração sexual, que a algumas crianças é imposto o tratamento. Não acho que não deixe seqüelas. Refiro-me à forma como tem sido feita a obrigatoriedade do tratamento, a violência desse tratamento. Alguns *slogans* são do tipo “esquecer é permitir”, “lembrar é combater”. É um lema para lidar com abuso e exploração sexual. A criança tem que estar lembrando o tempo todo e a



ênfase é na responsabilização. As intervenções têm sido muito na área de responsabilizar os culpados, colocar na cadeia e encerra-se ali.

Nós, profissionais, temos entrado nessas “canoas furadas” e temos nos prestado a esse tipo de coisa. Recentemente, uma entidade na Bahia, como protagonista nessa área, gabou-se de conseguir, junto à Vara da Infância, que o depoimento dos psicólogos fosse considerado como peça do processo. Então, o psicólogo falava pela criança. Tudo foi feito no discurso de proteger a criança. É lógico que deve haver outras formas mais humanas de não expor uma criança a contar várias vezes essa história. Agora, dar ao psicólogo o direito de falar pelo sujeito, parece-me uma forma violenta e demonstra que as nossas intervenções ainda não avançaram no campo da doutrina e da proteção integral. Ainda vemos criança e adolescente simplesmente como alvo da nossa intervenção.

Acho que temos que refletir como atuar nessa área, sem

um envolvimento político. Não vejo como ficarmos só no campo técnico. Houve restrições a esse tipo de postura. “Não gosto de política. Acho que a nossa intervenção tem que ser no campo técnico.” E as pessoas que fazem isso não estão fazendo Psicologia, o que é mais grave. O que é fazer Psicologia? É ser neutro? É não se implicar? É não colocar o corpinho? É não defender? É ficar do lado de quem? Está na hora de começarmos a pensar de que lado realmente pensamos estar.

Protagonismo, diante do que ouvi na Mesa anterior, muito bem colocado pelo Marcus, pareceu-me algo no campo de intervenções coletivas. Não sei se captei bem, mas pareceu-me que a Psicologia pode contribuir mais nesse campo. Em determinados lugares, ouço dizerem que deveríamos sair. Não tenho a menor dúvida de que, se as nossas intervenções no campo do Judiciário continuarem sendo nessa perspectiva, é melhor que saíamos desse lugar para que possamos ir para outros lugares, mais confortáveis, talvez, do que esse. Ainda é hoje



o atendimento à demanda do juiz. O juiz baseia-se totalmente nos laudos e nos pareceres dos psicólogos, e os psicólogos têm se sentido confortáveis nesses lugares.

Ações coletivas eu posso trazer mais no campo da autarquia que estou representando nesta Mesa, o Conselho Regional de Psicologia. Temos tido, a partir dos dois últimos congressos nacionais de Psicologia, um indicativo de que ocupar esses lugares de controle social dos conselhos de direitos é uma alternativa. É um lugar em que podemos estar prestando algum tipo de contribuição junto a outros movimentos sociais na construção das políticas públicas para crianças e adolescentes. Agora, não vamos achar que esse lugar não é cooptação, de governo. Conselhos são órgãos de governo. E tem que ser. Eles estão aí para definir políticas. Às vezes vemos intervenções como se estivéssemos no campo da militância ou da denúncia, e não queremos nos envolver com a parte governamental. Até sentamos em lugares

diferentes. Do lado de lá, governamental, do lado de cá, sociedade civil. Brincamos uns com os outros. Hoje estou do lado de lá, hoje do lado de cá. Não nos sentimos governo, mas somos.

Agora, uma coisa é ser o Conanda e outra coisa é ser governo da Bahia. É diferente. É muito diferente. Se temos um governo que realmente prioriza a criança e o adolescente e entende que é necessário atender ao princípio da incompletude constitucional, ou seja, todas as outras políticas têm que estar alinhadas no desenvolvimento de ações e programas no atendimento integral à criança é uma coisa. No outro, ficamos fazendo o esforço, em governos que usam apenas a bandeira do Estatuto, o discurso, mas não priorizam uma série de ações de atendimento à criança e ao adolescente. É um outro tipo de intervenção. Aí vai mais no campo da denúncia mesmo, de representação e de ações públicas, que é o que se pode fazer.

Nesses espaços, temos aprendido que cada vez mais



podemos estar contribuindo com algo que nos é caro: estar discutindo a questão da subjetividade. Não podemos mais estar nesses lugares com discursos corporativos, querendo fazer leis que insiram o psicólogo no atendimento de crianças de zero a seis anos.

Eu vi com tristeza, recentemente, um grande evento da área de educação, na Bahia, um clamor, não diria generalizado, para isso. Vamos criar leis que insiram o psicólogo. Eu acho que temos que parar, desconstruir tudo o que fizemos até agora, principalmente no campo da educação e do atendimento à criança e ao adolescente, e ver de que forma podemos reconstruir essa nossa história, essa nossa profissão, fazendo com que seja realmente um

instrumento de transformação da realidade, e não de manutenção desse estado de coisas.

Não quero também ficar fazendo discurso. Eu gostaria que as pessoas que fizessem perguntas. Talvez nas respostas possamos contribuir um pouco mais. É importante a participação de vocês.

Há uma pergunta: “Como ver a existência de programas sociais contra o trabalho infantil e a violência sexual dentro do projeto do Governo Lula? Como seria essa assessoria aos Conselhos Tutelares a que você se refere? Seria um grupo de apoio ou o Conselho deveria ser formado por esses profissionais: psicólogos, advogados e assistentes sociais?”

Cláudio Vieira

Conselho Nacional da Criança e do Adolescente (Conanda)

O que tem funcionado é os Conselhos Tutelares terem uma assessoria técnica de um corpo mínimo que seja, geralmente o que consegue fazer é psicólogo, profissional

de Psicologia, da Assistência Social. Às vezes, consegue-se, para esse Conselho Tutelar, uma assessoria de um advogado. É um corpo técnico, que não faz o atendimento que



o Conselheiro Tutelar, que é o fiscal, que pode requisitar, fazer o processo de fiscalização e aplicar medidas de proteção. Isso já está escrito no Estatuto. Isso é específico do Conselheiro Tutelar.

Porém, o Conselheiro Tutelar não é médico, não é engenheiro. Mesmo que seja um engenheiro, um médico, um psicólogo, um assistente social, um advogado, quando passa a ser Conselheiro Tutelar, ele é Conselheiro Tutelar. Ele foi escolhido por aquela comunidade para exercer a função de Conselheiro Tutelar determinada no Estatuto da Criança e do Adolescente. Ele necessita, no trabalho diário, atendendo a crianças violentadas, crianças que não têm direitos garantidos e resguardados, enfim, uma infinidade de violências à vida da criança ou do adolescente, em muitos momentos, todos os dias, ele precisa do trabalho técnico de um psicólogo, de um assistente social e, muitas vezes, de uma assessoria na área do Direito.

A idéia que está permanecendo nos municípios é que cada Conselho Tutelar tenha

uma equipe técnica de suporte para a sua atividade. Ah, mas o município, na saúde, tem assistente social, na saúde e na educação, psicólogo. É um trabalho diferente, específico. O Conselheiro Tutelar atende todos os dias. Todos os dias ele precisa de apoio à sua ação como Conselheiro Tutelar.

O Conselheiro Tutelar também faz um trabalho de fiscalização às entidades de atendimento, aos programas de atendimento. Ele não tem obrigação de saber, para ser Conselheiro Tutelar, como se naquele programa, concebido de determinada maneira, aquele profissional específico deve ou não estar atuando. Então, ele precisa de uma assessoria técnica naquela área. Todo programa de atendimento tem que ter um trabalho de educação, de formação, de atendimento à família, de atendimento aos próprios atendidos nas diversas áreas. Então, ele tem que ter uma leitura, um apoio para a leitura do atendimento institucional.

Agora, como Conselheiro Tutelar, não precisa saber isso. Ele precisa ter alguém que



saiba para dizer a ele que ali e ali as coisas não estão funcionando de acordo com o que o programa se propõe, de acordo com o que o paradigma da proteção integral pressupõe para esse atendimento. Os juizados têm as equipes multiprofissionais para auxiliar o juiz, assim como todo mundo tem que ter e tem. Então, esse órgão de fundamental importância para a implantação do Estatuto também tem que ter. Conselheiro Tutelar faz uma entrevista absolutamente diferente do que faria um assistente social, um médico ou um psicólogo. Absolutamente diferente.

Agora, ele precisa desse apoio e dessa assessoria técnica para que possa exercer a sua função.

O Conanda já aprovou, há algum tempo, o Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, o Plano Nacional Contra o Abuso e a Exploração Sexual. O nosso receio é o seguinte: que fique só nos programas. Programas pontuais, desarticulados, tanto do ponto de vista dos governos, quanto do ponto de vista dessa rede que

atua nessas áreas todas. Se não forem lastrados nessa rede, vão ser só programas. Vai ter um orçamento, no outro ano não tem, quando o governo acaba ele também acaba. Aí, demora seis meses para repassar, demora não sei quantos meses para decidir se vai ficar ou se não vai ficar. Então, ele não tem força em si mesmo. Programa só tem força, dentro do ponto de vista da reflexão que estávamos fazendo da nossa atividade profissional, quando é tomado como uma política pública por essa rede que delibera, fiscaliza e exige recursos públicos para que possa continuar.

Ninguém questiona um programa da natureza do bolsa-escola. Questionamos o financiamento que tem, a relação que estabelece com a comunidade. Por exemplo, sempre questionamos o programa bolsa-escola porque não respeitou os conselhos de direitos, nem os da criança e do adolescente que já existiam nos municípios, nem os de assistência social. Criou um outro. Ora, sabemos que 90% dos municípios brasileiros têm até 50 mil habitantes. Não pode haver tanto Conselho que



controle a aplicação e a devida coerência de todas as políticas e os recursos que chegam ali. Por que não aproveitar o que já existe? Por que não aproveitar Conselhos que têm natureza deliberativa, que são os Conselhos de Assistência Social e da Criança e do Adolescente? Aí entra uma concepção de Estado de que não se quer dividir o poder com a sociedade organizada. Então, funda-se uma outra coisa que seja consultiva e que tenha uma outra característica que não essa que garantimos na saúde, na assistência social e na área da criança e do adolescente. Então, os programas têm que existir.

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil é tímido. Infelizmente, é tímido. Tem um financiamento pífio,

diante das três milhões de crianças e de adolescentes que estão envolvidas no trabalho infantil, assumidas pelo Ministério do Trabalho, sem falar no trabalho doméstico, que não se tem nem idéia do que isso significa em termos do nosso país como um todo.

Então, os programas devem ser vários. Agora, na nossa concepção, construída pós-Constituição de 88, eles têm de estar dentro desses Conselhos, discutidos e avaliados e, digamos assim, bancados politicamente por esses Conselhos que reúnem, de forma efetiva e concreta, com natureza deliberativa, normativa e controladora, as ações públicas nesses níveis.

Carla França

Conselho Regional de Psicologia – 3ª Região

Eu complementaria dizendo que vimos, nos últimos anos, uma desresponsabilização do Estado em relação a políticas básicas de atenção à criança e ao adolescente. Acho que a expectativa que tem se con-

cretizado é dessa interlocução com a sociedade civil.

É preciso que haja políticas, e não apenas programas. Deve haver uma política nacional de erradicação do trabalho



infantil, contra o abuso e a exploração sexual. Eu não avancei muito no protagonismo, quando falei da participação dos Conselhos de Psicologia nesses espaços, e falei de ações coletivas, porque entendendo que essas contribuições individuais dos psicólogos têm nos colocado, às vezes, em contradição com o nosso próprio discurso institucional. Fazemos protagonismo social da Psicologia quando lançamos uma campanha, como houve a de direitos humanos. Uma das campanhas que mais trouxe psicólogos aos Conselhos de Psicologia foi a das nossas crianças em cadeias e em caixões. Essa campanha realmente mobilizou a categoria. Foram produzidos vários textos. Houve contribuições significativas da profissão nesse campo. Isso é protagonismo social da Psicologia.

Eu tive o prazer de receber, antes desta Mesa, o livro “Pivetes”, que é um programa da Universidade Federal Fluminense. Isso é protagonismo social da Psicologia. Isso é a Psicologia botando a mão nas suas feridas, numa atitude digna de mostrar de que forma

temos contribuído historicamente para a produção de infâncias desiguais. Isso nos alerta para que não reproduzamos a mesma história do Código de Menores, passando da situação irregular para a situação de risco, que é a figura do Estatuto da Criança e do Adolescente. Se não mudamos a nossa prática, simplesmente muda o nome. O que era antes situação irregular é agora situação de risco, e temos uma lei que é para crianças pobres. Ela é aplicada aos adolescentes em conflito com a lei, pobres, na sua maioria, e isso não transformou muito a realidade.

Acho que fazemos protagonismo social quando nos recusamos a dar entrevistas nos meios de comunicação para explicar algum tipo de comportamento de criança e de adolescente, de falar de algum fenômeno. Nós nos arvoramos em trazer para a Psicologia a explicação para algumas atitudes. Com outro nome, ainda é aquela coisa do comportamento desviante, marginal. Não estarmos nesses lugares é fazer protagonismo.



Com relação à pergunta referente aos Conselhos Tutelares, sempre recebemos consultas de psicólogos: vocês não acham que, para ser Conselheiro Tutelar, tem que ser psicólogo? É um campo de trabalho. Aí vemos a psicologização das relações. A figura do Conselheiro Tutelar é a figura de um defensor do direito da criança e do adolescente. Ele não tem que ser um técnico, tem que ser um profissional. Tem que ser uma pessoa que tenha isso como objetivo de vida, como princípio, como projeto de vida, sendo sensível a essa área. Ele tem, sim, que ser assessorado naquilo que é necessário. Hoje é comum ouvirmos: “vou levar você para o Conselho Tutelar”. Alguém ontem dizia que Conselho Tutelar é lugar de ameaça. Menino nenhum quer ir a um lugar que deveria ser de proteção.

Em treze anos, avançamos em algumas coisas, mas a nossa prática ainda é de trazer para o indivíduo a culpa pela sua situação irregular.

Eu adoraria se a Cecília, ou se alguém do projeto “Pivete”, pudesse dar uma contribuição

a esta Mesa, a fim de encerrarmos, se não houver mais perguntas.



DEBATE

Público - Trabalho na 2ª Vara da Infância e da Juventude de João Pessoa, na área infracional.

Eu queria passar alguns dados para vocês da realidade de João Pessoa e da região metropolitana - João Pessoa, Santa Rita e Cabedelo.

Tínhamos, em média, 200 adolescentes em medidas socioeducativas, liberdade assistida, aqui na grande João Pessoa. Temos um órgão do chamado CEA - Centro Educacional da Adolescência, pertencente ao Governo do Estado, ao Poder Executivo, e em média há 200, 220.

Farei um pequeno histórico do CEA. São os adolescentes infratores que estão internos. O CEA deveria ter, em média, 70 adolescentes internos, mas estava com quase 200. De novembro de 2002 até maio deste ano, houve sete rebeliões. O CEA foi parcialmente destruído, aliás, foi quase totalmente destruído.

A Comissão de Direitos Humanos, há três meses, fez reunião com o juiz da infância. O que aconteceu? Quando houve essa rebelião em novembro, o CEA estava com uma superlotação de quase 200 adolescentes - era para ter, no máximo, 70. Em medida de emergência, o que foi determinado? Ficaram apenas 56 adolescentes no CEA, porque este tinha sido parcialmente destruído e não havia condições de eles ficarem lá. Uma parte foi para a Central de Polícia, no centro de João Pessoa, outra parte foi deslocada para a cadeia pública antiga de Santa Rita, cidade perto de João Pessoa, e outra para a cadeia nova, um modelo de Santa Rita.

Independentemente dessas transferências, houve rebeliões nesses locais de transferência. O juiz determinou uma vistoria na Delegacia da Infância e da Juventude, há quatro meses, porque já tinha esse problema de superlotação, para colocar 25 adolescentes.



Eu coloquei no meu relatório que as condições não eram viáveis. Precisava pintar a cadeia, fazer revisão das instalações hidráulicas e elétricas, reforço. Eles colocaram os 25 lá, como medida paliativa, mas houve também rebeliões na Delegacia da Infância e da Juventude.

Então, há um problema sério de superlotação. Parece que o Governo do Estado, o Poder Executivo, está pensando no sentido de regionalizar a questão do CEA. Por exemplo, na região do Brejo, aqui em Guarabira, havia um CEA, mas estava parado. Em Souza, estavam construindo o CEA, mas ninguém estava usando. Estava se acabando, por falta de uso. Parece que agora o Governo do Estado está trabalhando em cima disso.

A realidade de João Pessoa, no momento, é esta.

Outra questão: aqui em João Pessoa, financiado pelo Tribunal de Justiça, tínhamos o CAO - Centro de Atividades Ocupacionais. Esses adolescentes que estão em liberdade assistida ou em medidas

socioeducativas, quando o juiz determina, muitas vezes vão para o CAO. Há cursos de informática, de mecânica e outros, durante seis meses. O CAO - Centro de Atividades Ocupacionais é mantido pelo Tribunal de Justiça da Paraíba.

Um outro órgão que é mantido pelo Tribunal de Justiça da Paraíba é o Ceta - Centro Terapêutico do Adolescente. Fica numa cidade a 30 quilômetros de João Pessoa. É uma espécie de granja, onde se dá o internamento, algumas vezes, dos menores infratores, drogados. O Ceta pode abrigar, no máximo, 25 adolescentes do sexo masculino. Aí entra uma questão: João Pessoa carece, urgentemente, de um centro de tratamento para o sexo feminino. É uma carência muito grande essa questão do tratamento contra drogas para o sexo feminino. Lá no Ceta só é atendido o sexo masculino, de 12 a 18 anos.

Há uma outra coisa que também me angustia muito. Na semana retrasada conversei com o juiz da infância, da área infracional. Fizemos um projeto - nossa equipe



psicossocial. Temos duas pessoas pela manhã, de 7 às 13 horas, uma assistente social e uma psicóloga. À tarde, temos três psicólogos, um assistente social e uma pedagoga. O movimento à tarde, com audiências, é maior do que pela manhã. Fico muito angustiado porque, na minha visão, não podemos ficar só na aplicação de testes. Lá, aplicamos o teste projetivo, diante da nossa própria limitação técnica e de espaço. Criamos um grupo de apoio psicossocial familiar para trabalhar com as mães dos adolescentes que estão em liberdade assistida, para tentar recriar um pouco o vínculo afetivo entre a mãe - o responsável legal geralmente é a mãe - e esses adolescentes. Isso fica difícil, muitas vezes porque temos vários atendimentos para fazer e temos prazo de avaliação psicossocial. Eu cheguei e externei para o juiz que não podemos só ficar na aplicação de testes. Temos que ir além disso. De uma maneira geral, temos essas dificuldades, mas estamos tentando fazer alguma coisa por esse menor. Não é fácil.

Muito obrigado.

Público - Agradeço ao *marketing* feito do livro “Pivete”.

Eu queria fazer algumas observações até em cima da fala do companheiro anterior e das outras colocações. Infelizmente não pude ouvir toda a fala do companheiro. Esse quadro que ele relatou da Paraíba não é diferente do quadro do Rio de Janeiro.

Eu queria falar duas coisinhas muito rápidas, no sentido de podermos pensar um pouco. A minha grande preocupação é justamente o que estamos produzindo, enquanto profissionais psicólogos, e o que o curso de formação de Psicologia tem produzido, o que nós, professores responsáveis por essa formação, temos produzido no nosso cotidiano. Somos responsáveis por isso também. Há esse quadro dantesco com relação à criança e ao adolescente de população subalternizada, essa situação em que ele não é visto como humano, é visto como uma coisa. Eu acho que a questão da política pública, que se coloca, é fundamental. Sem



vontade política não conseguimos avançar.

Há uma outra questão, aliada à questão da vontade política, das políticas públicas efetivamente voltadas para essa questão da proteção integral da criança e do adolescente, especialmente os empobrecidos, que é uma massiva e competente produção de subjetividade: como encaramos essas nossas crianças e esses jovens pobres? Como encaramos a pobreza? Como o tempo todo desumanizamos essa pobreza?

No momento em que esse outro que está ali é menos humano do que eu, eu acho que isso aí é da área da Psicologia, sem dúvida. É da nossa competência e temos que estar muito alertas para isso. Essa questão passa naturalmente. Acabamos aceitando que o outro é menos humano que nós; ele sente diferentemente de mim. Isso produz efeitos perversos seríssimos, porque aí vem a questão das políticas públicas: para esses segmentos, qualquer política pública serve. Qualquer coisa que seja benesse e favor, e é pas-

sado como tal, serve, porque essas pessoas são menos humanas.

Eu só queria levantar essa questão. Acho que tem muito a ver conosco, enquanto profissionais psicólogos. Temos que nos preocupar com isso. Estamos sendo responsáveis também, no nosso cotidiano, não são só as redes e os grandes dispositivos de produção de subjetividade em termos de equipamentos sociais. As nossas práticas cotidianas estão fortalecendo essas visões de que há segmentos da nossa população que são menos humanos do que nós. Em especial, as crianças e os jovens subalternizados.

Era essa questão que, eu acho, tem tudo a ver com o que vocês colocaram.

Cláudio Vieira – Acho que ainda permanece uma idéia forte dentro de nós associada a essa questão do mercado. O mundo parece querer confirmar que é um grande mercado e o pobre é, antes de mais nada, um incompetente. É pobre porque é incompetente. Ele não conseguiu ser melhor, ser rico, ser isso ou aquilo. En-



tão, temos isso muito arraigado e, por conta disso, temos essas discrepâncias, como foi colocado aqui.

Há duas instituições aqui na Paraíba que ainda são executadas pelo sistema de Justiça. Isso, em tese, não caberia mais. Tinham que ter sido absorvidas por aqueles que são executores das políticas públicas de maneira eficiente e eficaz, sem interrupção. Isso acontece de uma forma geral.

O subemprego prevalece em primeira linha nessas instituições. Pessoas trabalham ali - todas, nível superior, nível médio e secundários - com subcontratos. São contratos temporários e, às vezes, não têm nem garantias sociais de trabalhadores comumente aceitas nas outras relações de trabalho. Para quê? Para executar atendimento para aqueles que têm de ter qualquer ação de política. Pode ser qualquer coisa. Se vai ficar numa delegacia superlotada, numa entidade superlotada, se vai ficar num órgão, isso não importa muito, porque esses estratos da

população são associados à incompetência mercadológica e a uma visão de que são menos pessoas do que as outras pessoas.

Público - Eu não iria falar nada, mas a fala da Cecília me trouxe uma questão sobre a qual ando pensando muito. Tenho que dizer a vocês que não é em relação à criança e ao adolescente. É em relação a um outro campo que tenho tentado produzir em cima da circulação humana.

Juntando o que a Cecília está falando - que esse outro é menos humano do que eu -, eu estava me lembrando do que temos tentado produzir e articular em relação à Psicologia, psicólogos, políticas públicas e protagonismo social. Tem algo errado nas políticas públicas. Tem algo errado. As políticas públicas podem ser feitas com a melhor das intenções, por pessoas que estão muito bem preparadas e são muito competentes, mas tem um segmento enorme da nossa população, esse segmento que está literalmente à margem das cidades e da sociedade, que não tem voz. É um segmento que não tem



voz. Ninguém pergunta para esse segmento o que ele quer.

Ando pensando que talvez o papel do psicólogo seja ser um mediador. Talvez seja fazer falar, no espaço público, aquele que não tem a menor condição de falar, porque está segregado. Ele não tem tempo para pensar na política. O único tempo que ele tem é para pensar na própria sobrevivência. Sem pensar na criança e do adolescente, que estão nessa situação de risco. Esse outro menos humano é menos humano e só pode pensar na sua própria sobrevivência.

Nós, psicólogos, quando começamos a trabalhar com esses segmentos que estão à margem, o que fazemos? Não estou falando de uma questão clínica. Eu, particularmente, trabalho na perspectiva da clínica. Temos um caso a caso que começamos a escutar aqui e ali. Isso nos traz um certo saber sobre essa situação. Quem está nessa situação de risco sabe o que é estar nessa situação de risco. Só que eles não podem anunciar isso. Eles não podem anunciar o projeto de vida deles.

Talvez caiba a nós, psicólogos, transformar esse saber e fazer isso gerar política. Esse é um segmento que não tem como falar. Preocupa-me muito que as políticas públicas não consideram uma especificidade deles. Eles têm que dizer o que querem.

Eu me senti provocado. De uma hora para outra, de estar trazendo isso, porque acho que encaixou com o que seria um protagonismo social e uma possibilidade da Psicologia e dos psicólogos. Seria exatamente ser voz, fazer falar no espaço público aqueles que, no massacre da sua subjetividade, principalmente não são escutados. Nós podemos falar e nós podemos ser escutados.

Público - Uma provocação puxa a outra.

Não sei se não entendi direito a fala do colega, e isso não pode ficar ambíguo. Concordo que é preciso reativar os espaços públicos em que se possa dar voz, mas como canal, ou seja, que possamos nos transformar em canais de anúncio. É completamente diferente de ser a voz, ou seja,



de tomar-se como representante. Acho que precisamos prestar um pouco de atenção porque, nesse espacinho, podemos deixar escorregar tudo. Se topamos nos nomear como porta-vozes, como representantes, voltamos a escorregar para aquele lugar que considera menos humano o outro, que acha que isso é, de fato, assim. E isto não é de fato assim!

É urgente a reativação dos espaços públicos. Quem trabalha na perspectiva de direitos humanos, dando um chute para a Cecília entrar daqui a pouco, trabalha muito nessa perspectiva de reativar os espaços públicos, de reativar espaços em que a discussão da natureza pública dessas questões possa sair de um processo de privatização permanente, diferente da privatização que estamos acostumados a pensar, no sentido de privatização de quem controla a organização e a gestão.

Chamo a atenção dessa história.

Carla França – Eu acho que o debate começou a esquentar na hora de acabar. Não seria

nem o papel da mídia e da comunicação, mas a responsabilidade dos órgãos de comunicação, quando contribuem para as representações sociais com relação à infância, daquelas classes perigosas da infância, marginal, adolescente infrator. Mesmo na vigência da nova lei, é ainda assim que nos referimos ao adolescente.

Como o Cláudio colocou, a maior parte dos adolescentes está cumprindo pena de internação por crime contra o patrimônio, pela ausência de outras alternativas de cumprimento dessa medida. Está preso, internado, porque não há outros serviços que deveriam haver. Isso é grave. É uma infância e uma adolescência que está lá impedida do seu desenvolvimento saudável.

Deixamos alguns desafios que ainda temos na implantação do Estatuto. Precisamos de uma política que sirva para todas as crianças, trazendo inclusive a ação da intervenção do psicólogo na clínica particular. Parece que só psicólogo que trabalha nas políticas públicas é que tem que conhecer o Estatuto da Criança, pois a criança



que está lá no seu consultório particular é outra criança. Há crianças violentadíssimas, com sobrecarga de atividades, estudos e cursos que também estão sofrendo. Parece que essa criança não é alvo do Estatuto ou que temos esse Estatuto para criança pobre.

Nos anos 80, tínhamos a questão da educação pelo trabalho. Tínhamos que ocupar os adolescentes pobres para eles não vagabundarem. Era a síndrome de São José, a proliferação de carpintarias. Todo menino pobre iria ser marceneiro. Agora, digo que estamos vivendo a síndrome do Bill Gates: a informática resolve tudo. Bota um computador e qualquer coisa serve. Nesse sentido, não estamos avançando muito. Fazemos reflexões sobre as formas de interferir na formação. Temos que pensar no psicólogo daqui para a frente. Para trás, não sei se vamos conseguir alguma coisa. Vamos investir na formação das novas gerações.

É fundamental a questão do protagonismo juvenil. Nós falamos muito nisso. Quem trabalha nessa área, como a

Monalisa falou, sabe o que é protagonismo. Entretanto, em nome de protagonismo juvenil cabe tudo. Cabe botar os adolescentes à frente da entidade, reproduzindo o discurso da entidade. Eles estão falando que isso é protagonismo juvenil. Onde estão os adolescentes nesses espaços de controle social? Nos conselhos de direitos, decidimos políticas para eles, e eles não estão lá. Durante a última conferência, houve uma conferência paralela. Juntos, não! Não podemos sentar junto com eles e discutir o que é melhor? Que partamos, a partir dessas reflexões, orientando um pouco melhor as nossas práticas e os nossos discursos.

Público - Eu agradeço ao colega por ter vindo aqui dizer que discordava de mim. Eu também discordo de mim se falei isso. Evidentemente não disse que vamos ser voz, no sentido de haver tutela desse segmento.

A minha preocupação é estar tentando passar, aqui, como possibilidade, que temos que denunciar, falar dessa técnica que não considera



esse segmento e o que tem que ser anunciado. Essa voz, que é calada, que é silenciada, que não é escutada hoje, penso que a Psicologia hoje poderia ter uma função de denunciar e possibilitar, brigar para que esses segmentos sejam atores nessa cena.

É brigar o tempo inteiro, dizendo que são tão humanos quanto nós. Têm que ser escutados. É o primeiro movimento, principalmente de denúncia. Política pública que não contemple esse caldo do saber que está aí é política pública que tem algo a desejar.

Agradeço ao colega. Fiquei preocupado por entenderem que eu estava propondo uma tutela da Psicologia sobre a criança e o adolescente.

Cláudio Vieira – Mais uma vez agradeço ao Conselho Federal de Psicologia.

Reforço essa última reflexão. Realmente esse foi o movimento de redemocratização que ainda tem que persistir na área da infância e da adolescência, que é trazer para o espaço público, o Estado

brasileiro - que nunca serviu como Estado para as populações mais necessitadas - para dentro das discussões, para dentro do financiamento dessas ações. Devemos discutir, no cerne do Estado, a destinação dos recursos públicos, as necessidades daqueles que se chamam 53 milhões de pessoas que estão abaixo da linha da pobreza.

Esse é o nosso movimento. Acredito que o Estatuto é uma bela ferramenta para alcançarmos isso.

Muito obrigado.



CONFERÊNCIA IV

Protagonismo Social da Psicologia na Defesa dos Direitos Humanos

Palestrante:

Cecília Maria Bouças Coimbra
Grupo Tortura Nunca Mais – RJ

Debatedora:

Maria de Nazaré Zenaide
Conselho Regional de Psicologia – 3ª Região



CONFERÊNCIA III

Protagonismo Social da Psicologia na Defesa dos Direitos Humanos

Cecília Maria Bouças Coimbra

(Lamentavelmente foi perdida, por falha de gravação, a intervenção feita pela convidada Cecília Maria Bouças Coimbra. Transcrevemos a fala de Maria Nazaré e os debates, em que ambas participaram).

Maria de Nazaré Tavares Zenaide

Conselho Regional de Psicologia – 13ª Região

...permitiu que iria ter uma eleição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e ela fez a análise de uma casa-abrigo, aqui em João Pessoa. Nessa monografia ela constatou abuso e violência, por parte daqueles que eram os gestores da instituição. Foi graças à pesquisa dessa menina, que fizemos uma queixa e conseguimos que o presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente não fosse alguém que tivesse uma mentalidade punitiva e uma prática de abuso e violência.

Vejam só como a pesquisa e a intervenção podem ser instrumentos fundamentais no alicer-

ce dos conselhos de defesa. Foi através do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos que pudemos ter essa intervenção. Queriam desqualificar o trabalho dela, como se fosse de uma militante do Partido dos Trabalhadores. Era uma denúncia. Tentaram desqualificar o trabalho.

Coloco como é importante, nas universidades, fortalecermos os setores de pesquisa e estudos. Quando há um setor de estudos e pesquisas sobre criança e adolescente na universidade e nesse setor há tanto a pesquisa como a extensão universitária, isso faz com que não se descole a questão da investigação da questão da intervenção. É fundamental



que nós, da Psicologia, estejamos fortalecendo essa questão.

É muito importante que esses setores não sejam de um departamento, mas que sejam setores que envolvem serviço social e Psicologia. Vemos a ausência dos nossos psicólogos nesses espaços. Eles precisariam estar olhando para a intervenção sobre a questão do adolescente, de modo que a pesquisa e a extensão estejam de fato transformando mentalidades. Nesse caso a pesquisa teve o impacto na questão. Foi fundamental.

A nossa preocupação não é de transformar em especialismo, mas que o olhar possa ser feito vinculando os outros saberes. É muito importante, por exemplo, uma experiência que temos aqui. Na Comissão de Direitos Humanos, fazemos um trabalho de educação e de formação, com vários olhares sobre a questão: filósofo, professor de Direito, pesquisador da área de Sociologia, Antropologia, Psicologia, Assistência Social. Isso faz com que possamos ver sobre vários ângulos da questão e sobre várias implicações da realidade.

É muito importante como vamos pensar essa relação com a academia. Na questão das políticas públicas, temos que pensar na formação dos novos profissionais. Questiono como nós, nos conselhos profissionais de Psicologia, podemos também estar nos articulando com a academia e com os órgãos da área de defesa, para pensarmos na formação do profissional que já está no campo das políticas públicas, mas que não teve essa formação de direitos humanos.

Há profissionais, que estão no sistema penitenciário, nas delegacias da mulheres e da criança e do adolescente e em programas de segurança pública, que não passaram por esse processo de reflexão crítica. Eles vêm da mentalidade do senso comum, de que direitos humanos é defesa de bandido, de que direitos humanos não têm a ver comigo, estão no outro e que nenhum de nós, se fizermos uma retrospectiva de vida, tem implicações com a questão dos direitos humanos. Tem muito a ver com a vida de cada um! Isso não é uma coisa estrangeira: é uma coisa que faz parte da gente.



Temos que pensar, sim, na formação desse profissional da Psicologia que já está fora da universidade. Ele já está nas instituições e faz intervenção nas políticas públicas. De repente, eles vêm com a questão da justiça terapêutica. Na cabeça deles, estão preparados e não precisam de reflexão crítica. Vêm, também, as questões da militarização e da segurança pública. Essas pessoas estão despreparadas para terem uma postura crítica diante disso daí. É mais fácil que entrem no jogo da tentativa de justificar a visão penalista da atuação profissional.

Quando nos aproximamos dos psicólogos que atuam no sistema penitenciário, por exemplo, vemos que a prática deles está reduzida ao laudo. Esse é um problema sério. A visão jurídica estreitou tanto a atuação do psicólogo que ele se limita ao laudo. Ele não tem mais tempo de fazer outra coisa, porque tem tempo limitado e prazos definidos. Isso faz com que fique estritamente nessa questão.

Aconteceu um caso que gosto de exemplificar. Houve uma rebelião no presídio feminino de João Pessoa. A agente peni-

tenciária começou a reduzir o tempo do banho de sol e modificações até ao ponto de tomar a sala dos técnicos. Tomou a sala e disse que a sala passaria a ser dos agentes penitenciários. Quando os técnicos chegaram ao presídio, a sala não era mais deles. Todo mundo estava assistindo, sem fazer nada. Um dia, as presas resolvem fazer alguma coisa. Quando elas berraram, gritaram e tomaram o policial como refém no momento da rebelião, disseram que estavam utilizando o policial porque precisavam falar do que estava acontecendo lá. Todo mundo estava vendo, mas ninguém estava reagindo. Todo mundo estava ficando igual. Não estamos presos nas celas, mas estamos aprisionados. Nossas mentes, nossas emoções, nossos afetos estão todos aprisionados. Estamos como que adormecidos. Alguém tinha que reagir, e as presas reagiram. Nossa cela está acinzentada e estamos adormecidos. Alguém tinha que reagir, e as presas reagiram.

O que acontece depois da rebelião? Apenas aumentou a pena das apenadas. Ninguém questionou a responsabilidade dos profissionais, dos gestores, a



ética dos psicólogos, dos defensores públicos, dos assistentes sociais. Nossa ética ficou toda guardada nos livros, na academia. Isso aumentou a pena das meninas. E teve mais: reinauguraram um presídio em Campina Grande, para onde as levaram. Colocaram lá uma profissional para dirigi-las e, um ou dois meses depois, foi constatado que estava havendo abuso e violência. Além de terem sido afastadas, a nova gestão teve problemas de violência institucional.

E a nossa responsabilidade como profissionais? A professora muito bem coloca a questão do trabalho de um psicólogo, do papel da Psicologia, refletindo essa questão penal o Brasil. Que sistema penitenciário é esse, que faz com que fiquemos aprisionados? Até a sala dos psicólogos era cheia de poeira, suja. A sensação deles era a de estar presos.

A saúde do trabalhador, nessa área do sistema penitenciário, é uma questão muito séria. Esse processo de aprisionamento é tão sério que eles vão começando a naturalizar qualquer prática de violência e ninguém vê a violência que lá acontece. Não

tem a ver conosco a violência. É problema dos que botam a mão. É do agente penitenciário que se corrompe e fica no processo do comércio ilegal dentro da prisão. Nós lavamos as mãos, porque não tem nada a ver conosco. Não queremos ver e nos distanciamos, ficando nas nossas salas. Não vamos à cela, não entramos lá para não nos sujar, e fazemos de conta que não está acontecendo nada.

Quando há rebelião, nós nos afastamos e corremos, antes que aconteça algo conosco.

Essa é uma questão séria. Temos que pensar qual é essa Psicologia. Como cuidar desses profissionais? Como trazê-los a nós, para que possamos fazer com que encontrem nos Conselhos e na academia um espaço em que possam se recuperar? O que senti, nessa prática, é que os nossos psicólogos também estavam desumanizados. A essência de humanidade dessas pessoas estava totalmente desmontada.

Então, professora, eu fico me questionando. A senhora falou da formação que devemos pensar em construir. Quando falarmos em direitos humanos



para esses profissionais, que comecemos com o processo de humanização. Não podemos chegar para esses profissionais apenas com a lei, apenas com a versão jurídica. Temos que pensar as dimensões, as mais amplas possíveis, para fazer com que esses profissionais da Psicologia possam recuperar esse seu elemento de humanidade e de cidadania, porque, se não, eles não vão agir como protagonistas, não vão se sentir como sujeitos de direitos, eles não vão atuar como cidadãos, nem como atores institucionais que vão pensar em construir uma outra política de segurança e de justiça para esse país, porque estão apenas reproduzindo um tipo de modelo que a senhora muito bem colocou, ou seja, tudo voltado para a punição e nada voltado para a reeducação ou um processo de reabilitação ou de direitos humanos.

Senti na pele que, ao tratar do tema dos direitos humanos, se não formos com um trabalho de vivência, de um processo demorado que vai limpando e cuidando, as pessoas ainda estão muito impregnadas dessa questão da penalização, de ver

o preso não como um sujeito de direitos.

Outra coisa que observei entre os profissionais é uma postura de rivalidade. Eles não se percebem como atores de uma construção de política pública. Cada um vê o seu pedaço. Chega ao absurdo de os laudos serem colocados para os presos. A rivalidade entre os profissionais chega ao ponto de mostrar para os presos o laudo de outro profissional. Estão degradadas as relações institucionais. Um nível de competitividade e de degradação cuidou das mentes e dos corações e fez com que as pessoas se desmontassem como pessoas e como sujeitos, como atores institucionais. Elas não se vêem como construtoras de uma política pública.

Outra questão que a professora colocou, que considero fundamental, é a questão da militarização da segurança pública. Se percebermos, professora, a maioria dos dirigentes do sistema penitenciário - aqui na Paraíba vivemos muito isso - tem formação militar. Ora, sabemos que há defensores públicos, advogados, assistentes sociais e psicólogos com experiência de



gestão na área de segurança. Esses profissionais nunca foram olhados, para serem colaboradores no processo de gestão. Colocam militares.

Quando os conselhos de defesa começam a fazer o controle externo, de averiguar quando há abuso e denúncia de violência e de violação, ficamos nos portões. Quando há, de fato, uma violência, conseguem encobrir. Passamos um tempo fora dos portões, até usarmos o recurso jurídico para a entrada. Então, vemos uma grande contradição.

Avança-se no processo de democratização, por um lado e em algumas questões, mas os órgãos que poderiam exercer o controle social ainda ficam nos portões dos presídios, na hora em que precisam exercer a sua função de fiscalização do Estado na questão da violência institucional.

Quando estive no Conselho Estadual, perguntei: “como entrar nesse campo das instituições”? Se só chegamos na hora da denúncia, eles não nos deixam entrar. Por exemplo, a Anistia Internacional publicou

o livro sobre os maus-tratos. Nesse mesmo período estávamos fazendo um trabalho com o sistema penitenciário. Aqui na Paraíba, houve um massacre. Oito presos foram assassinados. Se não chamarmos a atuação do Ministério Público, articularmos-nos com os órgãos de defesa e pensarmos um conjunto de ações, a denúncia vai fortalecer as resistências. Se não fortalecemos esses profissionais dentro do sistema penitenciário, fortalecendo os conselhos de defesa e ampliando essa rede de defesa, com estudos, pesquisas, dados e reflexões, o poder de intervenção é muito pequeno.

Uma coisa interessante é que eles odeiam a pastoral carcerária, mas é a pastoral carcerária que está nos presídios todas as semanas. É a única que está todas as semanas nos presídios, e é a única que está, de fato, olhando e ouvindo. É a única que escuta a voz dos presos. Por que incomoda tanto? Porque no sistema penitenciário ninguém quer uma política de trabalho. Não há uma política de trabalho lá dentro, assim como não há política de educação. No entanto, há um rede de comércio ilegal e muitas vezes



vemos os agentes penitenciários devendo a presos. A relação é tão deformada que se inverte qualquer relação de autoridade e o processo de pensar essas instituições como um processo de uma intervenção de política pública com respeito e com dignidade.

Temos muito o que discutir na questão penitenciária.

Na questão da militarização da segurança pública, uma das coisas que observamos é que ainda não conseguimos aproximar a mídia, no sentido de que ela esteja nos nossos seminários, nas nossas pesquisas e nas nossas intervenções, para que tenha uma postura mais bem formada da questão.

Na questão do adolescente em conflito com a lei, apesar do que o Conanda tem feito aqui na Paraíba, precisamos da capacitação da mídia. A própria mídia está despreparada com relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Muitas vezes, quando vêm as ondas de retomar a discussão da responsabilidade penal, temos que ter uma interlocução com a mídia, para a produção de profissionais da

mídia que possam construir, conosco, um olhar crítico. Temos que pensar que o protagonismo tem que ser aliado a uma rede de outros profissionais. A comunicação também tem que entrar conosco nesse processo. Temos que pensar nessa articulação com a comunicação, não só naquele momento da denúncia, mas também prepará-los antes. Vemos que até a forma de escrever as matérias reproduz um tipo de discurso penalista. Vemos a fragilidade da relação com a comunicação.

Na questão da segurança pública, vemos que todo mundo sente pena quando acontece uma violência que atinge a classe média ou os setores mais privilegiados economicamente. Os meios de comunicação vendem bastante nesse período. Eles utilizam a questão da segurança e da insegurança como mercadoria. Vemos como é forte essa utilização da insegurança, do terror. A formação de uma subjetividade em segurança é tamanha que começamos - vejo muito isso na universidade - a pagar guardas, porque, se não pagarmos, vamos ser assaltados. Não conseguimos discutir política de segurança pública e



entramos na onda do comércio da segurança. Todos estamos pagando segurança privada, quando não discutimos a segurança pública numa perspectiva comunitária, de uma política pública de segurança que discuta a questão do conselho de segurança e modelos de ação preventiva. Que não separemos a questão das segurança da questão da educação, da saúde, do trânsito.

Por que faltam recursos? Se formos ver o orçamento utilizado nas seguranças privadas, perguntaríamos por que não há orçamento para a segurança pública. Quando tem orçamento, é para armar homens, não é para qualificar ou implantar polícia comunitária, não é para formar uma rede alternativa. A sociedade está um pouco refém disso, quando só atua na hora da confusão. Quando tem um caso absurdo, ficamos na postura de vítima, que é muito passiva. Só atuamos na hora da caminhada pela paz. Vamos todos para a rua. Enchemos as ruas com caminhadas pela paz. Não discutimos mais a atuação da delegacia no bairro, não discutimos a atuação da delegacia da criança e do adolescente, não discutimos

a política de segurança pública que queremos.

Se o Conselho de Comunicação Social é um dos mais atrasados, imaginem o Conselho de Segurança. Como discutir segurança em política pública? Até pouco tempo atrás era questão de polícia. Temos que discutir como democratizar a política de segurança. Temos que construir política de segurança, se não quisermos ficar reféns da privatização da segurança pública. Aqui em João Pessoa tem bairro em que, às sete horas da noite, as pessoas já não podem mais voltar para casa. Fizemos um curso de polícia comunitária e, para o pessoal do bairro poder voltar para casa, tivemos que dar toda a segurança. Caso contrário, as pessoas não poderiam fazer parte do curso.

Vou citar duas experiências, para vocês verem como a questão da militarização acontece. Houve uma caminhada pela paz, com jovens da escola. Quando chegamos a um determinado setor da rua, nós nos deparamos com a segurança privada. Os jovens, irreverentes, iam na frente e os pais e os professores, atrás. Era uma caminhada bastante



longa e os jovens foram na frente. “Corram porque o pessoal da segurança privada está agredindo os meninos.” De repente, estava lá, a polícia militar, ao lado da bendita segurança privada, tomando conta do relógio da *Globo*. Foi nessa justificativa de não quebrar o relógio que tentaram agredir as crianças e os jovens.

Nesse momento, a escola pôde chamar a polícia para discutir essa questão de, nas caminhadas, convocar a polícia para nos proteger. Vejam só, a *Globo* convocou a segurança privada e a polícia militar para proteger o relógio. Ainda estamos com aquela postura de convocar a polícia pública para nos proteger.

Numa comunidade aqui do bairro, as escolas fizeram uma caminhada pela paz no trânsito. Os empresários convocaram a polícia para cuidar dos ônibus, porque disseram que os jovens iriam depredar os ônibus. Ora, era uma caminhada para as professoras discutirem a questão do trânsito, porque no bairro estava havendo muita violência no trânsito. Deparam-se com policiais fortemente armados enfrentando os jovens de esco-

las. Mais uma vez, não convocamos a polícia para nos proteger e para atuar conosco em uma caminhada, quando estamos querendo reivindicar políticas públicas.

Quando falamos de uma experiência de polícia comunitária, de um trabalho de polícia interativa, de um trabalho de polícia discutindo com a escola, ou polícia com conselhos discutindo, começamos a reverter esse papel de militarização e começamos a fazer com que o policial passe a dialogar com os atores, com os educadores, com os jovens, com as associações de bairro. As pessoas não precisam ter medo da polícia. O pessoal de uma secretaria daqui disse que policial não poderia discutir com educadores e jovens, porque eram apenas para reprimir. Queremos que os nossos filhos tenham medo de polícia ou queremos reverter isso? Queremos trazê-los para a cena, para a discussão da política pública, para as questões do bairro e das escolas! Eles não precisam provocar medo nos jovens.

A professora disse que é preciso fazer essa leitura, e não ficar na posição de vítima, agindo na



hora do caos. Precisamos atuar muito mais e pensar ações conjugadas com uma rede de atores sociais. Se não, não fazemos protagonismo e não conseguimos mudar o quadro. A sociedade reage naquele momento e faz a caminhada. Depois, temos dificuldades.

Nessa questão da caminhada, foi possível juntar as escolas, os diretores de escola e o batalhão de polícia, para discutir qual é a atuação de cada um. A partir daí, o que podemos fazer para não ter mais essa postura?

As empresas de segurança e as empresas comerciais utilizam a polícia para os interesses privados e nós, comunidade, escola, sociedade, não a utilizamos para nos proteger. Nós os deixamos hegemonicamente atuando, em função dos interesses privados. É momento também de pensar nisso daí.

Mais uma questão que a professora colocou que é importante - vou abrir os debates porque falo demais - é ter muito cuidado nesse momento histórico em que estamos vivendo. Não podemos pensar só nessa onda, antes das eleições, de tentar

retomar a discussão da privatização, reforçar esse discurso, essa onda do tráfico de drogas. Até que ponto temos conhecimento dessa questão do tráfico e do crime organizado, para que não entremos no jogo do sensacionalismo e nesse engodo de chegarmos ao ponto de ter que justificar uma ação de violação de direitos para poder justificar a incompetência do Estado na questão do sistema penitenciário? Há quanto anos não se investe? Há quantos anos sabe-se o que acontece, ao juntar as pessoas numa mesma prisão? Há quanto tempo há tantos abusos e não se faz nada?

O caos é a ausência do Estado nas políticas públicas. É isso que temos que discutir. Não podemos entrar nesse engodo, por conta dessa cultura do terror, que nos faz ficar inseguros, cada vez mais trancafiados e trancafiando nossos corações, nossas mentes e nossa capacidade de atuar como protagonistas sociais.

Para provocar, eu gostaria que a Plenária levantasse questões para dialogarmos com a professora.



DEBATES

Público - Pegando a chamada da colega e amiga Nazaré, da necessidade de refletirmos sobre as nossas práticas cotidianas, na medida em que as reproduzimos, principalmente em Psicologia, vou aproveitar para uma restituição, a ela própria, e falar um pouco de como podemos nos espantar, pois a violação dos direitos humanos vem dos pontos mais inesperados.

Participávamos de um programa de educação na área de segurança pública e, muito preocupados em como entrar nas organizações policiais, fomos surpreendidos por uma atitude do gestor financeiro do programa. Quando questionado sobre a absoluta falta de transparência, reagiu pedindo o nosso afastamento. Graças aos companheiros da equipe de Sergipe e da Paraíba, com a professora Nazaré, foi mantido o espaço público democrático na condução do término do programa.

Aproveitando o espaço para restituição, isto é, para

passar a proposta de uma pesquisa de um mote que possa orientar o protagonismo social da Psicologia relacionado com a questão dos direitos humanos. Acho que talvez possamos procurar exatamente na naturalização do individualismo.

A Psicologia tem sido eficientíssima em produzir conhecimentos sobre os indivíduos. Talvez uma postura de reexistir como campo de saber em Psicologia, que possa atualizar a potência dos direitos humanos, seja esse indicativo firme, em nos negarmos a produzir conhecimento sobre os indivíduos e nos empenharmos em produzir conhecimento sobre o modo de funcionamento das instituições que articulam esse controle e essa disciplina-
rização.

Para começarmos, talvez um bate-papo, vou ficar esperando a resposta da Cecília, que talvez não mude.

Para finalizar, ilustro o ponto a que estão chegando os mecanismos de controle.



Noutro dia, a imprensa estava comemorando a utilização do sistema GPS, sistema de localização por satélite, individual. No início, para proteger do seqüestro quem possa pagar. Aos poucos, financiando o barate-

amento dessa tecnologia, para controlar, pelo sistema GPS de satélite, aqueles que poderão ser os perigosos.

Obrigado.

Cecília Maria Bouças Coimbra

Grupo Tortura Nunca Mais – RJ

É uma pena haver tão poucas pessoas. Devemos pensar não só o esvaziamento com relação à questão dos direitos humanos, mas também o fato de haver muita coisa junta. Devemos pensar sobre isso no próximo encontro.

Fechando, eu queria fazer algumas colocações muito rápidas sobre o que foi dito pela Nazaré. Achei algumas coisas muito interessantes e importantes.

Logo no início, ela falou das pesquisas, das dissertações, das pesquisas, em como é importante a academia pensar sobre essas questões. O tempo todo essas questões, dentro da academia, são desqualificadas. Não é uma ciência. Isso é uma militância, é política. A ciência

é uma coisa neutra, é uma coisa superior. Eu me lembrei de um trequinho do *Foucault* que abre exatamente para o nosso nível. *Foucault*, diz o seguinte, pensando essa questão: “Que tipo de saber vocês querem desqualificar, no momento em que dizem que é uma ciência? Que sujeito falante, que sujeito de experiência ou de saber vocês querem minorar, quando dizem: eu formulo esse discurso, enuncio esses discurso porque sou cientista?”

Eu acho que é isso que você está colocando. Não é por acaso que somos vistos como não fazendo Psicologia. Fazemos de tudo. Eu faço política, milito nisso e naquilo, mas não faço Psicologia. É uma questão para pensarmos. Que Psicologia é essa? Que modelo é esse



de Psicologia que querem que façamos?

Quando você fala das agentes penitenciárias que foram tomando uma série de medidas, inclusive arbitrárias, não permitindo banho de sol e tomando a sala dos técnicos, lembrei-me de um poema do Bertolt Brecht sobre a ascensão do nazismo na Alemanha. Badaladíssimo esse poema do Brecht. “Uma vez vieram buscar os homossexuais. Como eu não era homossexual, eu nada fiz. Outra vez vieram buscar os comunistas. Como eu não era comunista, eu nada fiz. Outra vez vieram buscar os católicos. Como eu não era católico, eu nada fiz. Quando vieram me buscar, não havia mais ninguém.”

Fazemos de conta que nada está acontecendo. Não é trabalho nosso. Sou psicólogo. É essa Psicologia que querem colocar como modelo, e está sendo colocada o tempo todo como modelo. Eu acho importante que estranhemos isso efetivamente.

O relatório da Anistia Internacional sobre os maus-tratos

nas prisões tem como subtítulo o seguinte: “Me tratam pior que um animal”. É a frase de um presidiário. Eles colocam como subtítulo do relatório da Anistia Internacional.

Em cima da questão que você e o Manuel trouxeram, a questão da polícia é um negócio muito sério. Trazer a polícia até nós é fundamental, agora é fundamental pensarmos e questionarmos que tipo de formação é dada para esses policiais, especialmente os policiais militares. Que tipo de treinamento é dado a eles? Um aluno meu é soldado da PM, no Rio de Janeiro. “A primeira coisa que querem fazer com a gente, e que fazem, é tirar a nossa condição de cidadão civil. Somos militares.”

É uma outra coisa “ser militar”! É fundamental pensarmos no tipo de formação que eles têm. Algumas músicas, cantadas durante os treinamentos, são hinos ao extermínio: “Eu vou na favela, mato um. Chupo o sangue... Chupo o coração...” São impressionantes as músicas que a polícia militar do estado do Rio de Janeiro utiliza nos treinamentos, não só dos sol-



dados mas também dos oficiais. Temos que pensar na formação deles e neles como cidadãos. É a questão da segurança desse policial, tanto civil quanto militar, é a questão dos seus salários, pois não é por acaso que se paga tão pouco ao policial.

São questões importantes a serem pensadas. É pena sermos sempre tão poucos a pensar sobre isso.

Agradeço a vocês a presença e agradeço o convite. Vou deixar no Conselho um exemplar de cada livro que estou trazendo.

Para a Comissão de Direitos Humanos ficou apenas um. É

esse aqui que laçamos no Rio, chamado “Clínica e Política”. Este aqui é do Tortura Nunca Mais. Cada um custa vinte reais. Esse aqui, inclusive, tem o Protocolo de Istambul, totalmente traduzido. Ainda não havia tradução para o português. O Protocolo de Istambul é uma convenção internacional que trata de maus-tratos e tortura em estabelecimentos. Como denunciar a questão dos maus-tratos e da tortura em estabelecimentos? É o chamado Protocolo de Istambul. Pela primeira vez foi traduzido.

Estou deixando um exemplar para o Conselho.

Muito obrigada.

Maria de Nazaré Tavares Zenaide

Conselho Regional de Psicologia – 13ª Região

Vimos a importância de a Psicologia pensar, nessa perspectiva do protagonismo social, a questão da segurança como direito de cidadania, e direitos só são conquistados se estivermos devidamente preparados e discutindo com uma postura crítica a atuação do Estado e da sociedade.

Que possamos estar nesses diversos espaços sociais e institucionais com uma postura crítica de mudar essa intervenção que até então se colocou para nós como a única intervenção na segurança pública. Talvez seja por isso que está tão ausente da academia e dos conselhos. Essa ausência faz



com que fiquemos inseridos nessas políticas públicas de forma refém, porque estamos atuando de uma forma limitada, reproduzindo uma determinada atuação. Precisamos aprofundar, na nossa categoria, nos conselhos e nas várias instâncias que atuam com Psicologia, essa discussão sobre a segurança pública, para que possamos, de fato, ter uma inserção na perspectiva de mudança social.

Gostaríamos, então, de encerrar o II Seminário de Psicologia e Políticas Públicas - Psicologia e Protagonismo Social.

Em nome do Conselho Federal de Psicologia e do Sistema Conselhos, agradeço a todos que colaboraram com este seminário e fizeram com que este momento fosse ímpar. Sabemos que é um espaço de discussão política que o Sistema Conselhos e o Conselho Federal fazem, para que possa haver uma inserção dos psicólogos nas políticas públicas. Este seminário trouxe oportunidades ímpares, pois trabalhamos diversas áreas: crianças e adolescente, comu-

nicação, direitos humanos, segurança pública. Cada área dessas merece outros momentos de aprofundamento.

Que possamos fortalecer essa rede com os Conselhos e com a academia e que, no próximo seminário, possamos estar aqui, trazendo outras experiências e outras falas, numa perspectiva diferente, a fim de construir um protagonismo efetivamente crítico e transformador para a nossa sociedade.

Gostaríamos de convidar a todos para participarem do lançamento de alguns livros e assistirem à apresentação de Tiago Santos. Ele tem livros e vídeos, veio do Ceará especialmente para contribuir com o nosso congresso. Gostaríamos que todos pudessem prestigiá-lo.

Que, nos próximos encontros possamos estar, cada vez mais, fortalecidos, para apresentarmos novas práticas da Psicologia.

Boa-noite.





Conselhos Regionais de Psicologia